



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 091 - TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<p style="text-align: center;">LÍDER Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER José Jorge – PFL</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

- ⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 74ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE JUNHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2006 (nº 1.991/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco..... 19026

Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2006 (nº 2.012/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná. 19029

Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2006 (nº 2.052/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo. . 19031

Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2006 (nº 2.094/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará..... 19034

Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006 (nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – Ascoama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará..... 19040

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo determinado de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 329 a 333, de 2006, lidos anteriormente, e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, onde serão apreciados terminativamente..... 19042

Recebimento do Aviso nº 21/2006 (nº 642/2006, na origem), de 30 de maio último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referentes ao 1º trimestre de 2006. 19043

Recebimento do Aviso nº 22/2006, (nº 51/2006, na origem), de 31 de maio último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de abril de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Anexado ao processado do Aviso nº 12, de 2006. 19043

1.2.3 – Parecer

Nº 639, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução nº 27, de 2006, de iniciativa da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições legislativas, a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças. 19043

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro de reunião que se realizará hoje, com o Ministro da Educação e professores da CEFET, quando será entregue o projeto da criação, em Santa Catarina, da Universidade Federal Tecnológica. Análise dos resultados dos números apresentados sobre o crescimento do PIB no primeiro trimestre. 19056

SENADOR NEY SUASSUNA – Preocupação com o Programa Bolsa Família e alerta ao governo federal no sentido da necessidade de profissionalizar a população. 19059

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Congratulações ao jornal **Folha de S.Paulo** pela matéria sobre o mensalão e outras contradições do governo atual. Leitura de notícia-crime da Ordem dos Advogados do Brasil contra o Presidente Lula..... 19061

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 635, de 2006, de autoria do Senador Ramez Tebet e outros Srs. Senadores, solicitando voto

de pesar pelo falecimento do ex-Senador Antônio Mendes Canale, ocorrido no último dia 1º de junho, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 19064

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Contraponto ao pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Questionamentos sobre os dois programas de acesso à energia elétrica por parte da população mais carente, no governo FHC e no governo Lula. 19066

SENADOR GILVAM BORGES – Manifestação de otimismo com relação aos rumos seguidos pelo atual governo. 19068

1.2.7 – Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 161/2006, de 31 de maio último, de indicação do Senador Romero Jucá, para exercer o cargo de Líder do Governo no Senado Federal. ... 19070

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre a entrevista publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, do Sr. Ricardo Berzoini. Encaminhamento de notícia-crime pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil contra o Presidente Lula. 19070

SENADOR MARCO MACIEL – Registro da outorga do prêmio “Woodrow Wilson de Serviço Público” ao Diretor do jornal **O Estado de S. Paulo**, Dr. Ruy Mesquita, concedido pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, do Congresso dos Estados Unidos da América. 19070

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 636, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de congratulação ao Diretor do jornal **O Estado de S. Paulo**, Dr. Ruy Mesquita, pelo recebimento do Prêmio Woodrow Wilson de Serviço Público, concedido pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, do Congresso Americano. 19070

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Registro de viagem de S. Exa. a Petrolina, Pernambuco, acompanhando o candidato à Presidência, Geraldo Alckmin. Decepção com o Projeto Pontal, abandonado pelo atual governo. 19072

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Alerta ao Ibama no sentido de incentivar o reflorestamento em todas as regiões do País. 19075

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Relato da participação de S. Exa. em ato no qual o Presidente Lula e a Ministra Marina Silva lançaram hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente, o Plano da Amazônia Sustentável. 19077

SENADOR CÉSAR BORGES – Defesa da renegociação das dívidas dos cacauicultores. Su-

gestão para que deputados e senadores derrubem o veto apostado pelo Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005, sobre renegociação de dívidas dos produtores rurais. 19080

SENADOR VALDIR RAUPP – Abertura da Feira Agropecuária de Porto Velho – Expovel, no último dia 03, sábado. Avaliação da participação do idoso na sociedade brasileira. 19085

1.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 637, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de homenagem pela passagem de dez anos do falecimento do jornalista Julio de Mesquita Neto. 19087

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LEONEL PAVAN – Elogios ao destaque feito pelo jornal **Correio Braziliense** ao Município de Maçaranduba/SC. Repúdio aos artifícios usados pelo governo federal para conquistar os eleitores no interior do Estado de Santa Catarina. 19087

1.2.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre a matéria intitulada “Uma janela única para o Brasil”, publicada na revista **Veja**, edição de 17 de maio último. 19089

SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre a matéria intitulada “Nos protestos, ‘velório de Lula’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 11 de maio último. 19092

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro do artigo intitulado “O retrocesso latino?”, publicado na revista **Época**, edição de 8 de maio último. 19093

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do editorial intitulado “Uma leitura otimista da Operação Sangue-suga”, publicado no jornal **Valor Econômico**, edição de 10 de maio último. 19094

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “PT sob suspeita: Silvinho diz que apetite de Dirceu irritou base”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 de maio último. 19095

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do artigo intitulado “Lula para presidente da Bolívia”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 11 de maio último. 19096

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da matéria intitulada “Reunião de Dantas e Bastos foi institucional, diz Tarso”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 23 de maio último. 19097

1.2.14 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, terça-feira, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 19098

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

- 2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 3 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
-

Ata da 74ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias e Ney Suassuna, da Srª Ideli Salvatti,
e dos Srs. Gilvam Borges, Marco Maciel, João Batista Motta, Jonas Pinheiro e Valdir Raupp*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputadosque passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329, DE 2006

(Nº 1.991/2005na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 136, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 599, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 395, de 28 de julho de 2003 – Associação de Comunicação e Educação de Marco, na cidade de Marco – CE;

2 – Portaria nº 29, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (ACECI) Itaú – RN, na cidade de Itaú – RN;

3 – Portaria nº 80, de 15 de fevereiro de 2005 – Associação Cultural de Comunicação Alternativa, no município de Santa Cruz do Rio Pardo – SP;

4 – Portaria nº 119, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Cultural Comunitária Nova Birigui, no município de Birigui – SP;

5 – Portaria nº 127, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte, no município de Diamante do Norte – PR;

6 – Portaria nº 136, de 16 de fevereiro de 2005 – Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una, no município de São Bento do Una – PE;

7 – Portaria nº 155, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Cultural Comunitária Camponovense, no município de Campos Novos – SC; e

8 – Portaria nº 273, de 13 de junho de 2005 – Rádio Comunidade Porciúncula, no município de Porciúncula – RJ.

Brasília, 14 de setembro de 2005. –

MC nº 132 EM

Brasília, 5 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una, no município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **ca-**

put do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53103.000653/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 136, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000653/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 540 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una, com sede no Lote 17, Quadra “E”, s/nº, Loteamento Menino Jesus de Praga II, Zona Rural, no Município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08°31’40”S e longitude em 36°26’30”W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Eunício Oliveira.

RELATÓRIO Nº 131/2004/RADCOM/ DOS/SSCE/MC – SLP

Referência: Processo nº 53.103.000.653-98, protocolizado em 27-8-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una, localidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.

I – Introdução

1. A Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una, inscrita no CNPJ sob o número 00.847.630/0001-04, no Estado de Pernambuco, com sede no Lote 17, Qd. E, s/nº, Loteamento Menino Jesus de Praga II, cidade de São Bento do Una; dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, com requerimento datado de 27 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18-3-1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para

a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Lote 18, Qd. E do Loteamento Menino Jesus de Praga II, na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, de coordenadas geográficas em 08°31'16"S de latitude e 36°16'00"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados passando a estar na Qd. 17, Qd. E, s/nº, Loteamento Menino Jesus de Praga II, em 08°31'40"S de latitude e 36°26'30"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18-3-1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 58, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena planta; de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação dentada no subitem 6.7 incisos II, VIII, X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 62 a 139).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de informações Técnicas" – fls 129, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as

exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 140 e 141. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 102 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7. incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinen-

te, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una

• **quadro diretivo**

Presidente: João Luis de Oliveira

Secretário: José Maria Veloso Cintra

Tesoureira: Rosangela Maria Tavares de Melo

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Lote 17, Qd. E, s/nº, Loteamento Menino Jesus de Praga II, cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.

• **coordenadas geográficas**

08°31'40" de latitude e 36°26'30" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 140 e 141, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 129 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.103.000.653-98 de 27 de agosto de 1998.

Brasília, 30 de abril de 2004. – Relatora da conclusão Jurídica, **Sibela Leandra Portela**, Chefe de Divisão/SSR – Relatora da conclusão Técnica, **Ana Maria das Dores e Silva**, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 30 de abril de 2004 – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 330, DE 2006**

(Nº 2.012/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda., explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.568, de 22 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de fevereiro de 1999, a permissão outorgada ao Sistema Parana-

ense de Comunicação Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 557, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.568, de 22 de novembro de 2002, que renova, por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 1999, a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Brasília, 24 de agosto de 2005 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 303 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência a Portaria nº 2.568, de 22-11-2002, publicada no **Diário Oficial da União** em 20-12-2002, pela qual foi renovada a permissão outorgada à Sistema Paranaense de Comunicação Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

2. A citada permissão foi outorgada pela Portaria nº 195, de 14 de fevereiro de 1979, publicada no **Diário Oficial da União** de 20 de fevereiro de 1979.

3. A outorga em vigor foi renovada, por dez anos, pela Portaria nº 39, de 16 de fevereiro de 1990, publicada no **Diário Oficial da União** de 5 de março de 1990 e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 69, de 1991, publicado no **Diário Oficial da União** de 15-3-1991.

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5. Cumpre ressaltar que o pedido foi analisado pelos órgãos técnicos desta Pasta e considerado de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da permissão, o que levou este Ministério a deferir o pedido de renovação.

6. Ressalto, ainda, que por se tratar de ato subscrito pelo Ministro que me antecedeu nesta Pasta, achei por bem determinar o reexame deste processo, assim como de outros na mesma situação, razão por que somente agora está sendo possível submetê-lo à apreciação de Vossa Excelência.

7. Nessa conformidade, e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53740.001055/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 2.568, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.001055/98, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 1999, a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda., pela Portaria nº 195, de 14 de fevereiro de 1979, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, tendo sido renovada pela Portaria nº 39, de 16 de fevereiro de 1990, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 69, de 14 de março de 1991, publicado no **Diário Oficial da União** em 15 subsequente.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

IIINFORMAÇÃO Nº 717/ 2004/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53740.001055/1998

Assunto: Renovação de Outorga

Interessada: Sistema Paranaense de Comunicação Ltda.

Ementa: Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Prazo final do termo – 20 de fevereiro de 1999. Pedido apresentado tempestivamente. Vida societária regular.

Localidade: Londrina/PR

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

A entidade Sistema Paranaense de Comunicação Ltda., permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Londrina, no Estado do Paraná, requer renovação da outorga que lhe foi conferida pela Portaria nº 195, de 14-2-79, publicada no **Diário Oficial da União** de 20-2-79, cujo prazo de vigência expirou 20 de fevereiro de 1999.

I – Os Fatos

2. A Portaria acima citada autorizou a concessão para explorar, por 10 (dez) anos, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Londrina, Estado do Paraná, tendo a outorga em questão começado a vigorar a partir de 20 de fevereiro de 1979, data de publicação da portaria nº 195, de 14 de fevereiro de 1979, referente ao contrato celebrado entre aquela entidade e a União Federal.

II – Do Mérito

3. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece o prazo de 10 (dez) anos para a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, prazo esse que poderá ser renovado por períodos sucessivos e iguais, determinação essa mantida pela atual Constituição brasileira.

4. O prazo de vigência desta permissão teve seu termo final 20 de fevereiro de 1999. Começou a vigorar 20 de fevereiro de 1979, com a 1º (primeira) renovação da outorga 20 de fevereiro de 1989, sendo esta, a segunda renovação da outorga que se requer.

5. O pedido de renovação ora em exame foi protocolizado na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná 14 de setembro de 1998, tempestivamente (fl. 01).

6. A requerente tem seus quadros societário e diretivo aprovados pelo Poder Concedente, com a seguinte composição, de acordo com a Portaria 116, de 30-7-99, com aprovação de atos pratica-

COTISTAS	COTAS	VALOR – R\$
RICARDO SPINOSA	120.000	120.000,00
JUDITE DA CONCEIÇÃO SPINOSA	120.000	120.000,00
TOTAL	240.000	240.000,00

dos pela Portaria DMC-PR nº 151, de 7 de outubro de 1999:

Gerentes: Ricardo Spinosa;
Judite da Conceição Spinosa

7. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, fls. 92 dos autos.

8. De acordo com os registros neste Ministério, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo art. 12 e seus parágrafos do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

9. A documentação apresentada nos autos atende a instrução jurídica do pedido.

10. Finalmente, observa-se que a renovação aqui pleiteada deverá ocorrer a partir de 20 de fevereiro de 1999.

III – Conclusão

Diante do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, e opinamos pela submissão do assunto à apreciação da douta Consultoria Jurídica.

É o parecer, sub-censura.

Brasília, 14 de junho de 2004. – **Álvaro Augusto de Souza Neto**, Assistente

De acordo. À apreciação do Sr. Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Brasília, 14 de junho de 2004. – **Eriko Mendes Domenici**, Coordenador de Radiodifusão – Regiões Sul e Centro-Oeste.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 14 de junho de 2004. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

De acordo. À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 16 de junho de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica.

Brasília, 17 de junho de 2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 331, DE 2006

(Nº 2.052/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira a executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 221, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 683, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 672, de 9 de dezembro de 2003 – Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão – Maranhão, na cidade de Governador Edison Lobão – MA;

2 – Portaria nº 676, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste, na cidade de Cruzeiro do Oeste – PR;

3 – Portaria nº 730, de 15 de dezembro de 2003 – Associação “Marechal Rondon” de Campinópolis – MT, na cidade de Campinópolis – MT;

4 – Portaria nº 221, de 28 de abril de 2004 – Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira, no município de Ribeira – SP;

5 – Portaria nº 12, de 26 de janeiro de 2005 – Associação Comunitária Areia Branca – ACAB, no município de Ibicuitinga – CE; e

6 – Portaria nº 171, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Comunicação e Ação Social Comunitária de Baixo Guandu, no município de Baixo Guandu – ES.

Brasília, 13 de outubro de 2005. – **José Alencar**.

MC Nº 187 EM

Brasília, 26 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação para o Desenvolvimento

Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira, no Município de Ribeira, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53830.001134/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – Assinado eletronicamente por: **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 221, DE 28 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001134/00 e do Parecer/MC/Conjur/GAT nº 515 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira, com sede na Avenida Cândido Dias Batista, nº

425, frente – Centro, no município de Ribeira, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24°39'24"S e longitude em 49°00'28"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**.

RELATÓRIO Nº 233/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.830.001.134/00, protocolizado em 29 de setembro de 2000.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira, localidade de Ribeira, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira, inscrita no CNPJ sob o número 04.038.841/0001-49, no Estado de São Paulo, com sede na Av. Cândido Dias Batista, 425 – frente, Centro, cidade de Ribeira, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento sem data, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 16 de agosto de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu trans-

missor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra (uma) entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação só o Senhor é Deus – Processo nº 53.830.001246/00, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a referida Associação não encaminhou a documentação exigida pela legislação específica no prazo legal estipulado no citado aviso de habilitação, tendo, portanto, infringido o disposto no subitem 6.6.1 da Norma Complementar nº 2/98, e ainda, impossibilitando a análise técnico-jurídica do requerimento, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 5.001, datado de 4-6-2003. (cópia anexa).

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Avenida Cândido Dias Batista, nº 169, Centro, na cidade de Ribeira, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 24º30'26"S de latitude e 49º00'29"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas

mediante solicitação, passando a estar em 24º39'24"S de latitude e 49º00'28"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 16-8-2001.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 72, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VIII e X da Norma nº 2/98, subitem 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1 comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente, e declaração do endereço da sede (fls. 13 a 154).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 146 e 147, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 155 e 156. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente

no intervalo de folhas 01 a 154 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira;

• quadro diretivo

Presidente: Roberto Gabriel Akim

Vice-presidente: Antonio Benedito Ito Dias Batista

Secretária: Maria Angélica Tomás Dias Batista

Tesoureiro: Atílio Valentin Fumis

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Avenida Candido Dias Batista nº 269, Centro, cidade de Ribeira, Estado de São Paulo.

• coordenadas geográficas

24°39'24" de latitude e 49°00'28" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 140 e 141, bem como Formulário de Informações Técnicas" – fls. 136 e 137 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.001.134/00, de 29 de setembro de 2000.

Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 20 de agosto de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 332, DE 2006

(Nº 2.094/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 14 de março de 2005, que outorga permissão à Rádio Alvorada Ltda., para explorar, por

10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 650, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 213, de 14 de março de 2005 – Rádio Alvorada Ltda., no Município de São Miguel do Guamá – PA;

2 – Portaria nº 256, de 13 de maio de 2005 – Carmanhães & Ferreira – Comunicações Ltda., no Município de Martinópolis – SP; e

3 – Portaria nº 294, de 4 de julho de 2005 – Rádio Marco Zero Ltda., no Município de Laranjal do Jarí – AP.

Brasília, 30 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 99 EM

Brasília, 21 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 81/2000 – SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância

da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Alvorada Ltda., (Processo nº 53720.000311/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente. – Assinado eletronicamente por: **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 213, DE 14 DE MARÇO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53720.000311/2000, Concorrência nº 81/2000-SSR/MC, e do Parecer/Conjur/MC nº 1684-2.29/2004, de 1º de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Alvorada Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO
DA SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA "RADIO ALVORADA LTDA."**

Por este instrumento particular, os abaixo assinados:

JOSUE BENGTON JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF n.º 256.629.702-97 e do Registro de Identidade RG n.º 4550621 - SEGUP/PA, residente e domiciliado na Rod. BR-316 KM 04 Conj. Rondon, casa n.º 70, bairro da Guanabara, CEP 67020-010, Ananindeua, Estado do Pará; e **MARCOS WESLEY MAESTRI BENGTON**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF n.º 427.669.822-72 e do Registro de Identidade RG n.º 3099518 SEGUP/PA, residente e domiciliado na Rod. BR-316 KM 04 Conj. Rondon, casa n.º 70, Bairro Guanabara, CEP 67020-010, Ananindeua, Estado do Pará.

Têm como justa e contratada a constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, **RADIO ALVORADA LTDA.**, que se regerá pelas seguintes cláusulas contratuais:

Cláusula I - DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob a denominação "**RADIO ALVORADA LTDA.**" e adota como nome de fantasia "**ALVORADA**"

Cláusula II - SEDE

A sede da sociedade será na Rod. BR-316 KM 04 Conj. Rondon, casa n.º 70, bairro Guanabara, CEP 67020-000, nesta cidade de Ananindeua/PA.

Cláusula III - OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objeto:

a) Instalação e execução de serviços de Radiodifusão Sonora, ou de sons e imagens - seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional; repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de imagem e som de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração do empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal de Concessão ou permissão nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação regedora da matéria.

Cláusula IV - CAPITAL SOCIAL

O Capital social da sociedade é de R\$-100.000,00 (Cem mil reais) dividido em 100.000 (Cem mil) quotas no valor unitário de 1,00 (Hum real), neste ato integralizadas, em moeda corrente do País cabendo a:

SOCIO	QTD. QUOTAS	VALOR R\$
Josué Bengtson Júnior	50.000	50.000,00
Marcos Wesley Maestri Bengtson	50.000	50.000,00
Total	100.000	100.000,00

07 JUL 2000

Em

Censl. do Contrato de Constituição. "Radio Alvorada Ltda"

Parágrafo único - Atendendo ao que dispõe o artigo 2º do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social.

Cláusula V - ABERTURA DE FILIAIS

A sociedade poderá, quando servir aos seus interesses, abrir filiais, agências ou escritórios, destacando para estar uma parte do capital social da matriz.

Cláusula VI - PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Cláusula VII - ADMINISTRAÇÃO

A gestão da sociedade será exercida pelos sócios, Josue Bengtson Junior e Marcos Wesley Maestri Bengtson, em conjunto ou isoladamente, que subdivirão entre si todas as operações e representarão a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

§ 1º - Os negócios que envolvem a sociedade e que vierem a requerer assinaturas só terão validade com as assinaturas de ambos os sócios.

§ 2º - É autorizado aos sócios-gerentes delegar a gestão por meio de procuração a pessoa estranha ao quadro societário, restringindo-se os atos do outorgado ao que consta especificamente no instrumento de mandato, obedecendo-se ao disposto no § 1º desta cláusula no que se refere à obrigatoriedade da procuração ser subscrita por ambos os sócios.

Cláusula VIII - IMPEDIMENTO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

É vedado aos sócios-gerentes usar o nome da sociedade em negócios estranhos aos interesses sociais, como fiança, avais e endossos, respondendo pessoalmente o infrator pelos danos causados.

Cláusula IX - PRO-LABORE

É resguardado aos sócios-gerentes o direito de retirada mensal a título de pró-labore, que será pela sociedade e registrado como despesa na escrituração contábil.

Cláusula X - TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Os sócios não poderão transferir suas quotas a pessoas estranhas à sociedade sem antes oferecer aos demais sócios, que terão direito de preferência na aquisição, devendo o oferecimento ser manifestado através de comunicação escrita.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em _____

CARTÓRIO DE J. P. DE SANTOS
3º Oficial de Registro - Belém - PA
Certifico e outorgo a presente cópia
Foi assinado em _____ que me foi
exibido nesta data _____

07 JUL 2000

Em Sinal _____

26 JUL 2000

Em _____

Const. do Contrato de Constituição. "Radio Alvorada Ltda"

Parágrafo único - Contado 90 dias do recebimento da comunicação, e não havendo nenhuma manifestação escrita de encerramento das negociações para aquisição, fica o sócio liberado para oferecimento a terceiros das quotas de sua propriedade.

Cláusula XI - FALECIMENTO DE SÓCIO

Ocorrendo o óbito de qualquer um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, assumindo, no lugar do falecido, os herdeiros designados legalmente.

Cláusula XII - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social da sociedade obedecerá ao ano-calendário e a cada dia 31 de dezembro serão levantadas as Demonstrações Financeiras e o Lucro Líquido apurado, terá o destino pactuado entre os sócios.

Cláusula XIII - AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAR O CONTRATO SOCIAL

Este contrato social só será alterado com as assinaturas de todos os sócios.

Cláusula XIV - NORMAS CONTRATUAIS OMISSAS

Conforme o artigo 18 do Decreto n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919, sobre os casos não regulados neste contrato, deverão ser aplicados as disposições legais constantes no referido Decreto e na omissão deste também prevalecem as disposições da Lei n.º 6404/76/ Lei das (sociedades anônimas)

Cláusula XV - FORO

Fica eleito o foro central desta Capital para solucionar qualquer discórdia em relação a esta sociedade.

Cláusula XVI - DECLARAÇÃO DOS SÓCIOS

Aos sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previsto em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E pôr estarem devidamente contratados, assinam o presente contrato em 4 (quatro) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas, sendo que a primeira delas será encaminhada para arquivamento na Junta Comercial do estado do Pará.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 11 NOV 2004

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
Cartório n.º 00016 que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, e do qual autêntico esta via,

07 JUL 2000

Em São Paulo, 07 de julho de 2000

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS
2ª. Câmara - 1ª. Seção - Fórum - PA
Cartório n.º 00016 que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, e do qual autêntico esta via,

26 JUL 2000

Em São Paulo, 26 de julho de 2000

Const. do Contrato de Constituição. "Radio Alvorada Ltda."

Ananindeua(PA), 13 de junho de 2000.

Josue Bentson Junior
JOSUE BENTSON JUNIOR

Marcos Wesley Maestri Bentson
MARCOS WESLEY MAESTRI BENTSON

TESTEMUNHAS:

Benedita Francisco Figueira
RG 1739530 SSP/PA


Ivan Carlos de Souza Costa
RG 3045831 SSP/PA

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS;
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via.

07 JUL 2000

Em 07 de 07 da verdade

[Assinatura]
Em 07 de 07 da verdade
OAB 5.101.100-1/PA 11051082-04

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/06/2000
	SUB O NÚMERO: 15200732270
Protocolo: 00/025426-6	<i>[Assinatura]</i> DILERMANDO GUEDES CABRAL SECRETÁRIO GERAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 11 NOV 2000

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS;
3º Ofício de Notas - Belém - PA
Certifico e dou fé que a presente cópia
Fotostática confere com o original que me foi
exibido nesta data, pelo que autentico esta via.

26 JUL 2000

Em 26 de 07 da verdade

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 333, DE 2006**

(Nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 39, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 745, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades relacionadas para executar serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 369, de 17 de julho de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé, na cidade de Itaguajé – PR;

2 – Portaria nº 39, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, na cidade de Amontada – CE; e

3 – Portaria nº 186, de 21 de fevereiro de 2005 – Associação Goianésia – FM Goianésia do Pará, no município de Goianésia do Pará – PA.

Brasília, 31 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 102 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, na cidade de Amontada, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço,

cujá documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53650.000227/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 39, DE 15 DE JANEIRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000227/02 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0024/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, com sede na Rua João Jacinto de Oliveira, nº 819, Bairro Campo, na cidade de Amontada, Estado do Ceará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.622, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03º21'39"S e longitude em 39º49'29"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na datado sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 450/2003-DOSR/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.650.000.227/02, protocolizado em 7 de março de 2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, localidade de Amontada, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, inscrita no CNPJ sob o número 01.697.130/0001-98, no Estado do Ceará, com sede na Rua João Jacinto de Oliveira, nº 819, Bairro Campo, cidade de Amontada, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 5 de março de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou-se o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 7 de fevereiro de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento da outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Cultural e Comunitária Shalon – Processo nº 53.000.000.141/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: utilizou-se o critério da representatividade, do qual constatou-se que essa

Entidade apresentou menor número de manifestações de apoio à iniciativa que a sua concorrente, critério de seleção determinado pelo subitem 6.10.2 da Norma Complementar 2/98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 9065/03, datado de 19 de setembro de 2003. (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua João Jacinto de Oliveira, nº 819, Bairro Campo, na cidade de Amontada, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 3º21'39" de latitude e 39º49'29"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 65, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e VIII da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica a Entidade foi selecionada, ten-

do sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 70 a 142).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 126, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 143 e 144. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 142, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6. 11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação

de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará - ASCOAMA;

• quadro diretivo

Presidente: Valdir Hebster Filho;

Vice-presidente: Carlos Alberto Avelino; 1ª Secretária: Raitnunda Estevani de Azevedo;

2º Secretário: Raimundo Edílson Bezerra;

1ª Tesoureira: Ana Cláudia Brito;

2º Tesoureiro: Ronaldo Freitas Bezerra; Coordenador: Raimundo Ilson Bezerra; Coordenadora: Rita de Cássia M. Avelino; Coordenador: José Arnaldo de Menezes.

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua João Jacinto de Oliveira, nº 819, Bairro Campo, cidade de Amontada, Estado do Ceará;

• coordenadas geográficas

03°21'39" de latitude e 39°49'29" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” - fls. 143 e 144, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 126 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – ASCOAMA, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.650.006.227/02, de 7 de março de 2002.

Brasília, 18 de dezembro de 2003. – **Lídia Souza El-Carab Moreira**, Relatora da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relatora da conclusão Técnica.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Os **Projetos de Decretos Legislativos nºs 329 e 333, de 2006**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo pra-

zo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, item II, alínea **b**, combinado com o art. 375, item I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 21/2006**, (nº 642/2006, na origem), de 30 de maio último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 1º trimestre de 2006.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 22, de 2006** (nº 51/2006, na origem), de 31 de maio último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de abril de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 12, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 639, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2006, de iniciativa da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições legislativas, a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças.

Relator: Senador **Edison Lobão**

Relator “ad hoc”: Senador **Rodolpho Tourino**.

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 27, de 2006, que resulta dos trabalhos da Comissão Especial, composta de cinco membros e igual número de suplentes, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal, criada mediante o Requerimento nº 91, de 2005, aprovado em 19 de abril de 2005.

Em razão de não ter concluído os seus trabalhos no prazo inicialmente previsto, a referida Comissão Especial teve sua existência prorrogada até o dia 28 de

abril do corrente ano, nos termos dos Requerimentos nº 643, 908, 1.151, de 2005, e 154, de 2006.

Importante decisão da comissão especial, tomada já no início de seus trabalhos, resultou na opção de apresentar diversos e não apenas um projeto de resolução maior de reforma integral do regimento, por entender mais factível a negociação e, conseqüentemente, a alteração a partir de questões pontuais, sobre as quais já existia consenso quanto à necessidade de alteração. De acordo com essa orientação, o Relatório Parcial nº 1, de 2006 – CERI, apresentado em 28 de março do corrente ano, concluiu pela apresentação de um projeto de resolução, numerado como PRS nº 27, de 2006, o qual, no último 6 de abril, veio a exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O referido relatório, apresentado à Comissão pelo Senador Tião Viana, esclarece a respeito das alterações propostas ao Regimento interno pelo PRS nº 27, de 2006, sub examine, cujo resumo é reproduzido abaixo:

a) definição do quantitativo da bancada, para o efeito de ocupação de cargos nas comissões do Senado, com base nos números da data da diplomação dos eleitos (arts. 3º e 78);

b) limitação do uso da palavra para permitir a participação de um número maior de Senadores (arts. 14 e 15);

c) aperfeiçoamento do procedimento de tramitação conjunta de proposições, situação vedada para as matérias que tiverem parecer aprovado em comissão ou que constem da Ordem do Dia (arts. 48, 258 e 260);

d) fixação do início da Ordem do Dia para as 16 horas (art. 162);

e) simplificação do procedimento para transcrição de documentos nos Anais do Senado (arts. 210 e 215);

f) simplificação da tramitação de requerimentos de publicação de documentos, de tramitação conjunta de proposições, de retirada de proposições e de remessa de proposição para outra comissão;

g) disciplinamento da retirada de proposição que consta da Ordem do Dia.

As alterações são justificadas pela necessidade de um rigoroso critério regimental de definição das bancadas partidárias no Senado, para definir a representação dos partidos nas comissões permanentes e provisórias. A comissão entende ainda que pode contribuir para o processo de reforma política, prestigian-

do o resultado das urnas, ao contemplar, na definição da bancada, o quantitativo da data da diplomação dos eleitos.

Além disso, a tramitação conjunta de proposições legislativas também foi objeto de estudos na comissão, que concluiu pela inadequação do atual critério de tratamento da matéria, de tal modo amplo e indefinido que vem dando margem a procedimentos e mesmo a manobras que podem prejudicar o autor da idéia original. Por essa razão, optou-se pela regra simples e objetiva de dar primazia, na tramitação em conjunto, ao projeto apresentado anteriormente aos demais.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

O Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2006, veio a esta Comissão de Constituição e Justiça por força do disposto no art. 401, § 2º I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em razão de se tratar de projeto de resolução de iniciativa de comissão temporária criada com a finalidade de modificar ou reformar o Regimento interno, **ex vi** do **caput** do mencionado art. 401.

Ademais, ao projeto de resolução de autoria de comissão temporária, criada com o fim de alterar o Regimento Interno, nos termos do disposto no referido art. 401, § 2º, III, do RISF, não se aplica o disposto no art. 98, IV, também do RISF, que prevê a obrigatoriedade de a Comissão Diretora emitir parecer sobre as proposições que alterem o Regimento.

Portanto, cabe a esta CCJ emitir parecer sobre a matéria em exame, inclusive quanto ao mérito.

O projeto vai ao encontro do disposto no inciso XII do art. 52 da Constituição Federal, que estabelece a competência privativa do Senado Federal para elaborar seu regimento interno, bem como ao estabelecido, adiante, no art. 58, a respeito das comissões do Congresso Nacional e de suas Casas. Não há, por conseguinte, óbice constitucional algum à aprovação deste projeto de resolução.

Tentativas anteriores de alterar totalmente o RISF ocorreram em 1995 e 1999. Comissão especial que funcionou no Senado com esse objetivo no ano de 1995 não conseguiu levar a votação o relatório final. Em razão disso, o então relator, Senador Lúcio Alcântara, atualizou e ampliou a proposta daquela comissão e apresentou o PRS nº 81, de 1999, modificando mais de 80 artigos, além de propor acréscimos de novos dispositivos e uma nova ordenação das matérias constantes do regimento, com o objetivo de melhorar o funcionamento das atividades legislativas desta Casa e de atender aos diferentes interesses partidários apresentados no Senado.

Entretanto, dificuldades de se chegar a um consenso quanto às matérias ali tratadas impediram a sua aprovação.

Devemos ressaltar que tentativas de reformar o regimento das Casas legislativas têm dificuldade de prosperar em sua tramitação pela simples razão de não atender aos interesses dos parlamentares: ora das correntes partidárias majoritárias, ora das minoritárias.

De fato, somente quando há sobeja demonstração de que determinadas normas regimentais desagradam às diversas correntes políticas da Casa emergem as condições determinantes para modificar o regimento interno. Essas modificações sempre se justificam pela necessidade de remover os entraves ao bom andamento dos trabalhos legislativos, observando-se no entanto, as garantias constitucionais das maiorias parlamentares.

Nesse sentido, o projeto de resolução em exame resultou de percutientes debates na Comissão Especial, criada com a finalidade de estudar a reforma do nosso Regimento Interno, e que optou por propor modificação apenas das normas regimentais em relação às quais os membros da Comissão entenderam haver elevado consenso na Casa.

Portanto, as alterações propostas objetivam, em resumo, fixar novas regras para:

- a) composição das comissões permanentes e provisórias;
- b) uso da palavra;
- c) tramitação conjunta;
- d) transcrição de documentos nos Anais;
- e) tramitação de requerimento de publicação;
- f) retirada de proposição que conste da Ordem do Dia.

Finalmente, para melhor esclarecimento do assunto, cotejamos, em Quadro Comparativo anexo, as alterações propostas pelo projeto em exame com as normas correspondentes do Regimento Interno.

Assim, cumpre-nos apoiar e louvar o trabalho daquela Comissão Especial quanto ao mérito da proposição, tendo em vista que não há reparos a serem feitos no que concerne aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa do PRS nº 27, de 2006.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela juridicidade e adequação regimental do Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2006, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PR-5 Nº 27 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/05/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR "AD HOC": <i>Senador Rodolpho Tourinho</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEY TUMA
CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[assinatura]</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[assinatura]</i> (RELA ADH)
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[assinatura]</i>	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPLEY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>[assinatura]</i>	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-(VAGO) ⁽⁵⁾
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>[assinatura]</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/05/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT.

(5) O Senador Gerson Camata afastou-se do exercício do mandato em 04/05/2006 para assumir o cargo de Secretário de Estado no Estado do Espírito Santo.

ANEXO AO PARECER Nº , DE 2006-CCJ

QUADRO COMPARATIVO

Art.	REGIMENTO INTERNO DO SF	PRS Nº 27, DE 2006
3º, VIII	<i>nihil</i>	Na constituição da Mesa e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam do Senado (CF, art. 58, § 1º)
3º, IX	<i>nihil</i>	Para os fins do cálculo de proporcionalidade as bancadas partidárias são considerados pelos seus quantitativos à data da diplomação. (NR)
14, I	nos sessenta minutos que antecedem a Ordem do Dia, por vinte minutos;	nos cento e vinte minutos que antecedem a Ordem do Dia, por dez minutos, nas sessões deliberativas, e nas sessões não deliberativas por vinte minutos;
14, II	se líder:	se líder, uma única vez na sessão:
14, II, a	por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário;	por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, para comunicação urgente de interesse partidário, exceto durante a Ordem do Dia; ou
14, III	na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos;	na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos, limitada a palavra a cinco Senadores a favor e cinco contra;
14, V	no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos;	no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos, o relator da Comissão de mérito e os líderes de partido ou bloco parlamentar ou Senadores por esses designados;
14, XII	<i>nihil</i>	por delegação de sua liderança partidária, por cinco minutos, observado o disposto na alínea a do inciso II e do § 3º deste artigo.
14, XII, § 1º	<i>nihil</i>	É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se baseia para a concessão da palavra;
14, XII, § 3º	<i>nihil</i>	O líder que acumular lideranças de partido e de bloco parlamentar poderá usar da palavra com base no inciso II uma única vez numa mesma sessão.

14, XII, § 4º	<i>nihil</i>	Os vice-líderes, na ordem em que foram indicados, poderão usar da palavra com base no inciso II deste artigo se o líder lhe ceder a palavra, estiver ausente ou impedido nos termos do art. 13.
14, XII, § 5º	<i>Nihil</i>	O uso da palavra, por delegação de uma liderança, poderá ocorrer uma única vez em uma mesma sessão e não poderá ser exercido na mesma fase da sessão utilizada pelo líder para falar com base nos termos do inciso II deste artigo.
14, XII, § 6º	<i>nihil</i>	O Senador que fizer uso da palavra por delegação de liderança ou para comunicação inadiável não poderá, na mesma sessão, solicitar a palavra como orador inscrito.
14, XII, § 7º	<i>nihil</i>	Aplica-se o disposto no § 1º do art. 17 aos Senadores que fizerem uso da palavra com base no que dispõem os incisos I, VII, IX e XII.
14, XII, § 8º	<i>nihil</i>	Aos membros de representação partidária com menos de um décimo da composição do Senado será permitido o uso da palavra, nos termos dos incisos I, II e XIII, uma única vez em cada sessão. (NR)
15	Os prazos previstos no art. 14 são improrrogáveis, não sendo lícito ao Senador utilizar-se do tempo destinado a outro, em acréscimo ao de que disponha.	Os prazos previstos no art. 14 só poderão ser prorrogados, pelo Presidente, por um ou dois minutos, para permitir o encerramento do pronunciamento, após o que o som do orador será cortado. (NR)
48, § 1º	<i>nihil</i>	Após a leitura da proposição, o Presidente verificará a existência de matéria análoga ou conexa em tramitação na Casa, hipótese em que determinará a tramitação conjunta dessas matérias.
48, § 2º	<i>nihil</i>	O disposto no parágrafo anterior não se aplica à proposição sobre a qual já exista parecer aprovado em Comissão.
48, § 3º	<i>nihil</i>	Da decisão do Presidente, prevista no § 1º, caberá recurso para a Mesa no prazo de três sessões contado da sua publicação. (NR)

78, p. único	<i>nihil</i>	Para fins de proporcionalidade as bancadas partidárias são fixadas pelos seus quantitativos à data da diplomação. (NR)
162	A Ordem do Dia terá início, impreterivelmente, ao término do tempo destinado à Hora do Expediente, salvo prorrogação.	A Ordem do Dia terá início às dezesseis horas. (NR)
210, II	quando aprovada pelo Plenário, a requerimento de qualquer Senador.	quando aprovada pelo Presidente do Senado, a requerimento de qualquer Senador.
210, § 1º	O requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora antes de sua inclusão em Ordem do Dia.	Revogado
215, I	dependentes de decisão da Mesa:	dependentes de despacho da Mesa:
215, I, c	de retirada de indicação ou requerimento;	tramitação em conjunto de proposição regulando a mesma matéria, exceto se a proposição constar da Ordem do Dia ou for objeto de parecer aprovado em Comissão;
215, II, e	<i>nihil</i>	de retirada de proposição, desde que não tenha recebido parecer de comissão e não conste de Ordem do Dia (art. 256, § 2º);
215, II, f	<i>nihil</i>	de publicação de documento no Diário do Senado Federal para transcrição nos Anais. (art. 210, II)
215, IV	Dependente de aprovação pela maioria absoluta do Senado, requerimento de informação sigilosa (LC nº 105, de 2001). (NR)	Revogado
255, II, c, 2	publicação de documento no <i>Diário do Senado Federal</i> para transcrição nos Anais;	Revogado
255, II, c, 8	tramitação em conjunto, de projeto regulando a mesma matéria (art. 258);	Revogado
255, II, c, 10	retirada de proposição não constante da Ordem do Dia (art. 256, § 2º, II, b);	retirada de proposição com parecer de comissão;
255, II, c, 12	remessa a determinada comissão de matéria despachada a outra;	Revogado
256, § 1º	O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.	O requerimento de retirada de proposição que constar da ordem do Dia só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

256, § 2º, I	despachado pelo Presidente, quando se tratar da retirada de requerimento ou indicação;	despachado pelo Presidente, quando se tratar de proposição sem parecer de Comissão ou que não conste da Ordem do Dia;
256, § 2º, II	submetido à deliberação do Plenário:	submetido à deliberação do Plenário, imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia.
256, § 2º, III	<i>nihil</i>	incluído em Ordem do Dia, se a matéria já estiver instruída com parecer de Comissão. (NR)
258	Havendo, em curso no Senado, dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer comissão ou Senador.	Havendo, em curso no Senado, duas ou mais proposições regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto a partir de requerimento de comissão ou de Senador, mediante deliberação da Mesa, salvo as que já foram objeto de parecer aprovado em comissão ou que constam da Ordem do Dia.
258, p. único	<i>nihil</i>	Os requerimentos de tramitação conjunta, com matérias que já constem da Ordem do Dia ou que tenham parecer aprovado em comissão, serão submetidos à deliberação do Plenário. (NR)
260, II, b	o mais antigo sobre os mais recentes, quando originários todos da mesma Casa, salvo se entre eles houver algum que regule a matéria com maior amplitude;	o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa.
260, § 1º	<i>nihil</i>	O regime especial de tramitação de uma proposição estende-se às demais que lhe estejam apensadas.
260, § 2º	<i>nihil</i>	Em todos os casos as proposições objeto deste artigo serão incluídas conjuntamente na Ordem do Dia da mesma sessão.
260, § 3º	<i>nihil</i>	As proposições apensadas terão um único relatório, nos termos do disposto no art. 268. (NR)
412	A legitimidade na elaboração da norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:	A legitimidade da elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:
412, III	impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, ainda que unânime, tomados ou não mediante voto;	impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou de decisão do Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quorum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

**DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS
DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO DO SE-
NADO FEDERAL**

RELATÓRIO PARCIAL Nº 1, DE 2006 – CERI

**Da Comissão Especial de Reforma do
Regimento Interno do Senado Federal.**

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

Existe no Senado Federal amplo consenso a respeito da necessidade de reforma das regras procedimentais, de modo a tornar mais claros determinados ritos, de simplificar outros e, especialmente, de tornar mais democrático o acesso à palavra, em Plenário.

Sobretudo, existe consenso a respeito da necessidade de modificar o sistema de tramitação em conjunto de proposições legislativas, para facilitar a análise de matérias que tratam do mesmo assunto, quando essas matérias são apreciadas em conjunto.

A tramitação em conjunto de matérias seguirá princípio simples e claro: terá prioridade a proposição apresentada com maior antecedência, independentemente de sua amplitude.

A ampliação do acesso à palavra dar-se-á mediante duas alterações regimentais: o aumento do período da Hora do Expediente, de noventa para cento e vinte minutos, de uma parte e, de outra, mediante a limitação da intervenção dos líderes a uma única vez, por sessão.

Após a Ordem do Dia, o Líder de bancada poderá solicitar a palavra outra vez. Desta feita, sua intervenção será intercalada com a dos oradores regularmente inscritos.

A ampliação do acesso à Tribuna do Senado também se dá mediante a restrição à liberalidade com o uso do tempo pelos oradores: o presidente da sessão somente poderá ampliar o prazo por um ou dois minutos, após o que o som do orador será cortado.

Importa ressaltar que o amplo acordo que existe em torno dessas alterações no Regimento interno do Senado foi clara e publicamente expresso pelo Presidente Renan Calheiros, em pronunciamento no início de seu mandato, em 1º de março de 2005, quanto Sua Excelência, manifestando a vontade majoritária da Casa, afirmou:

Objetivando democratizar o uso da palavra, como havíamos prometido na última sessão, bem como acabar com o mal-estar que havia no plenário por consequência de alguma discriminação, em função de distorções que o nosso Regimento enseja, Sr^s e Srs. Senadores, e procurando também garantir igualdade de

oportunidades, a Mesa do Senado Federal foi sensível aos pedidos de sugestões de muitos Senadores. Contamos na reunião da Mesa; com a honrosa presença do Senador Pedro Simon, que representava, na oportunidade, Senadores que queriam verdadeiramente mudar os critérios do uso da palavra. Em conjunto, hoje, com as Lideranças Partidárias da Casa, determinamos novos procedimentos para o uso da palavra em plenário pelos Srs. Líderes, realizando, para tanto, o reexame da interpretação desta matéria no Regimento Interno do Senado Federal, de modo que não sejam prejudicados os Srs. Senadores que se inscreveram para utilizar a tribuna.

Em seguida, a matéria foi discutida pelos Senadores José Sarney (PMDB/AP), Arthur Virgílio (PSDB/AM), Sibá Machado (PT/AC), Jefferson Péres (PDT/AM), Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA), Juvêncio da Fonseca (PDT/MS) e Hélio Costa (PMDB/MG). Todas essas lideranças manifestaram o entendimento de que é necessário aperfeiçoar o Regimento Interno do Senado Federal, e que as medidas anunciadas pelo Presidente Renan Calheiros apontam um caminho saudável.

Para dar consequência a esses propósitos, foi instituída esta Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Seus primeiros estudos e debates voltaram-se para os temas anunciados no início do ano passado, já mencionados. Suas conclusões estão consubstanciadas nas alterações regimentais constantes do projeto de resolução com que concluímos o presente Parecer.

Nesses debates, percebeu-se a necessidade de que o Regimento Interno contemplasse um critério rigoroso de definição das bancadas partidárias no Senado, para o efeito de definir a representação dos partidos nas comissões permanentes e provisórias. Entendemos, e essa é a contribuição que oferecemos ao processo de reforma política, que o resultado das urnas deve ser prestigiado, e a maneira de fazê-lo é contemplar, na definição da bancada, o quantitativo da data da diplomação dos eleitos.

Outra matéria de altíssimo relevo é a tramitação conjunta de proposições legislativas: o critério da amplitude no tratamento da matéria pode dar azo a subjetivismos e mesmo a manobras que podem prejudicar o autor da idéia original. Optou-se, então, pela regra simples e objetiva de conferir primazia ao projeto apresentado anteriormente aos demais.

Os propósitos do projeto apresentado ao final deste relatório:

a) definição do quantitativo da bancada, para o efeito de ocupação de cargos em

comissões do Senado, com base nos números da data da diplomação dos eleitos (arts. 3º e 78);

b) limitação do uso da palavra para permitir a participação de um número maior de Senadores (arts. 14 e 15);

c) aperfeiçoamento do procedimento de tramitação conjunta de proposições, vedada sua adoção para as matérias que tiverem parecer aprovado em comissão ou que constem da Ordem do Dia (arts. 48, 258 e 260);

d) fixação do início da Ordem do Dia para as 16 horas (art. 162);

e) simplificação do procedimento para transcrição de documentos nos Anais do Senado (arts. 210 e 215);

f) simplificação da tramitação de requerimentos de publicação de documentos, de tramitação conjunta de proposições, de retirada de proposições e de remessa de proposição para outra comissão e

g) disciplinamento da retirada de proposição que consta da Ordem do Dia.

Em razão desses entendimentos, concluímos pela apresentação ao Senado Federal do seguinte projeto de resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 27, DE 2006

(Da Comissão Especial de Reforma do Regimento)

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições legislativas, a retirada de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 3º, 14, 15, 48, 78, 162, 210, 215, 255, 256, 258 e 260 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

III – Na constituição da Mesa e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam do Senado (CF, art. 58. § 1º).

IX – para os fins do cálculo de proporcionalidade as bancadas partidárias são consideradas pelos seus quantitativos à data da diplomação. (NR)”

“Art. 14.

.....
I – nos cento e vinte minutos que antecedem a Ordem do Dia, por dez minutos, nas sessões deliberativas, e nas sessões não deliberativas por vinte minutos;

II – se líder, uma única vez na sessão:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, para comunicação urgente de interesse partidário, exceto durante a Ordem do Dia; ou

.....
III – na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos, limitada a palavra a cinco Senadores a favor e cinco contra;

V – no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos, o relator da Comissão de mérito e os líderes de partido ou bloco parlamentar ou Senadores por esses designados;

.....
XII – por delegação de sua liderança partidária, por cinco minutos, observado o disposto na alínea a do inciso II e do § 3º deste artigo.

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se baseia para a concessão da palavra;

.....
§ 3º O líder que acumular lideranças de partido e de bloco parlamentar poderá usar da palavra com base no inciso II uma única vez numa mesma sessão.

§ 4º Os vice-líderes, na ordem em que foram indicados, poderão usar da palavra com base no inciso II deste artigo se o líder lhe ceder a palavra, estiver ausente ou impedido nos termos do art. 13.

§ 5º O uso da palavra, por delegação de uma liderança, poderá ocorrer uma única vez em uma mesma sessão e não poderá ser exercido na mesma fase da sessão utilizada pelo líder para falar com base nos termos do inciso II deste artigo.

§ 6º O Senador que fizer uso da palavra por delegação de liderança ou para comunicação inadiável não poderá, na mesma sessão, solicitar a palavra como orador inscrito.

§ 7º Aplica-se o disposto no § 1º do art. 17 aos Senadores que fizerem uso da palavra com base no que dispõem os incisos I, VII, IX e XII.

§ 8º Aos membros de representação partidária com menos de um décimo da composição do Senado será permitido o uso da palavra, nos termos dos incisos I, II e XIII, uma única vez em cada sessão. (NR)”

“Art. 15. Os prazos previstos no art. 14 só poderão ser prorrogados, pelo Presidente, por um ou dois minutos, para permitir o encerramento do pronunciamento, após o que o som do orador será cortado. (NR)”

“Art. 48.

§ 1º Após a leitura da proposição, o Presidente verificará a existência de matéria análoga ou conexa em tramitação e hipótese em que determinará a tramitação conjunta dessas matérias.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica à proposição sobre a qual já exista parecer aprovado em Comissão.

§ 3º Da decisão do Presidente, prevista no § 1º caberá recurso para a Mesa no prazo de três sessões contado da sua publicação.

..... (NR)”

“Art. 78.

Parágrafo único. Para fins de proporcionalidade as bancadas partidárias são fixadas pelos seus quantitativos à data da diplomação. (NR)”

“Art. 162. A Ordem do Dia terá início às dezesseis horas. (NR)”

“Art. 210.

II – quando aprovada pelo Presidente do Senado, requerimento de qualquer Senador.

§ 1º (Revogado)

..... (NR)

“Art. 215.

I – dependentes de despacho da Mesa:

c) tramitação em conjunto de proposição regulando a mesma matéria, exceto se a proposição constar da Ordem do Dia ou for objeto de parecer aprovado em Comissão;

II –

e) de retirada de proposição, desde que não tenha recebido parecer de comissão e não conste de Ordem do Dia (art. 256, § 2º);

f) de publicação de documento no **Diário do Senado Federal** para transcrição nos Anais.” (art. 210, II)

..... (NR)”

“Art. 255.

II –

c)

2 – (Revogado.)

8 – (Revogado.)

10 – retirada de proposição com parecer de comissão;

12 – (Revogado)

..... (NR)”

“Art. 256.

§ 1º O requerimento de retirada de proposição que constar da Ordem do Dia só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

§ 2º Lido, o requerimento será:

I – despachado pelo Presidente, quando se tratar de proposição sem parecer de Comissão ou que não conste da Ordem do Dia;

II – submetido à deliberação do Plenário, imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia;

III – incluído em Ordem do Dia, se a matéria já estiver instruída com parecer de Comissão. (NR)”

“Art. 258. Havendo, em curso no Senado, duas ou mais proposições regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto a partir de requerimento de comissão ou de Senador, mediante deliberação da Mesa, salvo as que já foram objeto de parecer aprovado em comissão ou que constam da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Os requerimentos de tramitação conjunta, com matérias que já constem da Ordem do Dia ou que tenham parecer aprovado em comissão, serão submetidos à deliberação do Plenário. (NR)”

“Art. 260.

II –

b) o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa.

§ 1º O regime especial de tramitação de uma proposição estende-se às demais que lhe estejam apensadas.

§ 2º Em todos os casos as proposições obieto deste artigo serão inciúidas conjuntamente na Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 3º As proposições apensadas terão um único relatório, nos termos do disposto no art. 268. (NR)”

“Art. 412. A legitimidade da elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

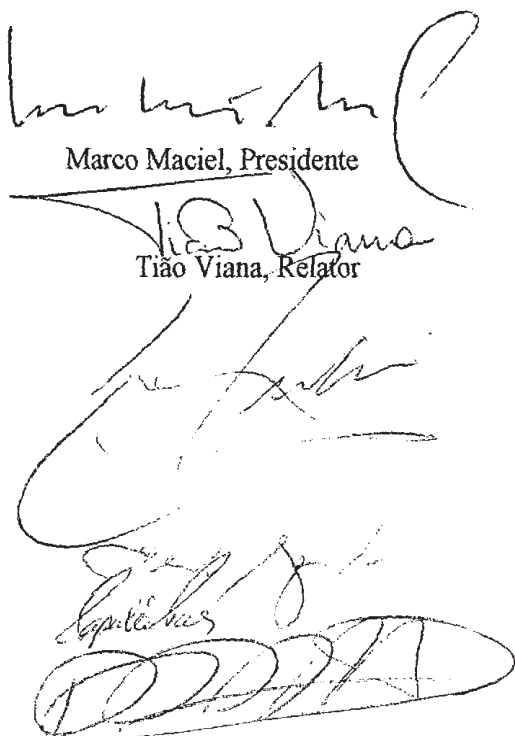
.....
III – impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou de decisão do Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o **quorum** mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

..... (NR)”

Art. 2º São revogados o § 1º do art. 210; o inciso IV do art. 215; e os itens 2, 8 e 12 da alínea c do inciso II do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de março de 2006.



Marco Maciel, Presidente

Tião Viana, Relator

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005, DE AUTORIA DO SENADOR TIÃO VIANA, PARA, NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, APRESENTAR PROJETO DE RESOLUÇÃO DE REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Ata da 5ª Reunião, realizada em 20-2-2006

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, às dezoito horas e trinta e oito minutos, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marco Maciel e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Tião Viana, Augusto Botelho e Papaléo Paes, membros, reúne-se a Comissão Especial Criada Mediante Requerimento nº 91, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, para, no Prazo de Sessenta dias, Apresentar Projeto de Resolução de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Havendo número regimental o Senhor Presidente, Senador Marco Maciel, declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Por conseguinte, comunica ao Plenário que a presente reunião destina-se à análise de questões de cunho administrativo. Ato contínuo passa a palavra ao o Sr. Relator da matéria, Senador Tião Viana, que informa sobre o prejuízo de reuniões da Comissão face à turbulência política do ano recém terminado. Também assim, o Relator apresentou seu Relatório Parcial sobre alterações consistentes e necessárias do Regimento Interno do Senado Federal, o qual foi aprovado por unanimidade. Usou da palavra o Senador Augusto Botelho. O Presidente convocou reunião para o dia sete de março, às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às, dezoito horas e cinquenta minutos. E, para constar, eu, Wanderley Rabelo da Silva Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

Notas Taquigráficas

O Sr. Presidente Marco Maciel (PFL – PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Especial criada mediante requerimento nº 91, de 2005, de autoria do nobre Senador Tião Viana, para no prazo de 60 dias apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal. A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, coloco-a em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Esclareço que a presente reunião destina-se

à análise de questões de cunho administrativo. Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana Relator da referida Comissão.

O Sr. Relator Senador Tião Viana (PT – AC): Meu caríssimo Presidente, Senador Marco Maciel, Senador Augusto Botelho, nós tivemos, é importante que se registre, uma turbulência política, que foi motivada pela crise de denúncias que envolveu a presença das CPI e tivemos um prejuízo do funcionamento das outras Comissões da Casa em razão de todo o esforço que tiveram os partidos de ter a sua presença marcada dentro das CPI, cumprindo suas funções constitucionais. E a nossa Comissão, que diz respeito à reforma do Regimento, evidentemente passou por um prejuízo dessa natureza em termo de agenda, de prazos, não que o tema não seja tão importante quanto qualquer outra Comissão da Casa, mas houve esse intervalo que não foi muito favorável, em razão das crises da própria Convocação Extraordinária. Então, o que nós pudemos evoluir nesse período foi um trabalho em relação a distintos itens do Regimento Interno, que eu pude enumerar aqui em sete itens, que dizem respeito à definição da bancada, com base no quantitativo da data da diplomação, alterando os arts. 3º e o 78 do Regimento Interno, essa é uma matéria da maior relevância, porque eu poderia dizer com muita tranquilidade, que foi muito de uma sugestão sua isso aqui, a Câmara dos Deputados já absorveu, já acolheu tal medida, inclusive, isso aqui serve como 70 a 80% de uma Reforma Política, no que diz respeito à fidelidade partidária, que é um componente essencial da maturidade democrática e do indicador do amadurecimento dos partidos políticos. A limitação do uso da palavra para permitir a participação do número maior dos Senadores envolvendo os arts. 14 e 15, o aperfeiçoamento do procedimento de tramitação conjunta de proposições vedado para os que tiverem parecer aprovados em Comissões ou que conste da Ordem do Dia, conforme os arts. 48, 258 e 260, que nós vivemos um drama das manobras parlamentares, que impedem o andamento de matérias que são julgadas essenciais por recursos que, na verdade, são obstruções de evolução de matéria legislativa. Então, a matéria da maior relevância, a fixação do início da Ordem do Dia para às 16 horas no art. 162, também outro item que passa por uma apreciação, a simplificação de procedimento para a transcrição de documentos nos anais do Senado, conforme os arts. 210 e 215, a simplificação da tramitação de requerimentos no art. 255, com publicação de documentos, tramitação conjunta de proposições, retirada de proposição e remessa de proposição para outra Comissão e, enfim, o disciplinamento da retirada de proposição que consta da Ordem do Dia nos termos

do art. 256, temas relevantes que dizem respeito ao cotidiano da vida parlamentar do fluxo legislativo. Se nós tomarmos essas medidas, nós estaremos atualizando nos moldes da capacidade, da dinâmica funcional da Casa hoje, o Regimento Interno. Seria um primeiro passo consistente para mostrar a disposição da Casa em se tornar mais célere, mais capaz de dar resposta que a sociedade quer sobre o trâmite legislativo. Então, foi uma síntese da primeira contribuição, temos diversas outras matérias tramitando na Casa, por sugestão sua e de outros senadores nas Comissões e que nós estamos tentando fazer um ajuntamento e uma reflexão para ponderar após a apreciação dessas, que devem ser um marco de primeiro passo decisivo da atualização do Regimento Interno do Senado Federal. Então, da minha parte, o documento foi entregue na minha condição de Relator, aos senhores membros da Comissão e a nós, caberia a decisão da sua aprovação, para que ele pudesse efetivamente ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sofrer uma apreciação crítica, um aperfeiçoamento, ser votado e ir ao plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, ao nobre, nosso agradecimento ao Senador Tião Viana, Vice-presidente do Senado Federal e Relator desta Comissão. E eu acredito, em função do relatório que V. Ex^a acaba de apresentar, que nós poderíamos, se não houver nenhuma objeção, considerá-lo como aprovado e a partir daí, então, encaminhá-lo à CCJ para que nós possamos, quem sabe, dar maior agilidade à tramitação das proposições. E, talvez, seja oportuno também comunicar à Mesa, ao Presidente do Senado Federal.

O SR. RELATOR SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) – Eu só lhe ponderaria uma sugestão para que a Comissão de Constituição e Justiça pudesse estabelecer uma prioridade para o andamento desta matéria, já que lá nós temos mais de oitocentas matérias em tramitação, em apreciação.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – O que eu gostaria, então, de sugerir, era que nós possamos também fazer, como foi lembrado pelo ilustre Relator, fazer gestão junto à CCJ, uma discussão, ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, para que ele dê prioridade à tramitação dessas matérias. E é bom lembrar que a primeira, inclusive, já foi acolhida na Câmara dos Deputados. E seria muito bom que nós também pudéssemos diligenciar. Exatamente.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu acho que a sugestão é boa, porque a gente vai responder com mais agilidade aos anseios da sociedade. E também em relação a essa permanência do quadro que se definia na época da eleição, não é? Eu

estive conversando com V. Ex^a, sobre como ficaria os Senadores que já estão com mandatos ou que trocaram de mandatos, vai valer o quadro político da época do início da legislatura. Isso, então fica bem claro isso que a gente vai, não vai haver dúvida.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – E acho que isso, é inclusive a mais relevante na Câmara, porque a Câmara resulta de um voto dado a partir do Senado a... Majoritária tendo coligações, então, fica muito mais difícil caracterizar o chamado voto de legenda, voto partidário. Mas é muito bom que o Senado adote igual Providência, porque isto é uma forma de contribuir para além da fidelidade partidária...

O SR. RELATOR SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Então, se fizermos isso como estamos fazendo na Câmara e Senado, isso ajudará em muito a melhorar as Políticas brasileiras.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu vou usar um termo que V. Ex^a usou, isonomia entre as duas Casas, para manter a isonomia entre as duas Casas, para deixar bem claro que nós somos iguais nas decisões aqui.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Exatamente. Eu acho que seria muito bom. E como o Senador Tião Viana já fez, inclusive, um fundamental Relatório Parcial das referidas proposições, nós podemos agora tratá-los no encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não sei se há mais algum assunto a tratar? Nada?

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Acho que esgotamos a pauta de hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sim, vamos para a próxima. Pois não. Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião e podemos agendá-la para o dia 6 de março?

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Numa segunda?

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Numa segunda. 7. Terça-feira 7.

O SR. RELATOR SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) – Para mim está ótimo.

O SR. PRESIDENTE MARCO MACIEL (PFL – PE) – Então, eu acho podia ser às 18 horas? Um horário mais conveniente a todos na Casa. Ótimo assim. Então está encerrada a Reunião.

Encerra-se a Reunião às 18 horas e 48 minutos.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO IV
Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XII – elaborar seu regimento interno;

**SEÇÃO VII
Das Comissões**

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério

Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB)

– O parecer que acaba de ser lido vai publicação.

Há oradores inscritos.

Passo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de fazer da tribuna o registro da importante reunião que teremos às 16 horas com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Trata-se de reunião que a Direção do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet-SC) terá com o Ministro. Nesse evento, entregaremos o projeto da Universidade Federal Tecnológica, que é uma reivindicação que Santa Catarina está apresentando ao Ministro Fernando Haddad mais ou menos assemelhada ao que o Estado do Paraná já conseguiu: transformar sua rede de ensino tecnológico federal, seus Cefets e suas agrotécnicas, numa rede universitária intitulada Universidade Federal Tecnológica. No Paraná, funcionam o ensino médio profissionalizante e o ensino superior, voltado para as áreas tecnológicas, para as áreas de capacitação, principalmente de formação de nível superior: pós-graduação, mestrado e doutorado na área tecnológica. Santa Catarina vai apresentar pleito equivalente, tendo em vista o grande incremento do setor do ensino profissionalizante durante o Governo Lula.

Senador Ney Suassuna, quero passar-lhe uma idéia da dimensão do avanço que conseguimos. Sou meio da antiga, pois chamo ainda de Escola Técnica, porque com o nome Cefet as pessoas ainda não se acostumaram. O ensino profissionalizante federal em Santa Catarina tem 96 anos, quando se instalou, em Florianópolis, a primeira unidade de ensino federal voltada para a capacitação profissional, para a formação profissional.

Até 2002, em 92 anos – é importante frisar isso –, o ensino profissionalizante federal instalou o Cefet, inicialmente chamado de Escola Técnica, em Florianópolis, em São José, em Jaraguá. Em 1992, esse Centro estava instalado fisicamente, mas ainda não tinha quadro de pessoal. Durante 11 anos, funcionou precariamente um curso de Enfermagem, que é um

dos melhores de Santa Catarina, como extensão de Florianópolis, na cidade de Joinville. Então, em 92 anos, havia três escolas técnicas, três Cefets – o de Florianópolis, o de São José e o de Jaraguá –, e um único curso de extensão em Joinville.

Depois do início do Governo Lula, tivemos de, em primeiro lugar, derrubar uma lei. Infelizmente, no Brasil, chegou-se ao absurdo de haver uma lei, aprovada em 1998, que só permitia a expansão, a ampliação de novas unidades do ensino profissionalizante federal em três modalidades: ou em parceria com o Governo do Estado, que nunca tem dinheiro – não aconteceu; ou em parceria com prefeituras, que nunca têm dinheiro – também não aconteceu; ou, então, com a iniciativa privada – aí, efetivamente aconteceu, mas não funcionou. E o que fizemos? Derrubamos a lei. No Senado, a última votação se deu em novembro do ano passado. Nós a derrubamos. Portanto, o Governo Federal voltou a ter a prerrogativa de expandir, de ampliar, de criar novas unidades do ensino profissionalizante.

Há 28 Cefets sendo construídos, atualmente, no Brasil. E Santa Catarina, que tinha três unidades – volto a dizer: a de Florianópolis, a de São José, a de Jaraguá – sem quadro de pessoal, agora tem quadro de pessoal. Há apenas um curso de Enfermagem em Joinville. Estamos, agora, inaugurando o Cefet de Joinville e o de Chapecó. Os dois vão ser inaugurados. Inclusive, estamos aguardando a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 23 de junho, exatamente para a inauguração das duas unidades. Estamos iniciando a construção, no segundo semestre, do terceiro Cefet, no Município de Araranguá. Portanto, quem conhece Santa Catarina sabe que, em cada região do Estado – no norte, no oeste e no sul –, há um Cefet, exatamente para distribuir entre todas as regiões.

Além disso, estamos retomando uma unidade importantíssima que funciona na cabeceira da ponte, no lado do continente, em Florianópolis, resultado dessa política de parceria adotada pelo Governo anterior. Como funcionou? O terreno era da União, o prédio foi construído com recursos da União, e o equipamento da unidade também foi feito com financiamento da União. Havia um convênio para que uma fundação e uma universidade particular utilizassem as dependências. Era uma instalação belíssima que funcionava com 150 alunos que pagavam R\$700 por mês. Ou seja, eram terreno público, prédio público e equipamento público, todos destinados à iniciativa privada. O Ministério da Educação retomou todas as instalações, e, já no segundo semestre, haverá mais uma unidade, mais um Cefet, que vai abrigar nada mais nada menos do que 1,2 mil alunos na cabeceira da ponte, no Município de Florianópolis.

Apenas três unidades foram construídas, instaladas e postas para funcionar em 92 anos. No entanto, só neste ano, haverá quatro unidades novas. Em 92 anos, foram três unidades, mas, em três anos e meio – antes de completar o quarto ano –, vamos pular de três unidades para sete, em funcionamento, com aula, atendendo os nossos jovens de forma gratuita, com grande qualidade.

Na sexta-feira, estive no Município de Urupema para o anúncio de mais uma unidade cuja construção, espero, deverá ter início ainda no segundo semestre, para que possamos inaugurá-la no próximo ano. O Município de Urupema é um dos que tem menor Índice de Desenvolvimento Humano do nosso Estado. Esse Município tem um baixíssimo IDH. Portanto, essa é uma grande alavancagem. A Prefeita Arlita – que é do seu Partido, Senador Ney Suassuna – ficou muito emocionada quando lhe foi dada a notícia de que o Município escolhido no planalto da serra catarinense era exatamente o que ela administra. Ela ficou, portanto, muito feliz e satisfeita, porque sabe a importância de uma escola dessa magnitude no Município, o que isso pode significar.

Além do Cefet no planalto da serra catarinense, em Urupema, há ainda – e esse é um dos assuntos que vamos levar também ao Ministro Fernando Haddad – a retomada de uma situação semelhante àquela da cabeceira da ponte, em Florianópolis, da Escola de Gastronomia, com mais outra unidade que também foi construída com recursos públicos e com equipamentos públicos e que também está sendo subutilizada pela iniciativa privada no Município de Xanxerê.

Então, se tudo der certo, Senador Ney Suassuna, Santa Catarina, que, em 92 anos, teve a capacidade de construir apenas três escolas técnicas federais, no Governo do Presidente Lula já vai contar com mais quatro unidades em funcionamento em 2006 – e há a perspectiva de se colocarem em funcionamento mais duas ou três unidades em 2007. É, portanto, uma alavancagem fantástica que, para nós, está sendo traduzida como uma revolução no ensino profissionalizante. Eram essas as notícias que eu queria dar.

Tenho muita satisfação, porque, no ano passado, minha emenda de R\$14,238 milhões foi inteiramente voltada para o ensino profissionalizante e foi integralmente empenhada. Agora, está sendo utilizada na construção e na reforma de várias unidades do ensino profissionalizante em Santa Catarina. Além disso, no Orçamento deste ano, conseguimos emplacar nossa emenda de Senadora, de mais R\$10 milhões, de novo para o ensino profissionalizante.

Portanto, com os recursos que o próprio Ministério da Educação detém para ampliar o ensino profissio-

nalizante – a emenda do ano passado de R\$14,238 milhões e mais R\$10 milhões deste ano –, com certeza faremos muita diferença na formação profissional da juventude catarinense. Tenho a certeza de que essa será a situação também em vários outros Estados. Sei que o ensino profissionalizante na Paraíba também obteve incremento.

Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, se V. Ex^a ainda me permitir, falarei também sobre o crescimento do PIB. Na semana passada, eu me detive bastante na análise dos resultados dos números que foram apresentados referentes ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), das riquezas no Brasil no primeiro trimestre.

Os dados foram bastante eloqüentes com a retomada de crescimento significativo. O crescimento esteve mais voltado para o mercado interno, baseado no aumento do consumo das famílias e no investimento na construção civil, na importação de máquinas e de equipamentos. Ou seja, o crescimento do PIB, no primeiro trimestre de 2006, teve exatamente esta característica: expansão de 7% na construção civil; 9% de crescimento nos investimentos, o que teve como base a queda contínua da taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e o aumento de crédito para pessoa jurídica; 5% de crescimento na atividade industrial; 15,9% de expansão da importação de bens e de serviços.

Mas o principal ponto no qual eu gostaria de me deter aqui é a questão da variação positiva de 4% no consumo das famílias com o aumento da massa salarial. Isso já tinha sido identificado como um dos pilares da retomada do crescimento, seguindo um pouco a linha que venho batendo, a de que mudamos o paradigma. O Governo Lula, efetivamente, teve capacidade de mudar o paradigma. Aquele chavão de que “é preciso, primeiro, crescer o bolo para, depois, dividir”, nós o derrubamos, porque o crescimento, principalmente o identificado no primeiro trimestre de 2006, está calcado na distribuição de renda. Foi exatamente o aumento do consumo da massa salarial, do número de empregos, dos programas de inclusão social e da distribuição de renda que alavancou o crescimento.

E, para que não paire dúvida, quero dizer que os jornais do fim de semana e de hoje, de forma muito especial, estão exatamente confirmando aquilo que o crescimento do PIB já anunciava: “Massa salarial mensal [ou seja, o volume de salários, o quanto os trabalhadores do Brasil receberam em termos de salário] até abril cresceu R\$1 bilhão”. Um dos motivos do avanço do PIB no primeiro trimestre se dá exatamente por conta dessa massa salarial do trabalhador, desse crescimento de R\$1 bilhão por mês, que foi acima da

média mensal do primeiro quadrimestre do ano passado, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Esse adicional funciona como uma espécie de injeção na veia, aquela injeção automática, principalmente no consumo, Senador Ney Suassuna, dos bens semi-duráveis e não-duráveis, como é o caso de alimentos, de medicamentos, de vestuário e de supermercado, indicando, de forma inequívoca, que o aumento do consumo desses itens e dessa composição se deu exatamente pelo crescimento da massa salarial.

A soma dos rendimentos do pessoal ocupado no Brasil saltou de uma média mensal de R\$19 bilhões por mês para R\$20 bilhões. Esse avanço da massa salarial foi de cerca de 5% nos últimos 12 meses, comparados ao período anterior, com efeitos maiores nas vendas de alimentação e de vestuário. No caso dos alimentos, houve um crescimento de 5,2% no acumulado dos 12 meses até abril. E no caso do vestuário, o aumento foi de 4,9% no mesmo período. Portanto, é um crescimento significativo.

Veja bem como questões regionais acabam tendo influência, Senador Ney Suassuna, porque o crescimento da massa salarial não se deu de forma homogênea em todo o País: a massa salarial teve um crescimento, nos últimos dois meses, de 8,7% exatamente na região metropolitana de Salvador – e acaba de entrar no plenário o Senador Antonio Carlos Magalhães –, o maior entre as regiões metropolitanas; em Recife, esse índice foi de 7%; em Porto Alegre, houve o pior crescimento, apenas de 3,3%, o que se deve, principalmente, à deterioração da situação agrícola na Região Sul.

Portanto, nas principais Capitais, com ênfase nas Regiões Nordeste e Norte, houve influência indiscutível do aumento do salário mínimo e dos programas de inclusão social.

Para confirmar essa situação do crescimento do PIB com base no aumento do consumo e no aumento da renda, estão aí também os resultados da pesquisa feita com relação ao emprego formal. As manchetes dos jornais afirmam que o emprego formal reagiu e cresceu nas principais Capitais do País. A pesquisa do IBGE mostra que o percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada é o maior desde 2003. Portanto, estamos retornando aos índices de crescimento de emprego com carteira assinada do último período.

A pesquisa do IBGE aponta uma mudança estrutural no mercado de trabalho – essa é a questão importante a ser realçada –, demonstrando que a composição está diferenciada entre o emprego com carteira de trabalho assinada e o emprego na informalidade.

Conforme estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), em abril, o grau de formalização

do mercado de trabalho ultrapassou 54% do total. Portanto, mais da metade dos empregos se dá com carteira assinada. Com isso, houve uma reversão. Infelizmente, na década de 90, a informalidade cresceu muito, mas, agora, depois de muito tempo, conseguimos fazer uma mudança na curva, e os empregados com carteira assinada passaram a ser novamente a maioria no País. A perspectiva é a de que, até o final do ano, os empregos com carteira assinada atinjam mais do que 55%.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone.) – Dez milhões, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Senador Antonio Carlos Magalhães, não chegamos ainda aos 10 milhões de empregos, mas, com certeza, há bem mais empregos do que na década de 90, quando a informalidade representava muito mais do que a metade dos empregos existentes no País.

A oferta de vagas formais vem crescendo, paralelamente ao recuo de novas ofertas informais. Essa mudança começou muito timidamente no ano passado e se acelerou no início de 2006.

É importante realçar que, nos anos 90, houve um aumento da informalidade nas regiões metropolitanas, onde, agora, está se dando a retomada do crescimento dos empregos com carteira assinada, cristalizando, portanto, uma tendência que vinha sendo detectada no interior do País. As Capitais brasileiras e o interior estão andando, agora sim, na mesma direção.

Nos anos de 2003 e de 2004, o interior, muito desenvolvido por causa das exportações, teve uma retomada da formalidade do emprego de forma mais acentuada do que as Capitais. Mas, agora, quanto à geração de emprego com carteira assinada, nas duas situações o vetor aponta na mesma direção, ou seja, com mais carteira assinada do que informalidade.

Outra questão importante para ressaltar é que, quando tratamos de emprego com carteira assinada, sempre nos referimos a emprego de maior qualidade. É essencial fazer esse registro. Quando se formaliza o emprego, a empresa passa a ter também determinadas obrigações, porque somente pode registrar seus funcionários se também estiver formalizada. Uma empresa e um empregado formalizados têm acesso à legislação, aos benefícios, às garantias trabalhistas, ao crédito. Portanto, o avanço da formalidade amplia a arrecadação, e, assim, passaremos a ter uma condição diferenciada para trabalharmos questões da carga tributária.

Para completar meu raciocínio, Senador Ney Suassuna, há outra situação. Além de o emprego com carteira assinada ter todas as vantagens de dar direito à previdência, ao seguro de saúde, ao seguro-desem-

prego, a um seguro de acidente de trabalho, quando há o registro na carteira, o trabalhador e o empregador passam a contribuir com os principais fundos de poupança do desenvolvimento do Brasil, ou seja, o FGTS e o FAT, que são os grandes financiadores das políticas públicas de habitação e de saneamento.

Tive oportunidade, por exemplo, de vir à tribuna há poucos dias para anunciar um volume significativo de recursos – R\$1,33 bilhão – liberados pelo Presidente Lula para financiamento na área de saneamento, cujas principais fontes são os fundos, que são alimentados pela formalização do emprego. Portanto, ao formalizar o emprego, beneficiam-se a empresa e o trabalhador, mas também se beneficia o País como um todo, gerando recursos para o financiamento de políticas importantes como a habitação e o saneamento.

Portanto, Senador Ney Suassuna, agradeço a V. Ex^a a gentileza de me ter concedido alguns minutos a mais. Ao concluir, ocuparei a Presidência, permitindo que V. Ex^a também possa fazer uso da palavra.

O Sr. Ney Suassuna, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ideli Salvatti.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Tem a palavra o Senador Ney Suassuna. Em seguida, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é interessante nossa vida de Parlamentar. V. Ex^a em seu discurso, Sr^a Presidente, falou sobre a universidade tecnológica, exatamente o nosso assunto no final de semana na Paraíba.

Temos o Cefet em João Pessoa, que agora também está sendo aberto em Campina Grande, onde conseguimos que a Prefeitura fizesse a doação do terreno e do projeto. Foi uma doação de R\$2,7 milhões para o projeto e de R\$800 mil para o terreno.

Na quinta-feira passada, Senadora Ideli Salvatti, estivemos no Ministério da Educação agradecendo pelo Cefet de Campina Grande e pedindo que fossem cumpridas as promessas de Guarabira, e que também fossem beneficiadas Bayeux e Santa Rita.

Sr^a Presidente, só mesmo por meio da qualificação podemos melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Os Senadores de Santa Catarina pedem que o Cefet seja transformado em universidade tecnológica, e nós também pensamos em pedir o mesmo: que se crie mais um instituto de ensino superior, que também continuará com seu papel no nível médio. Isso também está sendo solicitado na Paraíba.

Essa foi uma idéia espetacular. A Paraíba tem as seguintes universidades: a federal de João Pessoa, conhecida como Universidade da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande e o Cefet, que queremos transformar em universidade tecnológica. Também há no Estado algo muito interessante: a Universidade Corporativa, que era um antigo estabelecimento, as oficinas mecânicas do DNOCS. Quando fui Ministro, aquilo só nos dava trabalho, porque estava lá todo um acervo – tornos mecânicos, oficinas completas – e todos os dias sumiam peças, sumiam máquinas. Fizemos um acordo com a FIEP, que criou lá a Universidade Corporativa, que tem feito pesquisas, como é o caso da casa com todo o sistema integrado de eletricidade eólica e eletricidade solar. Portanto, uma casa muito econômica. Quando falamos hoje no projeto Luz no Campo, sabemos que ele é muito importante, mas quando uma casa está a 30, 40, 50 quilômetros, é uma unidade isolada, ela jamais vai pagar a conta pagando a sua mensalidade, que é muito pequena. Mas uma casa como essa não precisa receber todo esse investimento. Tudo isso foi feito lá na Universidade Corporativa, e está sendo um exemplo essa pesquisa. Fizemos um convênio com o governo alemão e também houve o apoio de várias outras instituições. A Universidade Corporativa está lá, formando pessoas, que saem de lá completamente resolvidas, porque saem direto para um emprego.

Esse progresso também ocorreu nas universidades. Este ano nós conseguimos abrir o **campus** de Cuité, o **campus** de Mamanguape, o **campus** de Pombal e ainda o **campus** de Rio Tinto.

Se V. Ex^a prestar atenção, verificará que os **campi** da Universidade da Paraíba e da Universidade de Campina Grande, as duas universidades federais, cresceram em quatro unidades. Já há um projeto de expansão para muito mais. Há anos sonhávamos com isso! Só conseguimos isso agora, neste começo de ano.

Foi um trabalho muito grande da Bancada, um trabalho muito grande meu e do Senador José Maranhão, mas nós conseguimos implantar mais quatro **campi** das duas universidades, que são grandes.

Mas eu vinha hoje pela manhã, Senador Antonio Carlos Magalhães, no avião, pensando sobre o Bolsa-Família, que, na Paraíba, está atingindo 350 mil famílias. Mas é uma ajuda que se entrega todos os meses, mas não tem maiores compromissos. Lembrava-me do tempo em que eu estava no Ministério da Integração e tínhamos um programa, Sr^a Presidente Ideli Salvatti, que era excelente, chamado Pronager, voltado para emprego e renda. E o que fazíamos no Pronager? Ensinávamos a fazer sabão, sabonete; a trabalhar com espermacete para fazer velas, artesanato; a fazer pão;

a ser cabeleireiro; enfim, além de darmos o peixe, ensinávamos a pescar.

Acho que essa sugestão precisa ser levada ao Governo Federal. O Governo Federal está fazendo um trabalho incrível na área do Bolsa-Família, na escola etc., mas é preciso que cobremos uma ligação com o futuro, um aperfeiçoamento.

No caso do Bolsa-Escola, nós exigimos, entre outras coisas, que a criança esteja na escola, seja vacinada. Mas é preciso profissionalizar e qualificar. E esse é um trabalho que está abaixo do nível, por exemplo, das Cefets, das universidades, das escolas técnicas, porque se trata de fazer um trabalho de massa. E eu estou exatamente trabalhando nessa complementação, fazendo uma pesquisa do que já existe, porque os Ministérios, às vezes, têm dualidade de missões. Por exemplo, quando eu fui Ministro, eu vi que havia cinco Ministérios envolvidos na pesca. Outro exemplo é a previsão do tempo; há vários observatórios do tempo, quando tudo podia ser integrado e teríamos menos despesas e mais eficiência.

Então, é preciso que olhemos toda essa gama de trabalho para ver o que está sendo feito. Não se pode tapar o sol com a peneira. Quando se vai ao Vale do Piancó, ao sertão da Paraíba, à região do Cariri e de Curimataú e verificam-se os dados das pesquisas, vê-se que o Presidente Lula chega a ter 76% de aprovação. Hoje, no meu Estado, o Presidente tem 65% de aprovação, mas, nessas regiões mais carentes e mais vulneráveis, sua aprovação é de 76%. Por que tudo isso? Porque está olhando o pobre.

Nesta semana, inauguramos três clínicas odontológicas com o apoio do Governo Federal. Para não faltar com a verdade, isso já ocorreu, nos últimos dois meses, em seis cidades diferentes, onde o pobre, que tinha direito somente a arrancar o dente, agora pode obturar e fazer o tratamento de saúde bucal. Enfim, ele é tratado como gente. Já não é mais o banguela, que se livra da dor de dente, arrancando-o; ele trata dos dentes e faz até a profilaxia.

Isso é impressionante e se vê a repercussão disso no meio do povo. Eles não acreditam ao ver todos aqueles laboratórios, aqueles médicos, aqueles odontólogos à disposição, cuidando de uma área que, no Brasil, sempre foi muito descuidada.

Ao substituir V. Ex^a na tribuna, eu queria dizer como é incrível a nossa vida. Enquanto V. Ex^a, em Santa Catarina, corre atrás...

(Interrupção do som.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – ... da universidade tecnológica, nós, lá no outro extremo, na Paraíba, estamos correndo com o mesmo objetivo.

Agradecemos pela nova Escola Técnica de Campina Grande, meta alcançada depois de muita dificuldade, muita promessa. Veja como é difícil conseguirmos uma obra como essa. Quando fui o Relator de um pedido de empréstimo de quase US\$560 milhões para esse sistema, no Governo FHC, eu tive a promessa de que a Paraíba teria duas escolas. Agora, foi implantada uma escola; ainda está faltando a de Guarabira. Mas, neste momento, diante da abertura, temos uma promessa para Bayeux e para Santa Rita. Tivemos também uma extensão da universidade em Cajazeiras. Provavelmente, teremos cinco unidades que virão a formar essa universidade tecnológica.

Fico muito feliz e estou torcendo para que V. Ex^a consiga lá em Santa Catarina, porque tenho certeza de que V. Ex^a fará o mesmo torcendo por nós, da Paraíba, uma vez que o *gap*, a distância entre os dois Estados, é muito grande, seja pelo próprio solo, que é muito árido, seja pelas dificuldades que temos, já que o Nordeste está inserido em uma área que eu espero que mude.

No dia 28 de agosto, realizaremos um leilão de petróleo em Sousa, cotado em aproximadamente 15 mil barris/dia, o que causará uma verdadeira revolução naquela região.

Também descobrimos, Sr^a Presidente Ideli Salvatti, petróleo e gás na costa, na região de Touros – trata-se da mesma bacia potiguar – e na fronteira com Pernambuco. Sei que a Paraíba vai passar por essa explosão.

O Senador José Maranhão, eu e a Bancada de Deputados estamos lutando por um pólo petroquímico. Uma vez que Pernambuco vai ter a sua refinaria, nós queremos construir um pequeno pólo petroquímico na nossa região, porque, do outro lado, está a siderúrgica do Ceará, que será algo incrível. Só pelo canal que leva água passam 25 metros cúbicos por segundo, ou seja, é algo realmente sério que está sendo retirado do Castanhão. Com isso, os dois Estados crescerão muito.

O crescimento do Rio Grande do Norte já está bastante acelerado, por causa do petróleo, do sal, do turismo e do camarão. Porém, a Paraíba tem uma dificuldade. O nosso solo é inclinado para o lado do Rio Grande do Norte. Quando chove, a água corre para aquele Estado. Portanto, além de represar aquela região para não perdermos a água que cai em nosso território, precisamos realizar uma série de trabalhos mais difíceis, por se tratar de uma região mais árida.

Tenho certeza de que, nesse caminho, com essa luta que estamos travando para qualificar o nosso povo com os Cefets e a expansão da universidade, se conseguirmos fazer com que o Bolsa-Família tenha esse *link* para que também se ensine uma qualificação, um

trabalho, uma profissão, haverá uma modificação no nosso Estado, com o petróleo e com o pólo frutífero que também iniciaremos na várzea de Sousa.

Então, perspectivas nós temos. Esperança, temos que continuar a ter, e temos certeza de que vai dar tudo certo. É como aquela música: “Vai dar tudo certo, vai dar tudo certo”.

Mas a nossa pressa se impõe por causa do tempo perdido. Nós perdemos muito tempo. O Brasil tem condições, mas nós não podemos mais perder tempo. Temos que parar com o blá-blá-blá e passar para a execução. E esta é a nossa obrigação: cobrar a execução.

Então, ao mesmo tempo em que, na quinta-feira, agradei ao Ministro a Escola Técnica de Campina Grande, queria dizer que nós precisamos de mais expansão, seja na área universitária, seja na área dos Cefets, para, junto com as três universidades – a estadual, a federal de Campina Grande e a federal da Paraíba –, A Universidade Corporativa e, se Deus quiser, a tecnológica, podermos dar ao nosso povo mais instrução e mais futuro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senador Roberto Saturnino, eu já havia anunciado a fala do Senador Antonio Carlos Magalhães; mas, logo em seguida, será V. Ex^a.

Em seguida ao Senador Roberto Saturnino, caso nenhum outro dos inscritos esteja no plenário, falará o Senador Gilvam Borges.

V. Ex^a está na frente, Senador Alvaro Dias? (Pausa.)

Então V. Ex^a será depois do Senador Gilvam Borges.

Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, peço que V. Ex^a, Sr^a Presidente, releve o meu discurso em função de V. Ex^a estar na Presidência. Sei que é tremendamente desagradável alguém ouvir e não poder responder. Já Vieira dizia que “ouvir e não responder é como o rochedo, que para as vozes tem eco; ao mesmo tempo, a natureza fez os mudos também surdos porque, se ouvissem e não pudessem responder, rebentariam de dor”. Então, peço que V. Ex^a. releve o meu discurso que, evidentemente, é um discurso de forte oposição.

Em primeiro lugar, Sr^a. Presidente, quero me congratular com a **Folha de S. Paulo** de ontem que faz a história do mensalão e das contradições do Presidente da República. É uma edição histórica que deve

ser guardada por todos os políticos do Governo e da Oposição.

Tratarei desses assuntos dentro em pouco, mas, de logo, quero ler para que conste dos Anais a nota completa da Ordem dos Advogados do Brasil que responde ao Presidente da República.

Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, nesses gestos compreensíveis na sua pessoa, mas incompreensíveis para o Brasil, desafiou a Oposição a mostrar o que existe de errado no seu Governo. Até porque Sua Excelência acha que as CPIs não apuraram nada, apenas criaram constrangimento. Como Sua Excelência se contradiz, antes de me pronunciar a esse respeito, trago a palavra do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Roberto Busato.

Notícia-crime da Ordem dos Advogados do Brasil contra Lula.

Ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República.

Excelência,

Em sua sessão plenária do último dia 08 de maio [coincidentemente é o dia da vitória das forças democráticas contra o nazifascismo], o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil examinou detidamente a proposta de impedimento do Presidente da República formulada por um dos integrantes do Colegiado.

Uma das peças principais do processado, então levadas em conta, foi a alentada e fundamentada denúncia oferecida por V. Ex^a ao Supremo Tribunal Federal contra José Dirceu de Oliveira e Silva e outros (Inquérito 2.245).

Na oportunidade de nossa reunião, o Relator designado apresentou voto (que acompanha esta manifestação) que concluía pela assunção de medidas deflagradoras do pedido de **impeachment** e pela formulação e encaminhamento a V. Ex^a de “...representação da ordem penal contra o Presidente da República, em face de seu inequívoco envolvimento nos eventos e delitos relatados pelo processo”.

Após algumas horas de discussão, o Conselho Federal, por maioria, rejeitou a iniciativa do impedimento, mas aprovou a concretização da representação (**rectius, notitia criminis**) contra o Presidente da República, por se tratar de envolvimento em crimes comuns de natureza pública e incondicionada.

É no cumprimento da deliberação então assumida que venho, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil (Conselho Federal),

– manifestar a refletida adesão da instituição aos termos da consistente e subsistente denúncia antes referida, apresentada por V. Ex^a perante a Suprema Corte contra José Dirceu e outros por gravíssimas infrações penais comuns que comprometem irremediavelmente o Chefe do Poder Executivo.

– oferecer **notitia criminis** contra o Presidente da República (art. 102 da Constituição Federal), rogando e sugerindo o aprofundamento (aliás já anunciado por V. Ex^a) das investigações que determinaram a formalização da Denúncia no Inquérito 2.245/STF, focalizando agora, especificamente, mediante o competente inquérito judicial perante o Supremo Tribunal Federal, o comprometimento do Chefe do Executivo nas práticas criminosas (crimes comuns) tão bem levantadas pelo Parquet federal.

Permito-me, nesse afã do desdobramento focado nas investigações, sugerir a V. Ex^a que leve em conta as seguintes ocorrências de público e notório conhecimento:

a) O **affaire** Gamecorp/Telemar; a Gamecorp, comandada por Fábio Luiz da Silva, filho do Presidente da República, associou-se com a Telemar, em operação milionária, sequer comunicada à Comissão de Valores Mobiliários (C.V.M.);

b) o decreto presidencial que facultou ao Banco BMG, (um dos braços da atividade do “valerioduto”) atuar no crédito a funcionários federais, ressarcido mediante consignação em folhas de pagamento de vencimentos, sem que a referida instituição integre a rede de pagamentos do sistema previdenciário;

c) a indesculpável e inexplicável omissão (no mínimo) [quem fala não sou eu, é o Dr. Busato] do Presidente da República, nos episódios do “mensalão” e das compras de votos, na formação de “caixa dois” para o financiamento das campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e na prevenção/fiscalização/repressão a atos de improbidade administrativa cometidos pelos mais chegados auxiliares do Chefe do Executivo.

Com a presente iniciativa, a Ordem dos Advogados do Brasil confia em que está colaborando com V. Ex^a, em seu magnífico trabalho em prol da recuperação da moralidade e da decência nas instituições.

Ora, Sr^a Presidente, a Ordem dos Advogados do Brasil assim se manifesta e pediu ao Ministério Público para aprofundar as investigações a respeito do Presidente Lula. A OAB manifesta integral adesão à denúncia contra os 40 já envolvidos no mensalão. A entidade pede ao Ministério Público que leve em conta o relacionamento da Gamecorp com o filho do Presidente da República. A Ordem pede, também, atenção para o decreto presidencial que permitiu ao Banco BMG atuar no crédito a funcionários federais sem que o banco integre a rede de pagamentos. Por fim, a OAB aponta a indesculpável e inexplicável omissão do Presidente da República nos episódios do mensalão e do caixa dois, o qual foi por Sua Excelência defendido na França, em entrevista ao Fantástico.

O Presidente Lula diz e desdiz. “Neste País”, diz ele, “está para nascer alguém que me dê lição de ética”. É o cúmulo do cinismo! O menos ético dos Presidentes da República, de todos os tempos, a afrontar aqueles que defenderam e defendem a ética neste País. “Vamos apurar”, diz ele, “somente os culpados”. Mas, logo depois, ele desdiz que não há culpa de ninguém. “Fui traído!”. E, logo depois, Sua Excelência elogia os que o traíram, os quais estão todos no Palácio, assim como outros tantos que, no passado, Sua Excelência chamava de ladrões publicamente e que, agora, freqüentam seu palácio como figuras das mais importantes da República.

Sr. Presidente, devemos saber, realmente, o que Sua Excelência disse ou que não disse. O Presidente sabia ou não sabia do mensalão? A Ordem dos Advogados do Brasil está dizendo que sabia. E da Telemar com a firma de seu filho, Sua Excelência sabia ou não sabia? E do Okamoto, “doador universal”, pagando suas dívidas, Sua Excelência sabia ou não sabia? E do irmão Vavá, fazendo **lobby** na sala ao lado à da Presidência da República, Sua Excelência tinha ou não tinha conhecimento? Afinal, o Presidente sabia ou não sabia?

O Governador Marconi Perillo afirma que o avisou sobre o mensalão, com o testemunho, inclusive, do seu motorista.

Se não sabia, por que defendeu o PT naquela entrevista ridícula, que acabei de citar, na França? Se seus assessores eram inocentes, por que os demitiu? Se eram culpados, por que os defende agora? É a certeza da impunidade no Brasil. É a certeza de se poder roubar sem que nada aconteça.

Não pode governar o País um Presidente que nada sabe do que ocorre à sua volta. Ou que, o que é muito pior, nada faz, a não ser o desafio daquelas figuras que já estão marcadas, maculadas pela falta de credibilidade moral na Presidência e que ousam,

a cada dia, para fazer a sua demagogia, usar a palavra para ofender os seus opositores, embora muitos que disseram coisas piores que nós, aqui, estejam no Palácio, trocando, segundo eles próprios, palavras. Como o Presidente não se deixa respeitar e não se respeita, acontece essa troca, com Parlamentar, de xingamentos a respeito de terceiros.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que sou uma das boas vítimas. Ser xingado pelo Presidente é título honorífico para qualquer Parlamentar. Estou feliz que assim aconteça comigo, até porque o amanhã do Presidente não vai ser tão bom quanto ele pensa.

Nós temos alguma culpa, sim! Hoje, um colunista da **Folha** também diz que tivemos oportunidade, em agosto do ano passado, de formular o **impeachment** do Presidente da República e não o fizemos.

É verdade.

Eu mesmo sempre achei que, democraticamente, o melhor *impeachment* era o das urnas, mas, na realidade, nós não sabíamos da gravidade do furto no Banco do Brasil, na Petrobras, na Eletrobrás; nós não sabíamos que o Presidente está viajando com um avião e com dois reservas atrás por 74 mil quilômetros, à custa do povo brasileiro, para fazer campanha política e, cinicamente, dizendo que não é candidato para poder fazer isso.

Sr^a Presidente, nada se faz que não se pague.

A **Folha de S. Paulo** traz os crimes praticados por Lula e o seu retrato no meio. São pelo menos 12 crimes. Quantas pessoas foram demitidas nesse Governo? José Dirceu; Waldomiro Diniz; o da Land Rover, Sílvio; o Ministro Palocci; o chefe de gabinete do Palocci; outro secretário. Mais de 15 pessoas foram demitidas porque o Presidente achou que era furto. Sua Excelência nega e diz hoje que as CPIs não descobriram coisa alguma. Descobriram e vão descobrir mais porque esse é o nosso papel. Temos de nos organizar melhor para mostrar ao Presidente da República sua incapacidade política, administrativa, mas, sobretudo, a pior de todas, que é a incapacidade moral para dirigir um País de 180 milhões de habitantes.

Sr^a Presidente, acredite que não faço isso por prazer. Não gostaria de que V. Ex^a estivesse aí, mas o destino aí a colocou. Felizmente, V. Ex^a terá outra oportunidade, talvez do lado de lá, no plenário, hoje, amanhã ou depois, de responder-me. Mas, seja como for, essa situação é grave demais para ficarmos parados.

Ainda há pouco, outro colunista também já dizia: “Nunca se gastou tanto neste País”. E provava que, até agora, já há mais quatro bilhões e cem para serem jogados na campanha eleitoral. Por isso muitas adesões chegam. Por isso acredita-se – o que não vai ocorrer – que o PT vai melhorar sua Bancada. Não vai. Ao con-

trário, o PT vai cair. E vai cair por causa de Lula. Talvez alguns se salvem. Eu até desejo que V. Ex^a esteja entre esses. Mas a maioria, infelizmente, vai pagar o preço do que tem acontecido neste Brasil.

Hoje mesmo isso foi confessado numa entrevista do Senador Eduardo Suplicy à **Gazeta Mercantil**.

Ouç o aparte do Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a, com muita experiência política, sabe que o Presidente da República, orientado estrategicamente, pensa no dia 01 de outubro, e por isso Sua Excelência, que não se antecipa a fatos para resolver problemas administrativamente, antecipa-se agora no plano eleitoral, quando afirma, por exemplo: “Quero que eles” – a Oposição – “coloquem a CPI na televisão, o dia todo, a toda hora. Quero que eles coloquem as torturas que fizeram com muitas pessoas lá”. Ora, Senador, o Presidente sabe que a Oposição vai mostrar, sim, a CPI na TV. É dever dela. Tem que se estabelecer, durante a campanha eleitoral, o contraditório. Agora o Presidente fala quase que só, através dos meios de comunicação de massa, fazendo campanha. No período eleitoral, com o horário gratuito na TV, a Oposição terá o seu espaço e vai mostrar a CPI, sim. E vai mostrar que, ao contrário do que diz o Presidente Lula, o povo é que foi torturado por aqueles que compareceram e debocharam da inteligência das pessoas, mistificando, mentindo ou assumindo uma postura de omissão ao ficarem em silêncio diante de determinadas indagações.

Tortura? O povo brasileiro é que é torturado no dia-a-dia com tanta corrupção, prática que lhe proíbe de ter oportunidades de vida digna. Milhões de brasileiros são impedidos de ter oportunidades de vida digna exatamente por essa tortura a que é submetido em função da corrupção existente no Governo, no mínimo, com a complacência do Presidente da República. V. Ex^a tem razão, a Oposição tem de tomar providências, tem de ter um departamento jurídico competente para acionar, sim, o Presidente da República, já que há uma afronta como rotina à legislação do País, com o uso da máquina pública na campanha eleitoral de forma aberta. E nós, no Congresso Nacional, temos de discutir a questão da reeleição já, para que a decisão vigore, se for vontade da maioria, a partir de 2010. Temos de discutir já, antes dessas eleições, se queremos manter esse instituto da reeleição ou se queremos encerrar de vez essa prática até que o Brasil amadureça politicamente, porque não estamos ainda preparados politicamente para exercer o processo eleitoral no sistema de reeleição. Quando V. Ex^a vê, à porta do Palácio do Planalto, o Sr. Orestes Quércia, ao sair do Gabinete da Presidência da República, afir-

mando que lá esteve negociando a campanha eleitoral, com o Presidente oferecendo ao PMDB a posição de vice na candidatura ao Governo de São Paulo e à Presidência da República, ele transforma o seu Gabinete em comitê eleitoral do seu Partido, a serviço da sua campanha. Temos o dever de denunciar isso ao Poder Judiciário. V. Ex^a está de parabéns.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o aparte a V. Ex^a, que diz muito bem. Mas o pior V. Ex^a gentilmente não disse: recebem no Palácio do Planalto, mas o pagamento sai pelos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Integração. Por aí sai o dinheiro para a compra da tal base aliada – que não é aliada coisa nenhuma, porque, quando pode, inclusive nesta Casa, no voto secreto, derrota o Presidente da República.

Até aqui, mesmo o jornalista Kennedy Alencar, cujas simpatias pelo Presidente Lula eram notórias, apresenta hoje artigo na **Folha Online** intitulado “A arrogância e a dissimulação de Lula”. Ele faz isso com perfeição absoluta, para mostrar o quanto é arrogante e dissimulador o Presidente que nos governa.

Até aqui, prezados Srs. Senadores, falei ao Presidente. Falo agora ao homem Luiz Inácio Lula da Silva: respeite-se! Não faça uso da máquina eleitoral, inclusive em benefício da sua própria família! Não queira que Okamoto pague as suas despesas! Não queira que o seu filho receba recursos da Telemar inexplicáveis, como diz o Dr. Busato!

Essa nota da Ordem dos Advogados deveria estar pregada hoje em todo o Brasil, para demonstrar que não é um assunto político, mas moral; não apenas do Presidente, mas do homem, daquele nordestino que veio de uma pobreza muito grande e hoje vive no fausto e na riqueza, enganando os pobres operários brasileiros.

Sr^a Presidente, vou encerrar as minhas palavras. Outros dias estarei aqui na tribuna e espero não constrangê-la como agora. Daí peço, se necessário, que releve as minhas palavras V. Ex^a, mas elas são dirigidas ao Palácio do Planalto, ao Presidente e também ao homem que não soube honrar a sua condição de pobre e nordestino e que passou a ser um milionário no Palácio do Planalto.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Procederei à leitura de requerimento que acaba de chegar às nossas mãos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 635, DE 2006

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, faleceu no último dia 1º de junho, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Antônio Mendes Canale.

Nascido em Miranda, Estado do Mato Grosso do Sul, em 14 de outubro de 1923, foi advogado, empresário e contador.

Dentre os cargos públicos que exerceu, foi Secretário de Administração do Estado de Mato Grosso do Sul e Superintendente da Sudeco.

Dentre os cargos eletivos, foi prefeito e deputado estadual duas vezes, deputado federal e senador da República também por duas vezes.

Como Senador, foi eleito, por este Plenário, Primeiro-Secretário da Mesa.

Tem vários trabalhos publicados, tendo sido homenageado com as Medalhas do Pacificador, José Bonifácio, Sócio Benemérito do Lions Club, de Agradecimento das Bandeirantes do Brasil e do Estado Búlgaro.

Foi membro da Ordem do Mérito Militar e Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional.

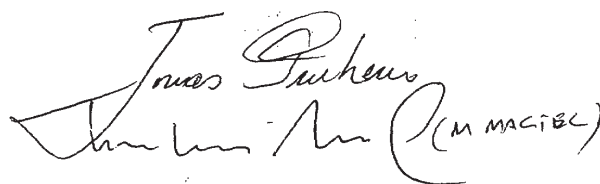
Diante do infausto acontecimento, requeremos, de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

1. inserção em ata de voto de profundo pesar; e

2. apresentação de condolências à família, à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e à Câmara Municipal de Miranda, Estado do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2006.


Senador RAMEZ TEBET



A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Passo a palavra ao Senador Ramez Tebet, autor do requerimento, para fazer o devido encaminhamento, por cinco minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sempre muito penoso e difícil fazer um discurso fúnebre, um discurso de despedida; não sou afeito a isso. No entanto, é em nome do meu Estado e em meu nome pessoal que aqui estou, porque Antônio Mendes Canale foi um grande homem público de Mato Grosso – quando o Estado era uno – e, depois, de Mato Grosso do Sul, e particularmente meu amigo. Aliás, ele se caracterizava por ser amigo dos seus amigos.

Venho, pois, apresentar, juntamente com a nossa Casa – tenho convicção disso –, nossas condolências e nossos votos de pesar pelo falecimento, no dia 1º de junho, daquele homem público, que foi Senador da República por dois mandatos e que trabalhou incansavelmente pelo nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Aliás, todos os cargos públicos ocupados pelo Senador Antônio Mendes Canale foram exercidos com grande dedicação e com grande zelo pela causa pública. Foi assim quando Prefeito de Campo Grande por duas vezes, deixando lá uma administração extraordinária, sempre com o selo da honestidade.

Como o tempo não me permite falar mais sobre o seu período como Prefeito de Campo Grande, permito-me lembrar que foi ele quem instalou e regularizou o serviço de abastecimento de água na nossa capital. Foi também de sua iniciativa a construção do prédio do Paço Municipal de Campo Grande.

Ele foi Chefe de Gabinete do Governo de Mato Grosso, Secretário de Administração de Mato Grosso do Sul e Superintendente da Sudeco. E aí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ele se destacou como um homem que prestou serviços além-fronteiras do então Estado de Mato Grosso do Sul, voltando os olhos para o Estado e dando tudo de si, realizando um trabalho profícuo por toda a Região Centro-Oeste.

Tive a honra de sucedê-lo na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, onde encontrei um grande trabalho realizado por ele em favor das duas unidades a que ele estava mais ligado, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como também em prol de outros Estados que compõem a Região Centro-Oeste do Brasil.

Antes de chegar a esta Casa, antes de ser Senador da República, ele foi Deputado Estadual por duas vezes e também passou pela Câmara Federal. A vida de Antônio Mendes Canale, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma vida rica e os trabalhos publicados por ele, deixados por ele, estão aí para quem quiser verificar. Ele falou sobre a Federação brasileira, sobre as eleições municipais, sobre a necessidade de reforma política, sobre o desenvolvimento de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Ele defendeu ardorosamente um grande programa de desenvolvimento que, afinal, veio a se concretizar, que foi o Prodegran – o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados –, que trouxe extraordinários benefícios para a maior região econômica do meu Estado de Mato Grosso do Sul. Ele recebeu muitas homenagens, muitas medalhas. Enumerá-las seria um trabalho exaustivo e o tempo não me permite. Esse homem passou por esta Casa, dignificando e honrando o Senado da República.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me um breve aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Eu gostaria de prestar o meu testemunho, porque tive a oportunidade, o privilégio de ser colega do Senador Mendes Canale nesta Casa; portanto, pude presenciar o seu trabalho, o trabalho de um Senador que honrou o seu Estado pela seriedade, sobriedade, objetividade e probidade. Era um homem que sempre encontrou o maior respeito dos seus colegas exatamente pela substância do seu trabalho, dos seus pronunciamentos e pelo reconhecimento da sua postura ética, que honrava esta Casa e os seus pares. De forma que aproveite o pronunciamento de V. Ex^a para colocar o meu testemunho e a minha manifestação de pesar pela perda de um brasileiro tão importante e significativo, com o qual convivi e do qual tenho a melhor das lembranças: o Senador Mendes Canale.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, por ter convivido com ele aqui nesta Casa, com toda certeza, o seu testemunho vale muito mais do que as minhas modestas palavras. Minhas palavras são fruto da convivência com Antônio Mendes Canale, de um conterrâneo dele – que o sou –, e a palavra de V. Ex^a é a de um Senador que sempre defendeu, com brilhantismo, o Estado do Rio de Janeiro. Mais do que isso, tenho certeza de que V. Ex^{as} foram companheiros de ideais, porque Antônio Mendes Canale foi um verdadeiro democrata, foi um homem que defendia os postulados de direito. Ele era amigo, por exemplo, de Tancredo Neves. Ele era um homem que sempre me dizia o valor de seus companheiros no Senado da República. Mas o que caracteriza a vida de Antônio Mendes Canale – V. Ex^a há de concordar comigo, já que afirmou nas suas palavras – é o valor que ele dava à moral, o valor ético ao lado do valor democrático. Era um homem honesto e nunca ninguém teve a ousadia de erguer uma palavra contra a sua moral e a sua dignidade.

Por isso, estou aqui para fazer esta saudação triste a um homem público que nos deixou e que merece ser homenageado. Faço isso como amigo que sou da família e como conhecedor que sou da sua esposa, Maysa Xavier Canale, e dos seus filhos, Antônio Mendes Canale Filho, Maysa Canale Leite, Ilva Maria Canale e o falecido Paulo Humberto Xavier Canale, com quem ele foi se encontrar. Recebam todos eles a manifestação do meu profundo pesar, que tenho certeza de que não é somente meu, mas de Mato Grosso do Sul e desta Casa, que ele honrou e dignificou.

Sr. Presidente, desculpe-me ter ultrapassado o tempo. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, a Sra. Ideli Salvatti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência se associa aos sentimentos de V. Ex^a, que terá o atendimento da sua solicitação, com o encaminhamento do voto de pesar requerido.

O requerimento vai ao Arquivo.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há pouco, usou esta tribuna o Senador Antonio Carlos Magalhães para repetir suas acusações tão freqüentemente trazidas a esta Casa, com a ênfase que caracteriza os pronunciamentos de S. Ex^a.

No meu discurso, que pretendo ser modesto, o que vou fazer não será a resposta ao Senador Antonio Carlos Magalhães, mas o contraponto ao pronunciamento de S. Ex^a, antecipando o que vai se passar na campanha presidencial, na campanha política que se avizinha, na reeleição do Presidente Lula. Isso é o que vai acontecer. A Oposição usará todas as tribunas e todos os tempos de rádio e televisão de que dispuser para repetir essas mesmas acusações, com ênfases variadas e prioridades, com maior ou menor insistência, em determinados pontos.

Não vamos entrar no jogo da Oposição nem vamos ficar discutindo se o Presidente sabia ou não sabia, porque isso é o que deseja a Oposição. A Oposição deseja transformar a campanha em um debate sobre se o Presidente Lula sabia ou não dos fatos que foram revelados nas diferentes CPIs que funcionaram nesse Congresso. Nós não vamos discutir. Sabemos que a população já fez o seu julgamento.

A OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, ao levar a questão ao Poder Judiciário, ou seja, para o campo judiciário, sem utilizar o campo político que demandaria o *impeachment*, sabe que esse julgamento da Nação, da população brasileira, já foi feito. Pode-se modificar algo aqui ou ali, um centímetro para lá ou um milímetro para cá, mas o julgamento em geral já foi feito e preserva a figura do Presidente Lula, embora condene profundamente, veementemente, figuras importantes do seu Governo e do seu Partido, é

claro! Esse julgamento já foi feito, e os fatos já foram apresentados.

O Presidente nunca obistou nenhum trabalho de investigação nem no Congresso nem no Ministério Público. Em Governos anteriores, o que se via era a busca do impedimento, da instalação de CPIs, como a CPI da Compra de Votos, a das Privativações e a dos Empreiteiros. As CPIs nunca eram instaladas porque o Governo desenvolvia esforços para isso e obtinha êxito em não instalá-las. O Governo Lula, ao contrário, abriu todas as apurações. Dessa forma, apareceram as acusações que foram comprovadas, atingindo pessoas importantes do seu Governo e ponto. O Governo cumpriu o seu dever, e a Polícia Federal cumpre o seu dever, investigando e denunciando. Nunca se apuraram tantas quadrilhas que são desmanchadas, e também o Ministério Público não mais engaveta as acusações, como fazia antes. Agora, o Ministério Público dá curso às acusações.

A população já fez esse julgamento, e nós não vamos entrar neste jogo: se o Presidente Lula sabia ou não sabia. Não! Não vamos entrar nesse jogo.

Nós vamos fazer o nosso contraponto, que é o cotejo, que é a colocação frente a frente do que foi o Governo passado e do que é este Governo. E mais, ressaltando uma dimensão que tem um conteúdo ético muito grande, que é a social, a da justiça social, uma dimensão que também é ética, e muito importante. Ética não é apenas não usar a corrupção. Não usar a corrupção, evidentemente, é uma exigência ética, mas a ética tem outras exigências, a partir da justiça, da justiça distributiva, da justiça estrutural da organização da sociedade. E dessa dimensão ética esse Governo está cuidando. Em cotejo com o Governo anterior, é um avanço que realmente a população compreende e compreenderá, cada vez mais, com muita nitidez.

Então, a semana passada eu já avancei num cotejo desses e hoje quero avançar um pouco mais, falando exatamente sobre o que foram os dois programas de acesso à energia elétrica por parte da população mais carente nos dois Governos, o Programa Luz no Campo, do Governo Fernando Henrique, e o Programa Luz para Todos, do Governo Lula.

E começo dizendo que não desconhecemos, não deixamos de reconhecer o mérito do programa do Governo Fernando Henrique, do Programa Luz no Campo, porque foi um programa que demonstrou sensibilidade para a falta de acesso a esse serviço, o que caracteriza quase que o século XIX. Quer dizer, são parcelas da população brasileira que ainda estavam no século XVIII quando não tinham acesso aos serviços de energia elétrica, essa coisa tão fundamental na vida de hoje.

Então, o Governo Fernando Henrique demonstrou uma sensibilidade para com esse problema e instituiu o programa Luz no Campo, só que instituiu e pôs em marcha esse programa com aquela ótica neoliberal do mercado. Confiou que o mercado ia resolver o problema do acesso à energia elétrica por parte das populações carentes do Brasil. Nesse sentido, o programa dele ficou quilômetros atrás do programa do Governo Lula, do programa Luz para Todos. Por isso mesmo, no programa do Governo Fernando Henrique não se demarcava um tempo para completar a universalização do serviço de energia elétrica, o tempo era infinito, ao passo que o programa Luz para Todos institui o tempo de oito anos, ao fim do qual todos os brasileiros terão acesso ao serviço de energia elétrica. Agora, é claro que para conseguir isso, não se pode confiar no mercado porque o mercado não realiza esse tipo de meta, de objetivo ou, enfim, de cumprimento, de universalização.

O mercado atende a quem pode pagar, a quem tem poder aquisitivo. O mercado e o programa Luz no Campo do Governo Fernando Henrique confiava na viabilidade econômica dessa operação. E essa operação não tem viabilidade econômica. Ela exige a presença do Governo, do Estado, a presença da sociedade por intermédio do Governo, subsidiando, criando o fundo para a universalização, porque evidentemente as empresas não iam dar conta do cumprimento desse objetivo.

O programa Luz no Campo foi instituído por decreto presidencial; o programa Luz para Todos foi legitimado pelo Congresso Nacional e, na medida em que foi instituído por lei, há a garantia da sua continuidade até o cumprimento da meta de universalização, prevista para o fim do período de oito anos. Como eu disse, o programa do Governo anterior não tinha prazo, porque não podia ter, porque era impossível confiar que as empresas, pelo mercado, iam conseguir instituir essa universalização. O programa Luz no Campo era um programa das concessionárias e se subordinava à lógica do mercado e à lógica dos negócios das concessionárias.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são coisas incompatíveis pretender uma universalização desses serviços, que é uma meta de natureza social; confiar na lógica do mercado e no negócio das concessionárias é condenar ao fracasso o atingimento da meta, é deixar para o infinito o atingimento dessa meta.

O Luz para Todos é um programa de Governo e nasceu em conjunto com a criação de um fundo para exatamente prover os recursos necessários por cima dos interesses e dos negócios das concessionárias.

E o programa do Governo Fernando Henrique contava com a parceria dos Estados. É claro que é útil contar com parcerias dos Estados, mas sabemos perfeitamente que a maioria de nossas Unidades da

Federação não tem condições de colocar recursos em quantidade suficiente para atender a essa universalização, transformada em meta social, em razão de ser de um programa tão importante como este, que dá acesso ao século XX a essas populações que ainda estão no século XVIII.

O programa, ao criar o fundo, instituiu obviamente a prioridade para as populações de baixa renda, cidadãos de mais baixa renda, moradores das regiões mais distantes e de mais difícil acesso de nosso País. Ora, Sr^s e Srs. Senadores, isso é que define a meta social. Como disse, essa questão social tem, sim, uma dimensão ética que não se pode esquecer, não se pode esquecer! A injustiça reinante neste País em termos de direitos e acessos a determinadas facilidades, que ficam restritas a uma determinada minoria com exclusão de uma maioria, constitui uma violação do princípio ético da justiça, da igualdade estrutural, da igualdade de oportunidades, da igualdade de condições de vida mínimas da população, viola flagrante e profundamente essa dimensão ética que não pode ser esquecida. Na ética, como eu disse, o combate à corrupção é muito importante; vamos bani-la. E como podemos banir a corrupção? É apurando, é permitindo e facilitando a apuração, é mostrando e exibindo à opinião pública os resultados de funcionamento, de investigações de todo o tipo. Mas não se pode esquecer que essa dimensão ética da justiça é também extremamente importante.

E, no Programa “Luz no Campo”, nesse cotejo que vamos fazer, mostraremos em cada setor o que se passava e o que se passa, sob a ótica da justiça social e do princípio ético da justiça social. Nesse programa, o consumidor entrava com parte dos custos do Governo e, como forma de subsidiar, contava com a parceria dos Estados, como eu disse. No Programa “Luz para Todos”, o consumidor não paga nada pela instalação da rede. No programa do Governo Fernando Henrique, o consumidor tinha de pagar parte do custo da instalação para criar as condições de viabilidade econômica no acesso ao serviço e do funcionamento da operação da concessionária. Isso foi abolido no Programa “Luz para Todos”, na medida em que o que se objetiva é o cumprimento do princípio do acesso universalizado, isto é, o cumprimento da meta social.

No “Luz no Campo”, a parceria com os Estados era uma solução interessante que poderia superar o problema dos consumidores que não tivessem condições de custear a instalação das redes. Entretanto, essa parceria dependia da vontade política dos Estados e do jogo das forças políticas nas respectivas Assembléias Legislativas. E sabemos como isso funciona. E em relação à questão de distribuição dos recursos disponíveis, os Estados da Federação que, na sua imensa maioria, são muito carentes de recursos, na hora de disponibilizá-los para um programa como

esse de subsidiar a instalação das redes para atender os consumidores de baixa renda, freqüentemente deixavam como uma prioridade posterior. O programa do Governo Lula, por sua vez, supera essa questão na medida em que se cria o fundo e o consumidor não vai ter... Não vai ser exigida a parceria do Estado e nem o consumidor vai entrar com um tostão sequer para a instalação da rede que dará acesso ao serviço de energia elétrica.

O “Luz para Todos” percebeu essas dificuldades e partiu da premissa que um programa de universalização deve ter critérios que garantam a todos os beneficiados o acesso à energia.

O Programa “Luz no Campo” se encarregava de levar a energia até o poste mais próximo, padrão de entrada considerado como ponto de entrega, dali para dentro o encargo passava a ser das famílias carentes, pobres, que não têm recursos nenhum para custear essa rede de acesso até a sua casa. Já o Programa “Luz para Todos” se encarrega de levar energia elétrica até dentro da casa das famílias, que recebem um *kit* de instalação interno composto por três pontos de luz e duas tomadas. E tudo gratuitamente, Sr. Presidente, sem despendar recursos nenhum, porque essa é a condição daquele brasileiro mais carente que se encontra sem acesso ao serviço de energia elétrica. Ora, em um País onde milhões de famílias vivem abaixo da linha de miséria, sem condições até para comprar comida, é de se presumir que essas famílias não tenham condições de arcar com os custos de uma instalação elétrica, considerados os padrões de exigência das concessionárias. Isso porque as concessionárias também exigem um padrão minimamente necessário para a ligação nas suas respectivas redes.

Então, Sr. Presidente, o último cotejo que quero fazer sobre o Programa “Luz no Campo” é que se entendia por universalização o atendimento às demandas existentes nos cadastros; enquanto que, por universalização, no “Luz para Todos”, entende-se o atendimento de todas as pessoas que ainda não possuem energia elétrica. Porque essa é a meta! O cadastro registra...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Já encerro, Sr. Presidente. O cadastro registra aquelas famílias que têm a mínima condição de manifestarem e se inscreverem no cadastro. Mas existem muitas famílias e muitos brasileiros que não têm sequer essa condição e que precisam ser atendidos da mesma forma, porque é isso que caracteriza a justiça e a ética, a dimensão ética correspondente à justiça e que, freqüentemente, é esquecida por aqueles que vivem a acusar o Governo disso e daquilo, como se o Governo não tivesse apurado tudo e mostrado à população a verdadeira dimensão desse problema.

Então, Sr. Presidente, este contraponto ao pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães está antecipando o que será a campanha. Pelo lado da

Oposição haverá a repetição, ao infinito, com a mostra das cenas das CPIs na insistência da acusação. Por parte do Governo, haverá o argumento de que não impediu as apurações, que reconheceu a culpa de servidores graduados de seu Governo. Avançou muito, não simbolicamente, mas substancialmente, na dimensão ética referente à justiça social, que também é ética e precisa ser lembrada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda dividido, o País caminha entre a Oposição e a Situação. Na vida é dessa forma. Os contrários é que movem. Karl Marx já o afirmava, bem como outros cientistas sociais afirmavam que essa contradição, que pontos de vista divergentes é que fazem com que uma nação prospere, caminhe.

Se a Situação vota e a Oposição fala, a Nação, de Norte a Sul, avalia. É verdade, Sr. Presidente, que os grandes programas sociais vêm tendo impacto importante na decisão do eleitor. Comprovadamente, as pesquisas já aferem que esses programas têm subsidiado e calçado as decisões de milhares de brasileiros: Bolsa-Escola, Vale-Gás, Bolsa-Família, Luz para Todos. Assim, grandes programas sociais são implementados na Nação e avaliados pela Situação e pela Oposição. As contradições é que são importantes.

O ex-Presidente Sarney e o ex-Presidente Fernando Henrique abriram grandes frentes para irem ao encontro e ao socorro da grande massa, de grande parte da população carente. Aqueles que eram oposição à época faziam desta tribuna e da tribuna da Casa vizinha um grande palanque, falando do clientelismo e do paternalismo. Agora ocorre o inverso.

O Presidente Lula, então, compreendendo que uma faixa etária da população brasileira precisa ter uma tutela e uma assistência do Estado, ampliou e implementou mais programas sociais para que esses milhares de pessoas sem opções pudessem ter um ponto de apoio para uma subsistência mínima.

Dizer que lado tem razão, se a Situação ou se a Oposição, é uma questão de avaliação.

Mas o que nos rejuvenesce, o que nos impulsiona, o que nos dá uma robustez muito grande é saber que o País começa a deslanchar. Começamos a nos organizar para o grande crescimento econômico, a exemplo da década de 70. O País já começa a trilhar o caminho do desenvolvimento. Os juros começam a baixar e grandes investimentos irão surgir, porque haverá recursos suficientes para que pequenos, médios e grandes empresários possam ter acesso a linhas de crédito. Com os juros acessíveis, o País cresce.

Sr. Presidente, sou um entusiasta, e, no Amapá, é assim que agimos. Acreditamos no nosso País e sabemos que poderemos prosperar e muito. Quem não se lembra das sociedades feudais, quando o mundo começou a sair do campo, saindo dos feudos, entrando para o período da grande revolução industrial? Muita gente chegou a quebrar as máquinas, a dizer que aquilo seria realmente uma das maiores estupidezes do mundo. Está registrado nos anais da História. Um desastre!

Hoje também estamos observando, Sr. Presidente, alguns atos insanos, quando grandes empresas e institutos públicos de pesquisas são depredados, literalmente depredados, como foi noticiado há três meses. Anos de pesquisa jogados fora, porque um grupo de pessoas, ditos sem-terra, marcharam e quebraram um laboratório por acharem que aquilo seria o fim da picada.

Há momentos, Sr. Presidente, muito difíceis. É o que a Nação vive hoje. Acredito nesse crescimento econômico porque ele já começa. Mas, por outro lado, havemos de considerar que o Brasil precisa se organizar – e com urgência – com relação às políticas públicas. Cito exemplos: nossas universidades públicas têm graves problemas a enfrentar. Há problemas gravíssimos na área de segurança. Não há um Estado da Federação que não viva o fenômeno da violência brutal. Há uma insegurança generalizada. A Previdência precisa com urgência de socorro, tema que é discutido pela Nação há mais de trinta anos. Providências precisam ser tomadas, Sr. Presidente. Precisamos com urgência de uma política na área de saúde pública. Os hospitais estão em situação crítica. A meu ver, então, o Presidente Lula deve se preparar agora para socorrer esses setores imediatamente.

Há de se convir que os milhões de reais encaminhados para os programas sociais – vale-gás, vale-luz, vale-transporte, vale não sei o quê – criam um problema muito sério. Precisamos de recursos para investir em áreas estratégicas, principalmente a educação.

Penso que o povo brasileiro já não precisa mais da esmola pública, que cria um vínculo e gera outras questões, necessitando de um estudo e de uma averiguação profundos.

Observamos que as discussões, tanto do lado de lá como do lado de cá, prosperam dentro de uma contradição que, de igual modo, precisa de uma avaliação e de um estudo profundos.

Por esse motivo, neste momento, são importantes esses programas sociais. Todavia, precisamos, sem sombra de dúvida, fazer com que cada cidadão brasileiro tenha condições plenas de entrar no mercado de trabalho, por meio de sua qualificação profissional, de conquistar a dignidade de um bom salário e de garantir o pão de cada dia em sua mesa. Essa é uma realidade.

É verdade que a educação precisa de investimentos, sim, e com urgência. Precisamos fazer como o Japão: na Segunda Guerra Mundial, o país ficou arrasado, mas seus grandes líderes, reunidos num concílio, fizeram uma programação estratégica e investiram de forma maciça na educação.

Ora, se colocarmos dinheiro em nossas escolas públicas municipais, estaduais e federais; se fizermos como os asiáticos fazem, valorizando os seus mestres e professores como os vanguardistas da Nação, que preparam as gerações para produzirem a riqueza no futuro, ninguém irá segurar este País. O Brasil é o berço da criatividade; temos a benção de ter uma miscigenação fantástica, que nos dá características especiais, não apenas no aspecto produtivo, como também no aspecto cultural; não apenas na arte do futebol, como também nas artes plásticas, na dança. Nós, sem sombra de dúvida, somos um povo que se distingue das outras nações do Planeta Terra.

Acredito que essa é uma polêmica de período pré-eleitoral, em que se põe defeito em tudo e em todos – e esse é geralmente o papel da Oposição. Se a Situação não tem defeito, Sr. Presidente, se o candidato não tem defeito, coloca-se um rabo nele. Lamentavelmente, é assim. Não há político, homem público, partido político, que não possa ser maculado. Não existe. Não há imunidade, mesmo que, dentro dos seus quadros, permaneçam os homens mais íntegros e de moral e reputação mais ilibadas; não tem jeito. A Oposição sempre põe um rabo; quando ele não tem, eles arranjam. Se não, ficaria muito fácil.

Digo isso, Sr. Presidente, porque acompanho **pari passu** os grandes debates dentro desta augusta Casa e muito aprendo. Sei que nem sempre o que se diz é o que se pensa, nem sempre o que se pensa é o que se faz. Há o discurso para o consumo interno e há o discurso para o consumo externo. Essa imagem fica no seio da sociedade brasileira.

Às vezes nós encontramos o eleitor e ele diz: “Puxa, eu te vi lá; que discurso maravilhoso! Que belo discurso”. E eu respondo: “Preste atenção, por trás de um grande discurso nem sempre há uma grande personalidade e vice-versa”.

Eu, quando jovem, Sr. Presidente, ouvi o discurso do Presidente Collor. Eu era do PRN, na época, o partido da juventude. Empolguei-me de uma tal forma que, pelo discurso, S. Ex^a me convenceu de forma absoluta. Aquele “tiro no peito da inflação” lembro-me como se fosse hoje, assim como aquele “murro na mesa” e a impressão que ele passava de que o seu programa de governo seria revolucionário e fatal, tudo isso me levou a dar-lhe um voto de confiança.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, sei que V. Ex^a está ávido para falar. Então,

encerro meu pronunciamento, dizendo que nós estamos muito animados com o País. Acredito que vamos avançar muito bem.

Discutimos aqui os programas sociais, as políticas econômicas, os juros altos; mas, agora, tudo começa a se ajustar. Agora, Presidente Lula, vai um apelo de quem vai lhe dar um voto. Lembro quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso – que foi um grande Presidente, com a permissão daqueles que não concordam – preparou um programa contra a violência que li nas revistas e assisti aqui. Acho que isso precisa ser ajustado. Temos de fundir os programas que deram certo, fazer investimento maciço nas áreas de segurança e inteligência e voltar a investir na educação, para dar tranquilidade ao povo brasileiro. Aí não haverá quem segure este País.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, porque vejo em seu olhar o interesse em que eu o conclua e assuma a Presidência a fim de que V. Ex^a possa falar desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 161, DE 2006

(Nº 429/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 66-A do Regimento Interno dessa Casa do Congresso Nacional, indico o Senhor Senador Romero Jucá Filho para exercer a função de Líder do Governo no Senado Federal.

Brasília, 31 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Aviso nº 601 - C. Civil.

Brasília, 31 de maio de 2006

Assunto: Indicação de Líder do Governo

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República indica o nome do Senhor Senador Romero Jucá Filho para exercer a função de Líder do Governo.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff** Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –

A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Senador Gilvam Borges, peço a V. Ex^a que assumo a Presidência. (Pausa.)

O Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel, por 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Senador Marco Maciel, a Mesa aguarda o documento para manifestar-se oficialmente, congratulando-se com um jornal tão importante.

V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 636, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, ouvido o Plenário, seja enviado ao Diretor do jornal **O Estado de S. Paulo**, Dr. Ruy Mesquita, voto de congratulação pelo recebimento do Prêmio Woodrow Wilson de Serviço Público, concedido pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, do Congresso americano.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2006 – Senador **Marco Maciel**.

Em defesa da 'diversidade de ideais e opiniões'

Está integrado o discurso que o diretor do Estado, Ruy Mesquita, pronunciou ao receber o Prêmio Woodrow Wilson de Serviço Público.

Senhores e senhores, boa noite. Quando o Wilson Center foi criado, em 1968, com a missão de "estabelecer uma ponte entre o mundo das ideias e o mundo da política", e, assim, da consequência prática ao sonho do presidente Woodrow Wilson de aliar a academia à política, que ele via "engajada numa empreitada comum", o jornal O Estado de S. Paulo vinha se dedicando, havia já 98 anos, a perseguir os mesmos "ideais iluministas da democracia e da educação universais que tornaram o visionário cientista inglês James Smithson a legar sua fortuna para que fosse constituída, nos Estados Unidos da América, uma instituição "dedicada ao aumento e à difusão do conhecimento entre os homens" em todas as áreas do saber.

Era o ano de 1826, quase uma década antes da publicação da obra clássica de Alexis de Tocqueville sobre a democracia americana. Smithson que, por ser filho ilegítimo, fora discriminado na Inglaterra e proibido de usar o nome de seu pai, nunca conheceu pessoalmente a América ou manteve relações mais estreitas com qualquer pessoa que morasse lá. Mas já via como a grande depositária das esperanças futuras da humanidade aquela jovem democracia que, ainda nos estertores do absolutismo monárquico na Europa, afirmava como pilares essenciais da sua fundação o monopólio da vontade popular para outorgar poder político e a desclassificação de toda fortuna ou posição que não tivesse sido conquistada pelo mérito individual.

Assim nasceu a Smithsonian Institution que, em 1968, abrigaria o Wilson Center.

Engajado em todas as lutas políticas e ideológicas que marcaram a história do século 20 a partir da ordem internacional nascida do Tratado de Paz de Versalhes de 1919, o jornal O Estado de S. Paulo enfrentava, naquele ano de 1968, de triste memória para os democratas brasileiros, um dos muitos desafios nos quais, em 131 anos de vida, viu ameaçada a sua sobrevivência ante o prepotente e momentâneo da arbitrariedade ditatorial num país institucionalmente vulnerável às investidas das ideologias totalitárias que só seriam definitivamente derrotadas com a queda do Muro de Berlim em 1989.

Fundado em 1875 por um grupo de cidadãos que lutavam pela República e pela Abolição da escravidão, O Estado de S. Paulo passaria o período da Pri-

meira República lutando contra o desvirtuamento dos seus fundamentos.

Insistentemente.

Em 1930 estávamos apoiando a revolução que pôs fim à Primeira República. Dois anos depois estávamos lutando contra a revolução vitoriosa que trairia os seus ideais e se preparava para transformar-se num arremedo dos totalitarismos de direita em plena ascensão na Europa.

O movimento constitucionalista liderado pelo jornal em 1932, derrotado militarmente, foi politicamente vitorioso. Exilados durante um ano em Portugal, os diretores do jornal, João de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, voltaram à sua direção depois que Getúlio Vargas, para pacificar São Paulo, indicou o exilado dos irmãos Mesquita, acionista do jornal, Armando de Salles Oliveira, para presidir o governo do Estado e do processo de redemocratização do país.

Poi então que o governador paulista encarregou João de Mesquita Filho de tornar realidade o que ele havia tanto considerava a primeira condição fundamental para que o Brasil pudesse transformar-se, um dia, na democracia com que sonharam os fundadores do jornal: a primeira Uni-

"A instituição que represento mereceu o prêmio que recebo em seu nome"

versidade brasileira, precursora de todas as universidades públicas existentes hoje no Brasil.

Estávamos no ano de 1934, no qual a promulgação da nova Constituição parecia marcar o início da 2ª República Brasileira, escomada dos vícios da primeira.

Essa foi uma ilusão que durou apenas até novembro de 1937, quando Getúlio Vargas realizou o seu projeto totalitário, instituindo no Brasil um arremedo do regime fascista de Mussolini que iria durar até 1945, quando, com a vitória aliada na 2ª Guerra Mundial as Forças Armadas brasileiras, depuseram o ditador e restabeleceram o regime democrático.

Instaurado o regime de 1937, Armando de Salles Oliveira e João de Mesquita Filho foram presos e exilados e, em março de 1940, o jornal O Estado de S. Paulo foi confiscado pelo governo Vargas passando a ser dirigido por um preposto da ditadura. Voltaria às nossas mãos em dezembro de 1945, para reiniciar a sua luta pelos mesmos ideais dos seus fundadores, agora no quadro da nova ordem mundial nascida nas conferências de Yalta e Potsdam e instituída depois da vitória da aliança das democracias americana e inglesa com o totalitarismo soviético, contra os totalitarismos chamados de direita.

Durante o longo período da guerra fria, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, no ano de 1950, agora pela via eleitoral, a incipiente democracia brasileira acabaria sucumbindo mais uma vez à investida de uma ideologia totalitária, agora de esquerda, revigorada na América Latina pela advento do regime fidelista em Cuba, que até exibiu sua verdadeira natureza, transformando-se em pilão do tabuleiro soviético no seu confronto com o mundo democrático na guerra fria, mereceu o entusiástico apoio do jornal O Estado de S. Paulo.

Mas não demorou para que uma das prioridades de O Estado de S. Paulo na luta pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas no Brasil passasse a ser o combate contra a influência do fidelismo sobre a esquerda brasileira e, particularmente, sobre a juventude universitária, naturalmente atraída pela imagem romântica de Che Guevara.

Com a chegada do discípulo de Vargas, João (Jango) Goulart, à Presidência da República, em 8 de setembro de 1961, a ameaça de O Brasil transformar-se num novo aliado do bloco totalitário na América Latina tornava-se cada vez mais concreta. E foi diante dessa ameaça, destruída em discurso do presidente Goulart em 13 de março de 1964, lançando seu programa de criação de uma República Popular Sindicalista no Brasil, que o jornal apoiou o que inicialmente era para ser um contrapelo em defesa das instituições democráticas, com a garantia do respeito ao calendário eleitoral: o marechal Castelo Branco devolveria o poder aos civis na pessoa do candidato que fosse eleito nas eleições marcadas para outubro de 1965.

Rompido esse compromisso com a edição do Ato Institucional nº 2, o jornal O Estado de S. Paulo passou a combater o regime militar, no início sem sofrer qualquer represália até aquele ano de 1968 em que nasceu o Wilson Center, quando no dia 13 de dezembro foi promulgado o Ato Institucional nº 5 suprimindo liberdades fundamentais, inclusive a liberdade de imprensa. O editorial que João de Mesquita Filho escreveu sobre a nova lei ditatorial, que provocou a apreensão da edição do jornal pela ditadura, foi o último que escreveu na sua vida. Seis meses depois, em julho de 1969, ele morria sem ver o final da luta que seu filho João de Mesquita Neto iria comandar contra a censura e contra a ditadura, e que lhe proporcionou, em setembro de 1974, o mais importante prêmio do mundo para os jornais que lutam pela liberdade - o Prêmio Pena de Ouro de Liberdade, da Federação Internacional de Editores de Jornais, que ele recebeu em sessão solene da Federação, na Câmara Municipal de Copenhagen.

O que distinguia a luta do jornal contra a censura, que não travamos sozinhos, foi o fato de termos sido nós o único dos grandes jornais brasileiros que não aceitamos o tipo de censura executada pelos próprios editores dos jornais, que recebiam diariamente a lista dos assuntos que poderiam virar notícia. João de Mesquita Neto informou ao ministro da Justiça que nossos editores sob seu comando continuariam a editar as notícias que fizessem de interesse dos seus leitores. Se o governo não desejava que isso acontecesse, que enviasse um censor à redação para censurar as notícias já editadas.

Foi o que aconteceu. João Neto recebeu a Pena de Ouro em setembro de 1974. Em 4 de janeiro de 1975 O Estado de S. Paulo comemoraria com uma alantada edição especial (30 anos de vida. Cem anos de lutas. Todas as matérias que comporiam essa edição foram enviadas ao censor com grande antecedência porque, evidentemente, não seria impossível fazer os cortes que julgasse necessários no dia da edição das matérias. Nas vésperas do 4 de janeiro, o governo nos devolveu as matérias sem nenhum corte. João Neto, presidente da República, general Ernesto Geisel, escreveu a data do nosso centenário para suspender definitivamente a censura à imprensa no Brasil, medida fundamental do processo que iniciava de abertura democrática.

Novos anos ainda se passariam até a inauguração da nova democracia brasileira. Mas não tenho dúvida hoje de que foi aquela decisão do presidente Geisel que marcou o fim da era dos ditadores na história do Brasil. O fim da era Vargas.

Desde então, a nossa luta pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas concentrou-se no esforço para reduzir o atraso do Brasil, como da América Latina, em geral, em relação ao fantástico avanço nesse sentido que marcou a segunda metade do século 20, cujas manifestações mais expressivas foram a fantástica modernização da Ásia iniciada com a democratização do Japão e a modernização fantástica da Europa política da Europa, cenário dos mais tragicamente violentos conflitos religiosos, étnicos e internacionais, desde a Idade Média, agora completando um processo de desenvolvimento econômico que parecia uma utopia quando se lançaram suas sementes na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Nesse mundo novo da globalização econômica, onde a profissionalização da administração pública e a desideologização das políticas econômicas são condições sine qua non do sucesso dos governos nacionais, somente a África e os países politicamente plasmados por fantasmas religiosos apresentam indicadores que os latino-ameri-

canos nesses quesitos.

Fiz questão de contar toda essa história antes de dizer que a instituição que represento mereceu o prêmio que hoje recebo em seu nome. E faço isso sem risco de incorrer em falta de modestia porque - como vocês ouviram - sou apenas o portador de turno de uma bandeira que não fui o primeiro a carregar, e nem, muito menos, aquele a quem custou maiores sacrifícios fazê-lo.

Este prêmio distingue todos aqueles, entre os membros das quatro gerações da família Mesquita, que, antes de mim ou junto comigo, carregaram essa bandeira sem nunca trair nossos ideais e, também, os jornalistas brasileiros que, com sacrifício das suas conveniências pessoais, enfrentaram as ditaduras formalmente instituídas ou as distorções em "modos intelectuais", a força corruptora do poder político e a de sedução do poder econômico ou, simplesmente, a desonestidade dos seus próprios países, para preservar, acima de tudo, a sua missão institucional de ajudar o cidadão comum a entender que, afinal, democracia, o Estado Nacional existe para servir e não para se servir dele.

A liberdade é um dos países da democracia americana a afu-

A propriedade cruzada dos meios de informação é grande ameaça

mação de que, se lhe fosse dado "escolher se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem um governo", ele não hesitaria em preferir a segunda hipótese. Séculos mais tarde, Walter Cronkite definiu de forma mais sintética e direta a afirmação atribuída a Thomas Jefferson: "A liberdade de imprensa não é apenas algo importante para a democracia; ela é a própria democracia."

A prodigiosa revolução das comunicações, proporcionada pelas novas tecnologias da informação, que anulou as distâncias no espaço e no tempo e universalizou o acesso à notícia em tempo real, tornou essa verdade mais verdadeira do que nunca.

No limiar deste Terceiro Milênio, está morta a questão conceitual em torno deste ponto. Já não amedronta de todos os homens livres os princípios que informam a Primeira Emenda da Constituição americana.

Mas, paradoxalmente, foi nos próprios Estados Unidos da América, berço da cultura antitruste, que ressurgiu do passado uma outra forma, dissimulada e insidiosa, de ameaça a este pilar fundamental de qualquer democracia: o abuso do poder econômico.

Desde o início dos anos 90, o enfraquecimento geral da pro-

teção antitruste na economia norte-americana desencadeou uma nova onda de competição desenfreada e predatória que tende a fazer do dinheiro a única medida de todas as coisas.

Em nenhum outro setor o processo de concentração da propriedade tem efeitos tão nefastos quanto no da indústria da informação, hoje diluída no setor bem mais amplo que se dedica a explorar todas as formas de produção e difusão de informação, cultura e entretenimento, agora com o objetivo exclusivo de conquistar mercados e fazer dinheiro. Porque nesse setor o oligopólio é uma ameaça real às liberdades que a Primeira Emenda visa a defender.

A própria imprensa norte-americana, como agente interessado, tem recorrido à arma da omissão no processo, ora em curso, de demolição da legislação de proteção e fomento à diversidade de opiniões - sem dúvida o segmento mais importante da sua legislação antitruste. Em função disso, cinco ou seis conglomerados gigantes de mídia, que hoje controlam a pauta política e comportamental da única superpotência mundial, a partir dela, estendem sua influência ao resto do planeta, substituíram, nos últimos 10 ou 15 anos, a miríade de jornais, rádios e TVs locais regionais que garantiam que todos os interesses se expressassem e todos as formas de poder fossem monitoradas de perto.

É preciso reverter esse processo.

Não se trata de forçar a falsa convivência, no mesmo espaço, de opiniões contraditórias, como querem os que visam apenas a diluir a resistência dos que ainda lutam para oferecer, na mas sim de voltar a fomentar a oferta de múltiplos espaços para abrigar a expressão da diversidade de ideais e de opiniões como fez, com exemplar eficiência, a legislação imposta, a partir de 1976, pela Federal Communications Commission para limitar a propriedade cruzada dos meios de informação que hoje constitui, na própria pátria da democracia, a maior ameaça que pesa contra ela.

Neste tempo onde se dá a continuação da luta que James Smithson e Woodrow Wilson quiseram incentivar.

Cabe a cada homem e mulher que preza as conquistas da democracia fazer o que estiver ao seu alcance para circunscrever essa ameaça, e a todos quantos estão em posição de alar a plúbeas mais amplas, fomentar esse debate e travá-lo no maior nível de volume possível para que todos saibam o que está em jogo.

Esta, como já lembrei, é uma noite dedicada aos ideais iluministas da democracia e da educação universais, uma luta que é de toda a humanidade.

Que cada um de nós seja fazenda a sua parte.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a se considera preparado para assumir a tribuna?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vamos ver!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Então, por gentileza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, estive no último sábado na terra do Senador Marco Maciel, em Pernambuco, mais precisamente em Petrolina, acompanhando o candidato a Presidente da República pela nossa coligação, ex-Governador de São Paulo Geraldo Alckmin.

É difícil acreditar, Senador João Batista, mas é verdade. O Senador Marco Maciel conhece muito bem o que é que foi feito ao longo dos últimos 30 anos no semi-árido nordestino, principalmente no lado de Pernambuco, em Petrolina, e no lado da Bahia, em Juazeiro.

Desde que aquele programa foi iniciado, todos os governos brasileiros investiram naquele projeto de irrigação, que vem dando resultados excelentes, transformando o Brasil em celeiro exportador de frutas, de flores, produtor de vinhos e, acima de tudo, gerando empregos para uma região carente nessa matéria.

O crescimento daquela região proporcionou, como consequência, a criação de uma universidade com cursos técnicos voltados exatamente para dotar o nordestino daquela região e os que para ali se deslocam de cursos que lhes dêem respaldo a continuar a sua luta pela produção no semi-árido nordestino.

Percorremos, Senador Marco Maciel, vários projetos: Projeto Maria Tereza, Projeto Nilo Coelho. Aí a minha decepção e a minha frustração: o Projeto Pontal, iniciado no Governo passado, completamente abandonado pelo atual Governo! Aliás, Sr. Presidente, nos últimos trinta anos, só no atual Governo, não houve investimentos naquela região.

Aí, fico a me perguntar: este é o Governo que prometia bilhões para a transposição do rio São Francisco; não investiu nada na transposição. Não passou de um jogo demagógico para criar expectativas. E o projeto concreto que faz parte inclusive da revitalização daquele grande rio está completamente abandonado.

Obras de engenharia, como aquadutos construídos numa extensão de quase três quilômetros, em concreto armado, estão prontas e 70% da infra-estrutura do Projeto Pontal foram feitos. O Governo Federal não deu continuidade, durante esses três anos e

meio, a nenhum metro no sentido de prosseguir esse sonho iniciado por Nilo Coelho, quando Governador, que mudou completamente a paisagem e o aspecto daquela região.

Aliás, Senador Marco Maciel, para mim foi uma grande surpresa. Eu estive em Petrolina exatamente na companhia de V. Ex^a, em 1970, na sua primeira campanha para Deputado Federal; eu morava em Pernambuco e participei daquela campanha. Estive ali umas duas ou três vezes, rapidamente.

Agora vi o que o desenvolvimento trouxe para aquela região: uma cidade com 250 mil habitantes e dotada de infra-estrutura urbana exemplar para a região; integrada com a Bahia por meio de Juazeiro e com pólo de desenvolvimento fantástico naquela região.

Concedo a V. Ex^a um aparte, com o maior prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, quero dizer a V. Ex^a, agora que está, por designação do PFL, cumprindo a missão de representante de nossa agremiação junto ao conselho da campanha do candidato Geraldo Alckmin, que sua ida à região de Petrolina e Juazeiro foi muito oportuna porque permitiu verificar o que na realidade ocorre na região. Desde a posse do atual Governo – 1º de janeiro de 2003 –, não se destinou um real sequer para as obras de irrigação. Apesar de todos os investimentos que foram feitos por Governos anteriores – e V. Ex^a lembra a grande preocupação do ex-Governador Nilo Coelho, que presidiu esta Casa, com relação à irrigação –, desde a época em que Celso Furtado era Superintendente da Sudene, nunca houve período tão desfavorável ao desenvolvimento da irrigação no semi-árido nordestino quanto agora. Repare um dado que acho ainda mais grave: o atual Presidente ao assumir o Governo, em 2003, encontrou dotações alocadas, consignadas no Orçamento, para o prosseguimento dos projetos, inclusive do referido por V. Ex^a. Mas seu primeiro decreto foi de contingenciamento total de todas as verbas consignadas para a irrigação. V. Ex^a, que é nordestino, sabe o quanto é importante a irrigação numa área caracterizada pela irregularidade pluviométrica. Sob o ponto de vista social, a irrigação não somente aumenta nossa produção, mas gera emprego. A atividade de irrigação gera muito mais empregos do que diversas atividades industriais. Se compararmos, por exemplo, geração de emprego e custo de emprego, vamos verificar que o emprego gerado na indústria automobilística custa 15 vezes mais do que o gerado na área de irrigação. E há também uma grande reverberação na geração de empregos indiretos. Então, foi bom que o futuro Presidente Geraldo Alckmin tenha ido a Petrolina, em companhia de V. Ex^a, que conhece o assunto. Também lá esteve o nosso candidato a Vice-Presidente, Senador José

Jorge, para que, como diz o poeta, vendo sem retinas intermediárias a realidade, pudessem V. Ex^{as} ter um quadro do que se passa na região. Eu poderia ir mais além e afirmar que, infelizmente, o projeto que se volta para a identificação de um bioma único no mundo, que é a caatinga, também se encontra parado. Ao tempo em que era Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, foi aprovado um estudo cujo custo não foi alto, para definir a caatinga, bioma que apresenta especificidades singulares e, ao mesmo tempo, foi projetado um sistema de desdobramento do projeto para que pudéssemos salvar esse grande bioma, que, aliás, não foi incluído dentre aqueles protegidos, se não me engano, pelo art. 225 da Constituição Federal. Esse projeto se encontra paralisado. Espero que V. Ex^a seja ouvido e este Governo libere recursos para que, além da adversidade da seca, um fenômeno recorrente na região, não tenhamos que enfrentar agora problemas mais graves, como o da interrupção dos projetos que permitem irrigar áreas férteis no médio São Francisco, criando assim condições de fixar o homem na região. Isso porque o ser humano é telúrico, tem raízes no solo em que nasce, para que além de fixar o homem à terra, ele e sua família possam desfrutar de boas condições de vida e produzir, no plano agropecuário, algo que venha a contribuir para melhorar o PIB do Nordeste, infelizmente, muito baixo, **vis a vis**, PIB da região Sul e Sudeste. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem toda a razão, Senador Marco Maciel. Os investidores para esses projetos, principalmente para o Projeto Pontal, que está aguardando conclusão, já estão inscritos. Já há, inclusive, definição do que querem produzir naquela região. Se tivéssemos tido a felicidade de o Governo ter iniciado e concluído esse projeto no seu primeiro ano, já estaríamos agora usufruindo dos benefícios.

Mas, infelizmente, está tudo parado. Lamentavelmente, Senador Marco Maciel, tive oportunidade de conversar com funcionários da Embrapa, onde se vê uma tristeza coletiva naquele que foi um órgão de fomento e pesquisa dos mais admirados onde não existia nenhuma ingerência político-ideológica. A Embrapa está sendo sucateada com suas atividades paralisadas exatamente por conflitos internos que existem nos quadros daquele órgão, o que é profundamente lamentável.

Eu queria lhe dizer, Senador Marco Maciel, que participávamos dessa comitiva do Presidente Alckimin – que é uma comitiva pequena, como é o seu estilo – além do candidato a Vice-Presidente José Jorge, os Deputados André de Paula e Pedro Eurico, como também o Deputado Ciro Coelho, que é Parlamentar da

região. E tivemos oportunidade de discutir e de trocar idéias. O Presidente Alckimin fez um percurso, meu caro Presidente da Casa, por todos os perímetros irrigados, vendo a maioria dos que já produzem, e não há quem não se encante em ver o que vem acontecendo hoje em termos de evolução tecnológica na área do São Francisco.

É lamentável que um Governo que passou três anos e meio prometendo transpor as águas do São Francisco para levar água para outras regiões nordestinas, não conclua sequer um projeto interno, no próprio perímetro da Codevasf.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como bem disse o Senador Marco Maciel, havia dinheiro já alocado e garantido do Governo passado que foi contingenciado, sem nenhuma explicação plausível.

Por último, agradeço ao povo de Petrolina pela fantástica acolhida que tivemos em todos os lugares por que passamos. Percorremos as ruas e circulamos pelo *shopping center* da cidade, que é grande e fantástico. Hoje, a cidade é desenvolvida e tem um poder aquisitivo que realmente me impressionou. Estive lá em 1970, com o Senador Marco Maciel. Naquela época, existia apenas o Hotel Grande Rio, uma iniciativa do Governo do Estado daquela época. Hoje, além do Hotel Grande Rio, em bom estado de conservação, há mais ou menos uns três ou quatro hotéis de boa qualidade, pertencentes à iniciativa privada, o que mostra que há...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... mercado para esse investimento.

Senador Marco Maciel, ouço V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Heráclito Fortes, vou ser breve. É bom lembrar que a questão não ficou no contingenciamento de recursos de 2003. Nos anos subseqüentes, o Governo não colocou verba para...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nenhum tostão. É verdade.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Quando, por iniciativa parlamentar, aqui colocamos – como aconteceu, se não me engano, no Orçamento de 2005 –, a verba não foi liberada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É verdade.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Isso é algo sem precedentes na história da irrigação no Nordes-

te e das grandes lutas para transformação da região, após a criação da Sudene.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O mesmo acontecendo com os recursos para a ponte que liga Petrolina a Juazeiro.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Na BR-407...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – ... cujos recursos têm sido liberados a conta-gotas, impedindo o andamento das obras. Não podemos deixar de render homenagem a Nilo Coelho, que tanto sonhou com a mudança do perfil socioeconômico da região e demais membros da sua família. Faço menção a duas pessoas que lá estavam, ao lado do candidato Geraldo Alckmin, – Deputado Federal Osvaldo Coelho, um dos mais antigos Parlamentares com assento na Câmara dos Deputados, e o ex-Senador e ex-Prefeito de Petrolina, José Coelho. Integravam a comitiva do candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, V. Ex^a e outras figuras da política nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão. Deixei exatamente por último para fazer uma homenagem a esse extraordinário Parlamentar nordestino, Osvaldo Coelho. S.Ex^a tem uma verdadeira abnegação por aquela região.

Lá, Senador Marco Maciel, tivemos a felicidade de, em uma palestra que o Presidente Alckmin pronunciou no auditório do Hotel Grande Rio, contar com a presença não só do Deputado Osvaldo Coelho, do Dr. Augusto, do Dr. Geraldo, como também a presença do Senador José Coelho, que, quando esteve nesta Casa em substituição ao Senador José Jorge, que ocupava o Ministério da Minas e Energia, foi um dos que lutou muito para a liberação dos recursos para a ampliação da ponte que liga Petrolina a Juazeiro.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Ponte Presidente Dutra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A ponte Presidente Dutra, exatamente.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Perdoe-me acrescentar, Senador Heráclito Fortes. Já que V. Ex^a falou do Dr. Augusto Coelho, eu lembraria que ele também foi um excelente Prefeito de Petrolina e hoje desenvolve um projeto de ação social muito bom, visto que é médico e possui uma instituição de proteção à infância, às crianças desprotegidas e carentes, o que o credencia muito naquela região.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão. O Dr. Augusto tem uma tradição de serviços prestados, hoje, inclusive, voltando-se muito ao atendimento ao câncer na região. Ele vem prestando um serviço inestimável...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...ao Piauí, à Bahia e ao próprio Pernambuco.

Quero finalizar, Senador Marco Maciel, manifestando a minha preocupação. O Governo não se preocupa com o futuro, no caso de Petrolina, nem com o passado, no caso da Serra da Capivara, logo após Petrolina, pois os recursos alocados para a construção de um aeroporto e para as obras de infra-estrutura não estão sendo repassados, e a obra está paralisada, colocando por terra o trabalho extraordinário da professora Niède Guidon. Quem vira as costas para o passado e não se preocupa com o futuro quer curtir apenas o presente. E isso o Aerolula que o diga.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Heráclito Fortes, permita-me interrompê-lo mais uma vez.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Perdoe-me, mais uma vez, a interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Ex^{mo} Senador Marco Maciel, sem dúvida, permitirei a sua manifestação, mas peço a V. Ex^a, assim que concluir o seu aparte e que o orador deixar a tribuna, que me socorra e venha à Mesa para presidir a sessão, por gentileza.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Pois não. Caro Presidente, antes de atender à solicitação de V. Ex^a, eu gostaria de dizer ao nobre Senador Heráclito Fortes que tenho acompanhado as questões da fundação que busca preservar a Serra da Capivara, que é um dos parques arqueológicos mais importantes do Brasil e talvez da América. Na semana passada, tive oportunidade de receber Anne-Marie Pessis, que trabalha com a Dr^a Niède Guidon nessas obras. E o relato que ela me fez é de fato entristecedor. Ela me falou sobre como a instituição está sofrendo e também sendo, de alguma forma, prejudicados as pesquisas e estudos lá feitos, com vistas a identificar as origens do homem americano, e a descoberta de inscrições rupestres que ajudam a identificar primitivas formas de manifestação humana. Por isso, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a que é do Estado do Piauí, onde se encontra a Serra da Capivara, receba a nossa solidariedade pelo descaso com que vem sendo tratado o referido sítio cultural-arqueológico.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, agradeço ao generoso coração do homem que, no momento, produz a grande novela Mãe do Rio*. Deixo aqui os meus agradecimentos e a certeza de que mais dia menos dia, e quanto mais rápido me-

lhor, haverá a retomada do crescimento do semi-árido nordestino e, de maneira muito especial, da região de Petrolina, onde as indústrias começam a despontar, principalmente, Senador Gilvam Borges, as grandes indústrias vinícolas do mundo que se estão dirigindo àquela região para produção de vinho de excelente qualidade, e não só vinho como também champanhe, o que mostra que a região produz, além de outras frutas, a uva de excelente qualidade. Deixo aqui os meus agradecimentos a V. Ex.^a e a certeza de que esse trabalho que foi feito será reconhecido para o benefício do povo nordestino, do povo pernambucano. Renovo os meus agradecimentos ao gentil e caloroso povo de Petrolina e da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, a presença de V. Ex.^a na tribuna sempre honra esta Casa e a Mãe do Rio haverá de reconhecer a citação.

Passo a Presidência ao Senador Marco Maciel para chamar o próximo orador.

Senador João Batista Motta, só um minutinho enquanto o Presidente assume para poder convocá-lo.

O Sr. Gilvan Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Tenho a satisfação de conceder a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, representante do Estado do Espírito Santo nesta Casa do Congresso Nacional.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cerca de um ano e meio ou dois anos e meio atrás, comparecíamos a esta tribuna para alertar o Governo Federal sobre o que vinha acontecendo com o interior do Brasil, com o homem do campo que tinha ido ao banco, apanhado alguns recursos para produzir ora soja, ora algodão, ora cana-de-açúcar, ora arroz, ora milho. E dizíamos, naquela oportunidade, que essa legião de brasileiros viria à falência em pouco tempo, já que o Governo Federal, irresponsavelmente, não atuou no mercado cambial. E aí não é mais apenas o homem do campo, mas também o homem que trabalha na indústria de calçados, que trabalha na linha de montagem na fabricação de automóveis, tratores e caminhões, porque também hoje esses estão prejudicados. Mas o Governo não se sensibilizou. Permaneceu no erro, permitindo um dólar variando de R\$2,10 a R\$2,20 ao longo de todos esses anos, o que facilitava a importação e dificultava a exportação.

Quando essa legião de brasileiros começou a sofrer, o Governo passou a comemorar. Assisti, nesta tribuna, ao Líder Aloizio Mercadante comemorar perante o País o preço do arroz a R\$12 a saca.

Acho que brasileiro nenhum se esquece disso.

A quebradeira chegou. Todos estão falidos. E os produtores, Sr. Presidente, começaram a ir para as ruas; as rodovias federais foram interditadas por produtores rurais. Começaram os “tratores” de norte a sul do País. A Volkswagen anuncia o fechamento de uma fábrica; a General Motors anuncia a demissão de funcionários; a indústria calçadista vai à falência.

E, de degrau em degrau, o Brasil vem descendo morro abaixo em direção a um abismo. Mas com o protesto dos produtores, começaram a aparecer os salvadores da pátria. O Ministro da Agricultura, que sabe muito bem que o Governo trabalha errado neste campo, é consciente, porque também é produtor, mas infelizmente a subserviência não permite que renuncie ao cargo para mostrar ao Presidente incompetente, para mostrar ao Presidente que não vê que há um buraco sendo feito para enterrar muita gente a continuar essa política.

E as soluções são: prorrogar o prazo dos empréstimos, aumentar o volume de recursos da próxima safra. Tudo engodo, tudo mentira! Ninguém vai prorrogar nada, ninguém vai aumentar nenhuma verba. Pode aumentar no papel, mas não chega à ponta, e o brasileiro sabe disso. Não é verdade!

E os salvadores da pátria estão dizendo que o problema será resolvido. Não será, não é verdade. Mente mais uma vez o Governo para essa legião, como já falei, de agricultores, de homens sofridos e de mãos calosas que vivem a trabalhar no campo.

O que o Governo oferece – prorrogação de créditos, mais recursos para a agricultura – é para dar uma satisfação ao homem da cidade, é para fazer campanha política. E o homem da cidade pensa que realmente o arroz e feijão vão continuar baratos, porque o Governo tomou providências. Não, vão subir os preços, pois ninguém está plantando, o homem do campo quebrou. Os empregos da indústria vão diminuir.

Chamo a atenção de todos os brasileiros que nos ouvem neste momento para que reflitam sobre um ponto. Temos hoje uma safra excelente de Governadores que vivem a trabalhar para gerar empregos e para promover o crescimento da economia dos seus Estados, e o Governo Federal vive a usurpar os feitos dessa gente, chamando para si o resultado pelo crescimento de vagas no mercado de trabalho e pelo aumento das exportações.

Ora, pergunto aos brasileiros que me ouvem neste momento: qual foi a atitude do Governo Federal para

umentar a produção ou as exportações? Quando Bush pediu para a China que valorizasse sua moeda, ouviu: “Não, aqui não, aqui mando eu. A China precisa exportar; a China não precisa importar, Sr. Bush. Não temos nenhuma satisfação a lhe dar”. Mas aqui não, aqui tem aqueles que ficam de plantão na defesa do interesse internacional, na defesa daqueles que sempre levaram a nossa riqueza de graça. E continuamos marchando sempre no mesmo caminho e na mesma trilha, completamente errados.

O Governo Federal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não atrapalha só com relação à política cambial; não atrapalha só porque não tem política para o homem do campo. Para o homem do campo, o que resolve é o seguro rural; o que resolve são os preços garantidos. Porque, se tem garantia para preço de petróleo; se tem garantia para preço de telefone; se tem garantia para preço de automóvel; se tem garantia para todos os preços das multinacionais, por que não pode ter garantia de preços para aquilo que o brasileiro produz? Essa é a pergunta que fica no ar.

Mas o Governo Federal não só atrapalha nesses pontos, não! O Governo Federal, Senador Heráclito Fortes, acaba de publicar, por intermédio da Anvisa, que 75% dos antibióticos vendidos no País são feitos de maneira errada! Olha a coragem deste Governo: diz que 75% dos antibióticos, ministrados por médicos de capacidade, uma classe invejável, uma classe digna deste País, que é a classe médica, são receitados de maneira errada. É uma afirmativa irresponsável!

Se dissessem que o brasileiro se automedica e, por isso, comete erros a ponto de ingerir de maneira errada 75% dos antibióticos que compra, eu aceitaria, qualquer um aceitaria.

No entanto, dizer que houve erros na receita do médico não é verdade. Nossos médicos não são incapazes a esse ponto. A irresponsabilidade é daquela empresa.

Na minha capital, hoje, as manchetes eram sobre a sujeira da baía, sobre a quantidade de lixo. São 150 toneladas por mês jogadas na baía. Assistia à televisão e me perguntava: o Ibama não foi feito para isso? Para proteger os nossos ecossistemas, o nosso manguezal? Esse lixo não está sendo jogado no manguezal? Cadê o Ibama? Só encontro o Ibama na hora de multar e embargar a obra de quatro edifícios. Falo da chácara Von Schilgen, no Espírito Santo. O que o Ibama tem com a construção de quatro edifícios em uma chácara? A prefeitura liberou a obra, bem como o órgão estadual responsável pelo meio ambiente. O que o Ibama vai fazer lá? Estão lá.

Há um empresário, no meu Estado, que importou uma porção de máquinas de terraplenagem, Sr. Presi-

dente. Estão paradas no porto. Não foram liberadas. A alfândega já as liberou. Não há problema com relação ao pagamento de tributos. Não tem relação alguma com as guias que o importador preparou.

Pasmem! Estão no porto paradas, porque os pneus precisam de liberação do Ibama. Os pneus que estão rodando nas máquinas.

Não foi para isso que o Governo Federal criou o Ibama, Presidente Lula! O Ibama foi feito para cuidar do meio ambiente, ajudar o empresário a montar seu empreendimento de maneira sustentável. Trabalho, meio ambiente, responsabilidade com a fauna e com a flora são as finalidades do Ibama. Mas não, o Ibama está querendo saber como está sendo feita a hidrelétrica, para que construir a hidrelétrica, por que produzir energia neste País, para que produzir energia neste País.

Outro dia, um dos membros do MST, uma senhora que talvez não tenha freqüentado 50 dias de aula na vida dela, dizia, pela Rede Globo, para todos ouvirem: este País não precisa de reflorestamento. Sr. Presidente, este País não precisa de reflorestamento? Este País, por acaso, quase não exterminou as suas matas, principalmente a Mata Atlântica? Será que nossa saída não é replantar? Não é o óbvio? O Ibama não deveria estimular as pessoas a plantarem árvores, principalmente as de madeira nobre, para que reflorestemos todo este País de ponta a ponta? Isso é tão fácil de fazer! Conheço gente plantando mogno no norte do Estado, conheço gente plantando peroba no meu Estado do Espírito Santo, conheço gente plantando eucalipto, acácia. Por que não continuamos? Por que não aceleramos isso? Não é riqueza? Não é bom para o País? Não gera emprego? Por que esses órgãos governamentais, Sr. Presidente, vivem aí a atrapalhar as pessoas a trabalharem?

É bom que se faça uma ressalva: o Ibama tem funcionários concursados, grandes técnicos de qualidade. Mas, de repente, chega o Governo do PT e coloca nas chefias pessoas que querem resolver o problema ideologicamente, mas que não têm ideologia. A ideologia deles – e o Brasil tem de saber disso – é transformar o Brasil em uma outra Cuba. É isso que eles querem. Vejam a miséria de Cuba, vejam como Cuba vive. E é isso, Sr. Presidente Marco Maciel, que eles querem para nossa Pátria, essa pátria linda e maravilhosa que nós temos.

Sinto-me indignado, envergonhado, desanimado de permanecer na vida pública, porque essa Casa aqui também é cúmplice. Nós deveríamos aqui fazer leis, votar leis e colocar no colo do Presidente, colocar no colo do Governo Federal, para que ele diga à população por que não implanta, por que não resolve

os problemas, por que ele não se mete na segurança. Ele não conhece sobre segurança, não tem conhecimento da violência, não faz nada, não libera verbas para os Estados para ajudar na segurança?! Por que não faz...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Por que não faz política de polícia na fronteira para evitar que as armas entrem neste País da maneira que entram, de maneira absurda, sem nenhuma fiscalização?! Só querem fiscalizar aquele miserável que vem trazendo um DVD, uma máquina fotográfica, porque está desempregado e não tomou coragem ainda para entrar no comércio de tóxico, na venda de maconha, na venda de cocaína, que está querendo fazer algo errado, mas não chegou ao ponto de vender entorpecentes. Essas são as pessoas perseguidas, mas os que estão trazendo armas, não. Não há vigilância em nossa barreira com essa finalidade.

Sr. Presidente, meu tempo já está encerrando. Agradeço a V. Ex^a de coração. Amanhã voltarei aqui com o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, da representação do Pará nesta Casa do Congresso Nacional.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sr. Presidente Marco Maciel, que ora preside esta sessão; Sr^{es} e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, participei de um ato fundamental para o Brasil, mas, principalmente, para a região amazônica. No Palácio do Planalto, o Presidente Lula; a Ministra Marina Silva; o Ministro da Integração Nacional, Pedro Brito; o Ministro dos Transportes, de cujo nome não me recorde no momento – acho que também é Pedro, ou melhor, Paulo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Por gentileza, Senadora, como é o nome do Ministro dos Transportes?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Senador, peço desculpas, porque me foge o nome dele.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Ministro da Saúde, V. Ex^a sabe?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Senador, permita-me terminar meu pronunciamento. Depois, verificaremos os nomes dos novos Ministros.

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; o Ministro da Integração Nacional, Pedro Brito; e a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, estiveram,

hoje, no Palácio do Planalto, com o Presidente Lula e com o Vice-Presidente, José Alencar, no Dia Mundial do Meio Ambiente...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora, V. Ex^a poderia pedir à Assessoria do PT, que é muito ágil nisso, que mandasse rapidamente o nome dos Ministros, para que constasse nos Anais da Casa. Estou tentando ajudá-la.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Está bem. Obrigada, Senador. Eu lhe agradeço muito, mas tenho a certeza de que o mais importante para o povo é que os Ministérios funcionem.

Lançaram o Plano da Amazônia Sustentável ao longo da BR-163, a Santarém-Cuiabá. No final de 2003, foi tomada uma atitude corajosa, de quem realmente sabia que era possível e necessário que, além do asfaltamento de uma rodovia importante para o Brasil e para a Amazônia, como a BR-163, Santarém-Cuiabá, fosse feito um plano de regularização fundiária daquela região que pudesse detectar, com clareza, o potencial de uso para aquela região. Foram 21 Ministérios envolvidos, em uma ação integrada, para que, hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o Presidente Lula anunciasse que o progresso não é incompatível com o desenvolvimento sustentável. É possível, sim, pavimentarmos a Santarém-Cuiabá sem que se aumentem os crimes ambientais.

Hoje, o Presidente Lula, entre outras medidas, assinou duas instruções normativas. A Instrução Normativa nº 31 dispõe sobre as diretrizes e fixa os procedimentos para legitimação de posse em áreas de até 100 hectares localizadas em terras públicas rurais da União. A Instrução Normativa nº 32 dispõe sobre as diretrizes e fixa os procedimentos para a regularização de posse em áreas de até 500 hectares, localizadas em terras públicas rurais de propriedade da União na Amazônia Legal.

Essas medidas vão atingir, na Amazônia Legal, em áreas de até 100 hectares, 230 mil proprietários que tinham título com legalidade extremamente frágil. Vão atingir 70 mil posses em mais de 10 milhões de hectares, naquelas áreas que vão de mais de 100 hectares até 500 hectares.

No meu Estado, o Pará, essa é uma verdadeira revolução. A regularização dessas áreas representa 96% de todas as posses da Amazônia Legal, ou seja, a grande maioria dos posseiros, dos proprietários de boa-fé tem até 500 hectares, e apenas 4% estão acima disso.

Portanto, o Governo está atingindo, com essas duas instruções normativas, a grande maioria das propriedades rurais na Amazônia. Isso tem um impacto realmente importantíssimo, acabando com as tensões

sociais, diminuindo a violência no campo, diminuindo as mortes no campo, permitindo que o proprietário de até 500 hectares possa ter acesso a crédito de forma legal, possa ter acesso a financiamento, possa ter acesso a políticas públicas.

Aqui, como Senadora do Pará, tenho a tranquilidade de dizer que sei que a posse da terra é o principal tema de conflito no nosso Estado. Não é à toa que somos o Estado campeão de morte e de violência no campo.

No Estado do Pará, essas medidas vão permitir a regularização da área de, no mínimo, oitenta mil posseiros, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural. Creio eu que há mais pessoas que ainda não se cadastraram. Mas com essa instrução normativa – fruto de lei aprovada neste Congresso via medida provisória conhecida como MP do Bem, que permitiu a regularização até 500 hectares –, oitenta mil proprietários, no Estado do Pará, terão suas posses regularizadas. Isso será um grande avanço e também permitirá a resolução de outros problemas ligados a essa questão, como, por exemplo, o manejo florestal. Infelizmente, a maior parte da atividade madeireira de manejo sustentável era feita em terras públicas; o grande problema era fundiário. Hoje, poderemos resolvê-lo.

Fizemos uma audiência pública, na semana passada, na Comissão de Meio Ambiente, com a presença do Incra, do Ibama e do setor produtivo principalmente da região sudoeste do Pará para tratar dessa regularização, juntamente com a assinatura dos Planos de Desenvolvimento Sustentável.

Hoje, foram assinados dois planos, exatamente naquela região: o Terra Nova e o Nelson Oliveira, que estão no Município de Novo Progresso, o que vai permitir matéria-prima para os produtores florestais. Foi consequência dessa audiência a criação de uma comissão para agilizar a análise desses projetos de manejo florestal. E também houve a criação de mais 18 PDSs. Inclusive, estamos próximos de assinar o PDS Virola-Jatobá, pelo qual tanto lutou a nossa Irmã Dorothy e que já vai também ser regularizado.

Além desse anúncio dos PDSs, além das instruções normativas que serão uma verdadeira revolução na regularização fundiária na Amazônia, também foram assinadas duas reservas extrativistas no Pará. Uma é a Resex Iriri, que fica no Município de Altamira, o Município geograficamente mais extenso do mundo. Outra Resex foi Canavieiras, como também Arapixi, Parque Nacional Juruena e Terra Grande Pracuúba, que fica no Município de São Sebastião da Boa Vista, onde estive em visita no sábado. Essa reserva fica em parte de São Sebastião da Boa Vista. Além disso, também

foram liberados recursos para infra-estrutura. Não é que vão começar as obras; elas já começaram.

O Exército já está lá para construir 14 pontes; vão substituir as pontes de madeira por pontes de concreto. V. Ex^a sabe que pontes de madeira na nossa região amazônica em pouco tempo se deterioram. Vamos pavimentar dois trechos da BR-163: um deles vai de Santarém a Rurópolis; o outro, meu querido e amigo Senador Ramez Tebet, fica também na sua região e vai de Guarantã a Castelo dos Sonhos, na fronteira do Pará. Os recursos já estão liberados para esses dois trechos. O 8º Batalhão de Engenharia do Exército está mobilizado exatamente para fazer essas obras de forma imediata. Ressalte-se também a abertura que será feita para um plano de parceria público-privada.

Estamos lutando para conseguir mais recursos destinados à pavimentação de outras áreas da BR-163 que são muito importantes não só para a nossa região, Senador Ramez Tebet – a Santarém-Cuiabá liga as nossas regiões –, mas também para todo o Brasil, porque vai permitir o escoamento de produtos por Santarém, que está muito mais próximo do mercado europeu do que São Paulo.

Quero dizer que são medidas importantíssimas, de impacto imenso, que resolvem a tensão social, a regularização fundiária e permitem melhor produção, permitem melhorar a qualidade de vida e ajudar a garantir matéria-prima legal para aqueles que querem trabalhar de forma legal, para aqueles que fazem a atividade madeireira, mas não querem ser chamados de grileiros, não querem ser confundidos com os bandidos que existem no meu Estado, infelizmente, que são bandidos travestidos de empresários. Essas pessoas vão ter também, por meio da criação dos PDS, dessa regularização, a solução dos seus problemas para garantir a safra este ano. Eu fico muito orgulhosa de vir aqui e dizer isso porque parecia impossível que pudéssemos levar o asfalto da BR-163 e ainda fazer a regularização fundiária de toda aquela região, levar paz social e, com certeza, mais empregos e mais distribuição de renda para todo aquele povo.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Concedo com muita honra um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Ana Júlia, V. Ex^a sabe que as qualidades que ornamentam sua personalidade e sua atuação na Casa causam a todos nós, os seus colegas, muita admiração. Hoje recrudescço na minha admiração por V. Ex^a à medida que vejo cada vez maior o empenho de V. Ex^a, principalmente quando se trata dos interesses do Estado,

que muito bem é representado pela bravura e pelo talento de V. Ex^a aqui na nossa Casa da Federação. É óbvio que aquilo que interessa ao Pará interessa ao País. O Pará é um Estado que tem potencialidades, mas é um Estado cheio de problemas. Tão grandes são os problemas que V. Ex^a, quase todos os dias, deles se ocupa aqui. Hoje V. Ex^a vem trazer boas novas para nós, vem dizer que houve uma reunião com a presença do Ministério do Meio Ambiente e de mais vinte Ministérios – portanto, totalizando 21 Ministérios – para a assinatura, pelo Presidente da República, de instruções normativas que vão permitir a construção de estradas e a regularização da posse da terra. Eu espero que essas medidas venham diminuir o desequilíbrio e a violência no Brasil inteiro, principalmente no Estado de V. Ex^a, que é palco, como todos sabem, de violências que ocuparam o espaço da mídia nacional, foram e são ainda responsáveis pela preocupação de todos nós. Como hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente, quero dizer que é este o desenvolvimento que nós defendemos: defendemos o desenvolvimento sustentável. Não defendemos – e ninguém defende – o desenvolvimento a qualquer preço. Na minha opinião, desenvolvimento significa o que traz qualidade de vida. O que não traz qualidade de vida, a meu ver, não é desenvolvimento. Se me permite, vou dar exemplo de obras construídas no passado, para poder chegar aonde quero. As obras do conjunto hidrelétrico de Urubupungá – em que, juntas, as usinas de Ilha Solteira e de Jupia, na divisa de Mato Grosso do Sul com São Paulo, geram 4,6 milhões quilowatts/força, num País que precisa de energia – começaram a ser construídas no início de 1960. Ele está funcionando, levando energia a regiões do País, mas V. Ex^a acredita que não tem licença do Ibama?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Acredito, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Eu considero essas obras imprescindíveis.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Até porque, nessa época, não havia necessidade.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Eu não quero elogiar a Cesp, pois estou aqui para dizer que, embora não existisse isso naquela época, se o Ibama tivesse atuação veria os prejuízos que foram causados, muito mal reparados e ainda por reparar, que a construção dessas duas usinas a Cesp levou a Mato Grosso do Sul para servir ao Brasil. Roubou-se de Mato Grosso do Sul grande parte do seu território. Indenizaram-se os proprietários, é verdade, mas houve danos irreparáveis a muitos Municípios de Mato Grosso do Sul. V. Ex^a verá que, daqui a alguns dias, vou cobrar, dessa tribuna, aquilo que ainda nos dá grandes prejuízos

pela construção dessas duas usinas, porque é sério isso. Nesse ponto é que desejo fazer um acréscimo ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a. Quais as medidas que foram tomadas para desburocratizar o Ministério do Meio Ambiente e o próprio Ibama? Isso é o que eu quero saber, pois antecedeu V. Ex^a, nessa tribuna, quem está presidindo a sessão, o Senador João Batista Motta, do Estado do Espírito Santo. A burocratização é muito grande. S. Ex^a citou exemplos de empresários que estão tendo prejuízo porque não se concede licença. O Ibama está emperrado e não se liberam sequer máquinas. Isso eu ouvi do discurso de V. Ex^a, Sr. Presidente, quando vinha para o plenário. Máquinas estão lá porque o Ibama precisa examinar pneu! Acredito que deva existir cobrança sistemática da nossa parte. V. Ex^a anote o discurso que, brilhantemente, está fazendo e passe a cobrar, porque, senão, essas obras somente serão construídas quando terminar o nosso mandato. Não é possível! Isso é a título de colaboração ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Ramez Tebet. Eu disse que interessava às nossas regiões, até porque, há poucos anos, existia apenas um Mato Grosso. No entanto, o que interessa a Mato Grosso interessa também a Mato Grosso do Sul. A BR-163 não interessa apenas a Mato Grosso e ao Pará, mas também ao Brasil, como falei, porque ela será mais uma via de escoamento de produção. Agradeço-lhe, inclusive, as palavras gentis. É correto o que V. Ex^a diz.

Concluirei meu pronunciamento, pois estou um pouco agoniada com uma audiência no Ministério, e concederei um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

A regularização fundiária estabelece que quem possui até 100 hectares terá o título de propriedade da terra e, até 500 hectares, o direito real de uso. Portanto, cobrarei do Governo, todo dia, essa regularização, que sei que está começando pelo Estado do Pará, para que sejam atendidas as 80 mil famílias que estão ali e que terão melhores condições de produzir em paz. Farei o mesmo, evidentemente, com as outras ações que já mencionei e que vão ajudar a resolver problemas dos setores produtivo e madeireiro da região sudoeste, que querem trabalhar na legalidade.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes. Peço-lhe apenas brevidade. Acredito, até, que já estão me ligando por conta da audiência, mas, com toda a honra, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero congratular-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, uma vez que testemunhei o seu trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos para a liberação de recursos destinados à substituição de pontes de madeira por

pontes de concreto. Embora não sendo do Partido do Governador, vejo o seu empenho e a sua luta para que esses recursos sejam liberados. Acredito que assim é que deve ser. Eu, infelizmente, às vezes fico muito frustrado, porque o meu Estado não tem nenhum projeto daquela natureza que eu possa ajudar a votar na Comissão. Mas, Senadora, eu estive recentemente no Pará e fiquei impressionado com a pujança e a perspectiva que tem o seu Estado. V. Ex^a está de parabéns. É preciso que nós, o poder público acima de tudo, não atrapalhem o Estado do Pará. Se não o atrapalharmos, aquele Estado tem tudo para ser um grande celeiro deste País, pelo solo que possui, pelas riquezas que tem, pelo pólo siderúrgico que se instala. Enfim, é preciso apenas um pequeno empurrão. Como vi, também, V. Ex^a lutar aqui pela eclusa de Tucuruí, eu creio que é fundamental que haja uma mobilização nacional para atender esse pleito do Pará. Por último, eu queria dizer a V. Ex^a que o nome do Ministro dos Transportes é Paulo Sérgio Passos. Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador Heráclito Fortes.

A regularização fundiária vai contribuir para resolver o problema das siderúrgicas.

Estive reunida com o Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, e com o Dr. Rolf Hackbart, Presidente Nacional do Incra. Os superintendentes da região amazônica estarão aqui, amanhã e depois, reunidos e solicitamos prioridade para a regularização da região oeste do Pará, juntamente com a regularização dos assentamentos, dos PDS e das posses até 500 hectares, para se resolverem o problema do manejo florestal sustentável e, na região de Marabá, a situação da matéria-prima para as siderúrgicas. Como é utilizado carvão vegetal, deve ser feito o reflorestamento daquela região, o que pode ocorrer em parceria com a agricultura familiar. Dessa forma, estaremos ajudando a resolver dois problemas.

Hoje é um dia de alegria para todos, porque a instrução normativa para a regularização fundiária é para o Brasil inteiro, mas para nós, especialmente, do Pará e da Amazônia, pelo lançamento do plano da BR-163 sustentável, com ações como a efetivação de reservas extrativistas, de florestas nacionais, de recursos para transformar, inicialmente, 14 pontes de madeira em pontes de concreto, e para fazer a pavimentação de dois trechos da BR-163 – Santarém-Rurópolis e Guarantã, em Mato Grosso, até a divisa com o Estado do Pará.

Essas medidas são determinantes para o desenvolvimento e principalmente, para a paz daquela região. É possível se fazer isso e, depois de tantos anos, va-

mos mostrar para o mundo todo que nós, brasileiros, sabemos cuidar da nossa Amazônia.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, representante do Estado da Bahia, por 20 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna nesta segunda-feira para registrar, em primeiro lugar, a situação em que hoje se encontra a agricultura, de forma geral, no nosso País. Eu diria que é mesmo aviltante, para não dizer vergonhosa, a forma com que o Governo Lula trata a agricultura nacional. O setor, que é a grande locomotiva da economia brasileira, vê-se relegado a um plano secundário na escala de prioridade da atual administração. Falta incentivo, crédito, estrada, falta inclusive uma política cambial realista, e não essa política cambial surreal, com a valorização indevida do real diante do dólar, como a que vemos hoje, que prejudica as exportações brasileiras.

Lamentavelmente, não adianta promover “tratoração”, não adianta bloquear rodovias, porque nada faz com que este Governo se mova. Quando digo que nada adianta, não o faço desmerecendo o movimento, o qual considero justo, mas tem de ser feito um pouco mais do que isso, porque este Governo não acorda. E, quando ele diz que vai tomar alguma medida, lamentavelmente, ela é pífia, caquética, desimportante, mais uma verdadeira enrolação com os produtores rurais do nosso País.

A insensibilidade ainda é maior em se tratando das necessidades de uma região sofrida como é o Nordeste brasileiro, da agricultura nordestina.

A despeito de o Nordeste ser a Região mais pobre deste País e, por isso, mais carente de investimentos públicos, o Governo Federal insiste em obstruir a renegociação das dívidas dos produtores rurais nordestinos. O Presidente da República – que já se esqueceu de que é nordestino e está hoje muito mais ligado às oligarquias de São Paulo, principalmente ao mercado financeiro paulista – vetou o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005, que aprovamos aqui, e agora anuncia que vai vetar o novo texto – aprovado na Câmara – da Medida Provisória nº 285, encaminhado pelo próprio Governo e modificado pelos Deputados,

o qual temos obrigação de aprovar aqui quando entrar em votação.

Estou cada vez mais convencido, Sr. Presidente, de que a única alternativa que possui este Parlamento para se afirmar, para fazer valer a sua vontade, que é a expressão legítima da vontade do povo brasileiro, é a derrubada imediata desse veto presidencial ao PLC nº 142. Já apelei, e volto a apelar, ao Presidente Renan Calheiros para que coloque o veto em discussão o mais rápido possível. Está em nossas mãos corrigir tamanha injustiça!

São enormes as dificuldades dos produtores rurais brasileiros, sejam eles pequenos, médios ou grandes. Hoje, no entanto, quero falar a respeito da situação delicada por que passa um setor da agricultura muito caro ao meu Estado, a Bahia, que é a cacauicultura. Digo, de forma honrada, que sou oriundo de uma família tradicionalmente produtora de cacau, cacauicultora, e tenho a obrigação de relatar a situação vexatória por que passa a economia do cacau, lembrando que domingo foi o Dia Internacional do Cacau, em que não houve comemoração, mas protesto.

Farei meu pronunciamento a respeito, não sem antes ouvir o nobre Senador Ramez Tebet, que muito me honra solicitando um aparte à minha fala.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Quero apenas dizer que, quando acertadamente V. Exª ocupa a tribuna para defender os agricultores do País, não posso deixar de apresentar-lhe minha solidariedade, porque venho de um Estado cuja indústria ainda é incipiente. O seu Estado, a Bahia, já se orgulha do seu processo de industrialização, mas o de Mato Grosso do Sul está ainda incipiente. A nossa economia está calcada na agricultura e na pecuária, e os nossos agricultores estão tão sofridos quanto os agricultores do Nordeste. O Brasil inteiro está sofrido. Concordo com V. Exª: não é possível essa insensibilidade do Governo diante desse quadro, quando sabemos que o agronegócio é responsável pelo superávit da balança de pagamentos do nosso País. Isso interessa à própria economia nacional. É preciso olhar um pouco para aqueles que produzem no campo, e V. Exª faz bem em estar aí nessa tribuna. Quero prestar-lhe solidariedade, fazer das suas as minhas palavras, e também dizer que V. Exª, embora rapidamente, passou por um assunto que julgo que precisamos resolver imediatamente. O Poder Executivo está com muita força e o Poder Legislativo está definhando pelo excesso de medidas provisórias. Nesse ponto, creio que a culpa é do próprio Poder Legislativo, porque não apreciamos os requisitos da urgência e da relevância, e o Governo funciona como um trator. Sabemos da dificuldade que temos para votar, porque a medida provisória entra em votação tão logo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E sobrestando a pauta.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – As medidas tornam sobrestada a pauta, entram em funcionamento, e nós, pensando nas consequências, acabamos votando essas matérias que nem seriam casos de medidas provisórias. Mas eu queria falar mesmo era do veto, se V. Exª me permite. O Senador Marco Maciel apresentou uma emenda à Constituição, da qual eu fui Relator e à qual dei parecer favorável – há um pedido de vista –, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que espero possa solucionar esse problema, porque o veto não pode ser objeto de apreciação pelas duas Casas ao mesmo tempo. É preciso que ele seja apreciado tanto na Câmara quanto aqui, porque estamos vendo que, ao longo das últimas décadas, o Congresso, para apreciar vetos, não se reuniu mais do que uma dúzia de vezes. Então, vetar um projeto de lei é praticamente enterrá-lo, e isso é um absurdo. Portanto, espero que o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que tão bem tem dirigido esta Casa e o Congresso, atenda ao nosso apelo e coloque essa medida provisória que beneficia, em parte, os agricultores imediatamente em votação para que possamos, como é o meu caso e o de V. Exª, votar contra esse veto e fazer a lei prevalecer. Agradeço a V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sou eu quem lhe agradeço, Senador Ramez Tebet. V. Exª se expressa com muita precisão, com muito cuidado. Efetivamente, o Governo não se interessa pelo agronegócio, a não ser quando o setor está muito bem. Aí, ele se jacta de ter feito algo a favor do agronegócio, da agricultura. Quando entra em crise, por conta de um câmbio artificial que prejudica a expansão do agronegócio, o Governo fica com medidas paliativas, inócuas, que não atendem às necessidades de nosso produtor, que acumulou, por conta dessa política equivocada, um passivo muito grande com as entidades de crédito.

Em segundo lugar, V. Exª fala do veto. Realmente, esta Casa, se não apreciar os vetos do Presidente – que são, antes de tudo, uma posição antagônica à do Parlamento –, para que possamos reafirmar nossa intenção, porque temos direito constitucional para isso, lamentavelmente, estará cedendo exatamente a esse desejo imperial do Executivo de fazer do Parlamento uma instituição menor, caudatária dos interesses do Executivo, os quais, também lamentavelmente, não são os do País.

Ouçõ o aparte do Senador Valdir Raupp e, depois, do Senador Jonas Pinheiro, ambos muito ligados ao agronegócio.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador César Borges, realmente a situação do campo é preocupante. V. Ex^a tem absoluta razão quando se refere a todas essas questões. O meu Estado, que é novo e tem sua economia calcada no agronegócio, na agricultura, principalmente as cidades interioranas – talvez não a capital, que tem lá os seus poderes, a economia do contracheque –, já começa a sentir os efeitos danosos dessa política agrícola brasileira. Hoje, o produtor rural está penando, está pagando; mas o comércio já começa a sentir também. A economia das principais cidades do meu Estado é baseada no agronegócio: na agricultura, na pecuária, no leite, no gado de corte.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É uma sequência de fatos; um setor prejudica o outro.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Hoje, o Governo está talvez desfrutando dessa situação nas grandes cidades, nos grandes centros. O produto sai da roça com um preço muito baixo, o arroz, o feijão, a carne, o leite. Mas, até quando isso vai? Sabemos que um grande percentual de nossas cidades é agrícola. São cidades que vivem da agricultura, que respiram a agricultura. Quando a agricultura vai bem, o comércio também vai bem. Se a agricultura vai mal, o comércio começa a sentir esses efeitos. É o que está acontecendo hoje no Mato Grosso, do nobre Senador Jonas Pinheiro; no Mato Grosso do Sul, do Senador Ramez Tebet; no meu Estado, em Rondônia; no interior do Rio Grande do Sul; no Paraná; em Santa Catarina; enfim, na grande maioria dos Estados. Também no Nordeste a agricultura passa por dificuldades. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

No Nordeste, além das dificuldades da macroeconomia brasileira em relação ao agronegócio, temos a seca, que é uma intempérie que, lamentavelmente, ocorre em nossa região.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Sr. Senador César Borges, V. Ex^a referiu-se ao prejuízo, mas não o quantificou. Foram R\$30 bilhões que o campo perdeu nesses dois anos. Portanto, não há atividade que agüente um prejuízo de R\$30 bilhões! E depois, o problema da agricultura não passa a ser um problema apenas dos agricultores, passa a ser um problema da sociedade. Como disse o Senador Valdir Raupp, as cidades já estão sentindo o profundo problema que o campo vive. Neste fim de semana, visitei as áreas produtoras, mesmo porque eu precisava conversar com os produtores para verificar em que ponto está o movimento por eles organizado, o chamado “Grito do Ipiranga”, lançado na pequena cidade de Ipiranga, no

dia 17 de abril, de cujo lançamento estive presente. Fui também agradecer a participação dos produtores, que estão reivindicando à beira das estradas e permitindo que nós, aqui no Congresso Nacional, façamos um trabalho a favor deles. É uma calamidade generalizada. Eles ainda não têm condições de voltar ao campo, porque o Governo lançou um pacote que não está entendido, não se sabe como desembulhar esse pacote. Semana passada, houve uma audiência pública na Câmara dos Deputados com a participação do Ministro da Agricultura e do Ministro da Fazenda, que permaneceram durante seis horas com os Deputados, com os produtores rurais. Eu estive presente a essa audiência pública, onde começamos a ter um entendimento. Esse entendimento, nobre Senador César Borges, tem de ser urgente para fazer com que esses produtores engraxem as máquinas e voltem para o campo. O problema do Brasil, Senador, não é agora – o problema vai acontecer no próximo ano, quando haverá uma crise de desabastecimento no Brasil. O Governo Lula, que acha que está fazendo política com preço baixo da alimentação, proveniente do meio rural, vai chorar por ver que, no próximo ano, mesmo com dinheiro na mão, vai ser difícil achar produto para comprar em função do desabastecimento, em função da dificuldade que os produtores têm, independente da sua vontade, de voltar ao campo. Obrigado, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador Jonas. Espero que no próximo ano não seja mais esse governo, ou desgoverno, porque, efetivamente, ele foi um carrasco para a agricultura brasileira.

No primeiro ano, dizia que era o responsável pelo sucesso da agricultura. Aí passou a ser o carrasco por conta de uma política de câmbio flutuante – flutuante que não é flutuante, porque os juros elevados inundam o País de dólares e faz o câmbio cair. Agora, faz uma política dizendo que está fazendo com que a cesta básica fique mais barata, e quebrando todo agricultor.

Vai acontecer o que o Senador Jonas disse: desabastecimento. E aí nós pagaremos muito mais caro, porque pagaremos pelo desabastecimento, uma inflação de demanda, porque não teremos produto a ofertar.

Mas, Sr. Presidente, eu disse que falaria aqui sobre o cacau e vou falar – não poderia deixar de dar esse aparte tão importante para minha fala. Peço um pouco de compreensão de V. Ex^a.

A Região Cacaueira, Sr. Presidente, sempre foi, ao longo da história, o principal centro econômico e social do sul da Bahia – V. Ex^a conhece bem, porque é um Senador do vizinho Estado do Espírito Santo, que tem também a lavoura cacaueira, assim como o

Senador Valdir Raupp –, região que concentra uma população de mais de três milhões de pessoas. O cacau foi o grande responsável pelo florescimento da região, trazendo emprego e prosperidade para as famílias que lá habitam. Mais do que isso, Sr. Presidente, para o Brasil. Foi o cacau que, nas décadas de cinquenta e sessenta, permitiu a industrialização com os dólares que vinham da sua exportação.

A exuberância econômica, social e cultural da região foi muito bem retratada nos romances do grande e inesquecível escritor Jorge Amado, filho de cacauicultor e nascido numa fazenda de cacau, a Fazenda Auricídia, localizada no Município de Itabuna. O eixo Ilhéus-Itabuna era o centro econômico da pulsante Região Cacaueira, até que a vassoura-de-bruxa viesse ofuscar seu brilho, tingindo de marrom os cacaueiros baianos.

A vassoura-de-bruxa chegou à Bahia no ano de 1989 e, num período de seis anos, devastou a lavoura cacaueira do meu querido Estado. Entre 1989 e 1995, a doença, associada aos baixos preços internacionais do cacau e à falta de crédito para financiar a produção, arrasou a base econômica de 92 Municípios baianos, que dependiam do cacau para sua sobrevivência.

Das 400 mil pessoas que trabalhavam na produção do cacau, cerca de 250 mil se viram obrigadas a migrar para os grandes centros urbanos, pois, simplesmente perderam os seus empregos. Além dos devastadores prejuízos econômicos e sociais, a decadência da lavoura cacaueira causou enormes prejuízos ao meio ambiente. Sem alternativa de sobrevivência, muitos produtores migraram para a criação extensiva de gado, o que ocasionou o desmatamento de grandes porções da Mata Atlântica para o plantio de pastagens. E, muitas vezes, o desmatamento se dava para que, retirando madeira de lei existente nas matas, pudesse se dar o sustento necessário a esses proprietários rurais.

Consciente da extrema gravidade da situação, o Governo da Bahia agiu, como sempre, prontamente e propôs ao Conselho Monetário Nacional o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Aprovado, esse programa assegurou o aporte de R\$340 milhões, recursos oriundos do BNDES, do Tesouro Nacional e do Banco do Nordeste.

Entre 1995 e 1997, a ênfase do Programa era o controle da vassoura-de-bruxa, por intermédio do rebaixamento das copas das árvores, dos cacaueiros, bem como do corte e queima das partes infectadas. Infelizmente, a estratégia se mostrou pouco eficaz. Em 1997, o escopo foi modificado. E isso não foi o agricultor que fez, foi indicação da Ceplac – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, que chegou à

conclusão de que a solução para a praga estava no uso de plantas clonadas, resistentes à doença, que é a atual saída técnica para a questão.

Com a utilização da clonagem, o profundo sentimento de desânimo, que tomara conta da região, foi substituído pela confiança em tempos melhores.

A utilização de plantas resistentes permitirá, como está permitindo, a efetiva recuperação da lavoura cacaueira e o retorno ao nível de produção de 380 mil toneladas, com o faturamento de 600 milhões de dólares por ano. O renascimento da região promoverá a geração de milhares de novos empregos, a preservação da Mata Atlântica e o aumento das divisas do País.

Importante destacar o papel proeminente do Governo da Bahia para a recuperação da lavoura cacaueira. Entre diversas outras medidas, o Governo do Estado assumiu a metade dos encargos financeiros dos créditos concedidos aos cacauicultores que ultrapassem a taxa de 8,75% ao ano. Criou ainda um fundo de aval para os mini e pequenos produtores, que não possuem garantias para obtenção de financiamento junto ao Banco do Nordeste.

A principal medida, entretanto, é a implantação e manutenção da Biofábrica de Cacau da Bahia, cuja tarefa é multiplicar em larga escala e distribuir mudas de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa, recomendadas para enxertia e para o adensamento das plantações. A Biofábrica produz, ainda, mudas de fruteiras e de árvores nativas da região.

Em 1999, quando era Governador da Bahia, tive a satisfação de inaugurar a primeira unidade da Biofábrica. Justiça se faça: essa luta teve início no Governo de Antonio Carlos Magalhães, passou pelo Governo de Paulo Souto, pelo meu Governo e, agora, novamente, no Governo de Paulo Souto. Desde então e até março deste ano, foram produzidas e distribuídas cerca de 14 milhões de mudas, sendo quase 9 milhões de cacaueiros, além de mais de 4 milhões de garfos para enxertia de cacaueiros decadentes. Nada menos do que 8 mil e 200 produtores já foram beneficiados.

A despeito do ressurgimento, ou melhor, da ressurreição da agricultura cacaueira, o setor continua a enfrentar sérias dificuldades. Os recursos do Programa de Recuperação se esgotaram, permitindo a recuperação de apenas 130 mil dos 300 mil hectares programados.

Os cacauicultores baianos vivem assombrados com a possibilidade de verem suas terras destinadas à reforma agrária, a despeito de ainda serem produtivas. É que a Instrução Normativa nº 11, de 2003, editada pelo Incra, fixou o Grau de Eficiência na Exploração, o GEE, para a lavoura cacaueira em 0,7 tonelada por hectare, valor muito além da atual realidade da fazen-

da de cacau da Bahia. Diga-se de passagem que a Bahia nunca atingiu essa média de produtividade que quer o Incra fixar. Então, nós vamos declarar todas as terras hoje utilizadas na produção do cacau como improdutivas.

Essa Instrução Normativa veio para regulamentar a Lei nº 8.629, de 1993, que trata da questão da reforma agrária. Acontece que o regulamento do Incra estabelece que as propriedades somente são consideradas produtivas se possuírem um grau de eficiência na exploração de no mínimo 100% do valor estabelecido para cada cultura.

O próprio Diretor da Ceplac, Gustavo Costa de Moura, expôs o problema ao Ministro da Agricultura, em correspondência enviada em maio de 2004. Segundo ele, a lavoura cacauzeira ainda está em processo de recuperação e o GEE máximo que pode ser exigido é de 0,19 toneladas por hectare.

Dois anos depois, em mais uma demonstração da inépcia e da insensibilidade do Governo que aí está, nenhuma providência foi tomada pelo Incra para modificar esse índice que tanto traz inquietação à lavoura cacauzeira.

Outro enorme problema dos cacauicultores, Sr. Presidente, é o mesmo de todos os produtores rurais deste País: as dívidas oriundas dos financiamentos. Como já disse, os recursos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira não foram suficientes para o cumprimento de todas as suas etapas.

Muitos produtores de cacau só conseguiram cumprir as duas primeiras fases, ou seja, não conseguiram atingir as fases posteriores, e mais importantes, da clonagem de plantas resistentes e da recomposição da lavoura. Isso ocorreu por causa das dívidas contraídas para financiar as fases iniciais do Programa, que, como já disse, se mostravam ineficientes.

O setor cacauzeiro ficou completamente descapitalizado, em decorrência do descompasso entre as receitas projetadas e sua efetiva consolidação no campo, bem como da inadequação dos prazos de pagamento em relação ao período de produção econômica das áreas clonadas. Ademais, os produtores enfrentam muitas dificuldades para obtenção de crédito, de forma a dar suporte à atividade até a entrada em produção dos cacauzeiros enxertados.

É preciso levar em consideração que a recuperação da lavoura cacauzeira baiana ainda está no início. Para se ter uma idéia, na safra 1986/1987 foram colhidas quase 400 mil toneladas de cacau. A produção atingiu o fundo do poço na safra 1999/20000, quando foram colhidas míseras 98 mil toneladas. Na safra 2005/2006, esse número passou para pouco mais de 142 mil to-

neladas, menos da metade da produção de vinte anos atrás, mas já mostrando uma recuperação.

Essa é a realidade do cacau na Bahia. Uma lavoura em recuperação, mas que ainda não produz o suficiente para retomar a auto-sustentabilidade. O Governo do Estado tem feito todo o possível para ajudar os cacauicultores. Entretanto, é preciso que o Governo Federal faça o mesmo. O que está em jogo não é apenas a saúde financeira dos fazendeiros, mas o emprego de milhares de pessoas e a preservação do meio ambiente. O que está em jogo é o futuro de toda uma região! E, com a transformação dos antigos débitos rurais em débitos junto ao Tesouro Nacional, que se transformaram em débitos fiscais, o que está existindo hoje é uma ameaça do Governo Federal de execução com dívida fiscal das dívidas dos produtores rurais da região cacauzeira, o que traz uma inquietação enorme em toda a população que ali vive e que tem no cacau seu grande sustentáculo.

Sendo assim, é preciso fazer um diagnóstico detalhado do endividamento do setor, levando em conta todas as dívidas vincendas e vencidas. Não é possível que haja disposição de negociar apenas as dívidas que ainda estão por vencer, exigindo que os produtores arquem com as impagáveis dívidas já vencidas, com juros exorbitantes, impagáveis, sob pena de entrarem – ou de permanecerem – no cadastro de inadimplentes dos agentes financeiros.

O setor precisa de um plano sério e eficaz, que considere as dificuldades dos produtores e as peculiaridades da lavoura cacauzeira. A verdade é que, tendo em vista a total descapitalização dos produtores, a lavoura cacauzeira não terá condições de prosseguir com sua recuperação sem renegociar as dívidas e sem ter acesso às fontes de financiamento.

Nesse sentido, gostaria de fazer um apelo veemente ao Governo Federal, se é que ainda lhe resta alguma sensibilidade com a agricultura e com a cacauicultura, para que realize um levantamento completo da situação, de forma a promover a renegociação das dívidas dos produtores de cacau do Estado da Bahia. Não estou a pedir, Sr. Presidente, o perdão das dívidas. Estou cobrando uma renegociação. Que ela seja feita em termos realistas. Se possível, em condições favoráveis aos cacauicultores, segmento importante para o Brasil, pois gera emprego e renda. É preciso fazer com que os cacauicultores possam pagar o que devem, quando os cacauzeiros voltarem a produzir em pleno vapor.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, essa é uma questão de justiça com um setor que gera tantos empregos e do qual dependem milhares de famílias. É também uma questão de justiça para com o Estado da

Bahia. A Bahia e os cacauicultores merecem respeito por tudo que já fizeram por este País.

Era isso que EU tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo-lhe a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço ao Senador César Borges o oportuno pronunciamento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de fazer um registro sobre a Feira Agropecuária de Porto Velho, Expovel, no último dia 3, sábado próximo passado. Apesar da crise que o setor agrícola e pecuário vive no País, foi uma abertura em grande estilo. Essa é uma das maiores feiras agropecuárias do Norte do Brasil, Senador Jonas Pinheiro. Agora teremos várias outras feiras, em todas as cidades de Rondônia, a exemplo de Mato Grosso e de outros Estados, nos meses de junho, julho, agosto e setembro.

Assim, Porto Velho apresentou um grande desfile, houve uma grande abertura, um grande público – mais de vinte mil pessoas –, de forma que o setor agrícola, mesmo com dificuldade, demonstra toda a sua força e toda a sua pujança. Por isso, devemos sempre brigar pelas melhorias dos nossos produtores, agricultores e pecuaristas.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo ao tema do meu pronunciamento de hoje.

A classificação de um indivíduo como idoso não se deve limitar apenas à idade cronológica, embora a mesma tenha sido adotada de forma massiva e quase exclusiva nas discussões sobre envelhecimento, diz Marina da Cruz Silva, Mestre em Psicologia, de quem utilizamos os dados deste pronunciamento. É fundamental também levar em conta as idades biológica, social e psicológica, que não coincidem necessariamente com a cronológica. Portanto, a diferença entre as mesmas é importante, a fim de que se possa compreender melhor as múltiplas dimensões da velhice.

No Brasil, para fins de levantamentos demográficos, considera-se idoso o corte definido pela OMS (Organização Mundial da Saúde), para os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, isto é, a partir de sessenta anos. Assim, quando se refere ao velho em solo brasileiro, incluem-se, na contagem, aquelas pessoas que atingiram essa idade. Porém não se pode nem se deve esquecer que a velhice possui diversas faces, sobretudo em uma sociedade como a brasileira, marcada pelas desigualdades sociais, em que há uma exorbitante concentração de renda e,

conseqüentemente, um alto índice de pobreza. Nesse caso, faz-se necessário lembrar que o jovem pobre de hoje será também o idoso pobre de amanhã.

Quanto à idade biológica, concernente aos aspectos ligados às modificações físicas e biológicas, pode ocorrer de forma diferenciada entre os indivíduos de uma mesma sociedade. Portanto, não existe momento algum em que o crescimento psicológico do indivíduo deva cessar. O desenvolvimento psicológico pode conservar uma real independência no que tange à irreversibilidade do processo biológico. Assim, o fator biológico terá maior ou menor peso, conforme seja a personalidade do indivíduo.

Por outro lado, a idade psicológica se relaciona às modificações cognitivas e afetivas transcorridas ao longo do tempo. Na velhice, esse potencial não pára, desde que a capacidade de reserva do sistema nervoso não seja comprometida devido à manifestação de uma demência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse conflito entre as idades social, psicológica e cronológica constitui uma forma de dissonância, sobretudo quando se faz referência ao item isolamento social do idoso, podendo ser ocasionado, muitas vezes, por exemplo, pela aposentadoria ou morte de parentes, antecipando, assim, a morte social frente à biológica.

A reflexão sobre as idades outrora mencionadas faz-se necessária para que o envelhecer seja percebido nos seus mais diversos aspectos, lembrando que cada uma dessas idades apresenta pontos de relevância significativa e diferenciada, e complementam uma a outra. Assim, não se pode perder de vista a importância de cada uma delas no que concerne a uma percepção mais abrangente do indivíduo idoso, haja vista que o processo de envelhecimento apresenta peculiaridades bem diversificadas.

De acordo com os dados do IBGE, havia no Brasil, em 2002, cerca de 16 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando 9,3% da população, sendo 56% desse total mulheres. Nota-se, com isso, um dos fenômenos típicos da velhice em todo o planeta, ou seja, a feminilização. Esse processo também não deixa de ocorrer no Brasil, pois as mulheres têm uma expectativa de vida bem maior do que os homens.

Estudos têm sinalizado um rápido aumento do número de idosos no Brasil. A estimativa do IBGE para o ano de 2025 equivale a 15% de idosos da população total, correspondendo aproximadamente a 30 milhões de brasileiros.

Para evidenciar melhor a dimensão do célere processo de envelhecimento no Brasil, tomamos como parâmetro a França, onde foram necessários 120 anos para que o número de idosos passasse de 7% do total

dos habitantes do país para 14%. O Brasil vai experimentar um aumento equivalente num período de 20 anos apenas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se a velhice passar a ser encarada como fase normal da vida e não como marginal, haverá uma mudança significativa em relação ao papel e à importância dos idosos na sociedade brasileira. Contudo, há muitas trilhas a serem percorridas, sobretudo porque o idoso ainda é forte alvo de preconceitos numa sociedade marcada pelo consumo.

A sociedade contemporânea oferece pouca oportunidade ao idoso para exercer e ativar a lembrança, instrumento e conteúdo fundamental de seu diálogo com as demais gerações e indispensável também à formulação de seu pensamento. O que foi produzido no passado não tem interesse hoje e possivelmente será destruído amanhã. O ciclo permanente de produção e de consumo exige incessantemente a destruição e o desaparecimento do que foi produzido no passado e a criação permanente de novas formas de produção e consumo.

Portanto, é possível afirmar que as condições socioeconômicas do idoso brasileiro refletem a desigualdade social existente no País, a qual oferece aos seus cidadãos chances marginais em garantir as seguranças mínimas para uma existência humana social e digna. A pobreza na velhice é um dentre os vários outros resultados do ciclo vicioso da desigualdade social brasileira, além da existência de sistema de proteção social precário.

A Lei nº 8.842, de 1994, criou o Conselho Nacional do Idoso, responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, inclusive por intermédio da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados a sua faixa etária. Suas diretrizes priorizam o atendimento domiciliar; o estímulo à capacitação dos médicos na área da Gerontologia; a descentralização político-administrativa e a divulgação de estudos e pesquisas sobre aspectos relacionados à terceira idade e ao envelhecimento.

Constam na lei dispositivos que regem a prioridade do atendimento ao idoso no Sistema Único de Saúde; a realização de programas de saúde e medidas profiláticas específicas; a elaboração de normas padronizadas para atendimento geriátrico e a criação de serviços alternativos de saúde para o idoso, como casas-lares e hospitais-dia.

Na área de educação, a lei apresenta medidas para adequação dos currículos e materiais didáticos para os cursos destinados aos idosos, inclusive em cursos de ensino à distância; o desenvolvimento de programas educativos, nos meios de comunicação, sobre o processo de envelhecimento. Além disso, a inserção, na educação formal, de conteúdos voltados para o idoso, com o objetivo de reduzir o preconceito e aumentar o conhecimento sobre o assunto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo estabelecidos os instrumentos legais como nas constituições, códigos e estatutos, os direitos sociais só se concretizam na prática. Em países pouco desenvolvidos como o Brasil, o aspecto legal contempla os direitos sociais, mas a realidade desmistifica a letra morta da lei. O usufruto dos direitos sociais só pode ser garantido com a efetiva participação política da população, por meio dos instrumentos de organização, de pressão e de denúncia.

Vale salientar que a velhice não torna um ser humano menos ou mais importante que os demais cidadãos, porém o caráter débil e a falta de respeito aos direitos humanos e sociais no Brasil colocam os idosos em uma posição crítica, haja vista os cuidados específicos exigidos nessa fase etária da vida. Desse modo, é comum nos países, onde os direitos sociais não são totalmente respeitados, a criação de estatutos na tentativa de assegurar e respeitar os grupos mais vulneráveis.

Apesar do envelhecimento significativo da população brasileira, é somente a partir da década de setenta que se pode notar um interesse e maior preocupação com e pela temática, havendo assim um verdadeiro *boom* de programas, eventos e projetos destinados aos idosos, com destaque para as universidades da terceira idade, grupos de convivência, programas de saúde, conselhos nacional, estadual e municipal, delegacias do idoso, associações, campanhas, entre muitos outros.

Todavia, é válido lembrar que muitos desses programas ainda não se expandiram por todo o Brasil, havendo a ausência desses em muitas regiões onde há demanda por esses serviços de importante relevo. E aqui se coloca mais um desafio, qual seja: garantir e assegurar a participação do idoso frágil, pobre e analfabeto nesse processo, pois já é consabido que, na maioria das vezes, acabam participando desses projetos apenas os idosos saudáveis, que possuem uma noção mais ampla de seus direitos, dado suas

condições físicas, econômicas e sociais, que os colocam numa posição mais favorável na influência e na tomada de decisões. O que se pretende, Sr. Presidente, é alcançar a inserção de todos os idosos, respeitando evidentemente suas capacidades e limitações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Tem a palavra o próximo orador inscrito, Senador Leonel Pavan.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeceria se V. Ex^a pudesse votar um requerimento de minha autoria. Trata-se de um voto de saudade pelo falecimento há dez anos do jornalista Júlio de Mesquita Neto, um homem de muita coragem, um bravo e grande jornalista, seguindo a tradição de sua família, que realmente honra o jornalismo brasileiro há mais de século. Conseqüentemente, ele resistiu ao regime militar, à ditadura, tendo sido expulso do País no Governo Vargas.

De modo que é justo que seja apresentado esse voto, se V. Ex^a assim julgar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– Sobre a mesa, requerimento do Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 637, DE 2006

Nos termos regimentais, requeremos seja aprovado Voto de Homenagem pela passagem de dez anos do falecimento do jornalista Júlio de Mesquita Neto.

Justificação

Há dez anos, em 5 de junho de 1996, falecia Julio de Mesquita Neto, jornalista por quarenta e oito anos e, à época, diretor do jornal **O Estado de S. Paulo** por já quase vinte anos.

Por sua pena de democrata convicto passaram, por quase cinquenta anos, os mais graves e importantes fatos da vida nacional.

Foram profissionais como Julio de Mesquita Neto que ajudaram a fojar o regime democrático no país e fincar os alicerces para a construção de uma imprensa sólida, livre, independente, que não se omite em noticiar e, opinativa, marca suas posições democraticamente.

O jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje traz uma frase de Julio de Mesquita Neto que talvez seja a síntese de sua trajetória: “o jornal é espelho das idéias e lutas que movem a sociedade”.

Pelo que representou para o Brasil, para a democracia brasileira e para uma imprensa livre e independente é que requeiro ao Senado Federal que relembre sua figura nesta data e encaminhe votos de homenagem à família e à direção do jornal **O Estado de S. Paulo**, na pessoa do jornalista Ruy Mesquita.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2006 – **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– V. Ex^a pretende encaminhar o requerimento que acaba de ser lido, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Já o encaminhei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT)

– A Mesa encaminhará o voto de homenagem solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Concedo a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente a crise da Varig está cada vez pior.

Hoje, fui ao aeroporto de Florianópolis às 9 horas e 20 minutos. O horário de saída do vôo foi alterado umas três ou quatro vezes. Só consegui chegar em Brasília há menos de meia hora. Está impossível. Há um descrédito total. Não estamos conseguindo mais confiar nas nossas empresas aéreas. Hoje se marcam os compromissos com base no horário dos bilhetes adquiridos, mas não se consegue cumprir a agenda. Está muito difícil.

A Varig realmente passa por um dos momentos mais graves. Falaram-me hoje que está faltando dinheiro até para comprar combustível. É preciso que seja tomada uma providência urgente por parte do Governo. Hoje, havia dezenas de pessoas desesperadas, pois tinham compromissos agendados em São Paulo ou no Rio de Janeiro, havia famílias que estavam indo para a Rússia e para outros países, tinham horário marcado

e não conseguiam embarcar. Foi um desespero total! É preciso que seja tomada providência.

Sr. Presidente, foi publicado no jornal **Correio Braziliense** um elogio, um destaque para um Município de Santa Catarina que vive basicamente da agricultura, Massaranduba. Lá, a agricultura predomina, e a cultura do arroz é a mais forte. Destaca a matéria que mais de 60% dos habitantes do Município vivem no campo, muito mais pela política agrícola municipal, muito mais pelo desejo e pelo trabalho dos agricultores.

É o inverso do que acontece hoje no País, onde os agricultores estão fugindo do campo, abandonando suas terras. Hoje o êxodo rural é muito grande. Os filhos dos agricultores, sem opção, sem nenhuma perspectiva de um futuro promissor, sem uma esperança concreta que possa garantir um futuro aos filhos dos agricultores, estão abandonando o campo, indo ao encontro de oportunidades em grandes cidades e, com isso, criando um cinturão de pobreza.

Em Massaranduba, felizmente as coisas continuam normais, em função muito mais, repito, em função de uma política municipal, em função da parceria, do perfeito relacionamento do Governo Municipal com os agricultores. Se fossemos analisar a política agrícola do nosso País, nós não poderíamos comemorar coisas como essas, que é exceção, ocorridas em nossa querida Massaranduba.

Pois vejam, recentemente, há dois ou três anos, falávamos, com muito orgulho, do crescimento da agricultura em nosso País, da colheita, do trabalho e dos investimentos realizados no campo, uma conquista de cinco, seis, sete anos, que veio sendo preparada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E o Governo Federal passou a colher frutos, como o aumento da exportação e o aumento do PIB, mas tudo devido ao trabalho dos nossos agricultores, que, há dois ou três anos, já vinham colhendo esses frutos em função do que foi preparado no passado.

Já este ano, após três anos do Governo Lula, nós já não podemos comemorar mais. O nosso PIB, hoje, está baixo, muito aquém do PIB chileno, pelo fato de a agricultura não ter recebido o devido apoio, como acontecia no passado. Hoje, o PIB do Chile é bem superior ao do Brasil. E se houvesse um investimento maior na agricultura, nós teríamos uma exportação mais segura, estaríamos aumentando a nossa produção e as vendas no exterior, exportando muito mais, e o PIB, com certeza, seria melhor.

O Governo Federal, o do Presidente Lula, está terminando, levando a nossa agricultura ao caos, à falência. Essa situação faz com que o pequeno, o médio agricultor, o agricultor familiar fiquem totalmente abandonados, sem nenhuma chance ou esperança de melhora. Há apenas falácias, a mídia. O Governo diz que libera os recursos, mas estes não chegam, a não ser que estejam sendo direcionados a apadrinhados.

É preciso que o Governo atual tome uma providência, no seu último ano de seu mandato, para que não tenhamos problemas maiores no ano que vem, quando o novo Presidente – que não será mais o Lula – terá de correr atrás dos prejuízos criados pelo atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Nobre Senador Leonel Pavan, peço sua permissão para interrompê-lo apenas um segundo a fim de prorrogar a sessão por cinco minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente. V. Ex^a é catarinense, foi um grande Governador, é um grande Senador e orgulha o nosso Estado.

Para finalizar, quero dizer que, nesse último fim de semana, percorri uma região agrícola de Santa Catarina e vi o enorme desespero dos agricultores, com mãos calejadas, marcadas pelo trabalho de anos e anos de lida no campo, que diziam: “Senador, será que não há oportunidade de eu trabalhar em Florianópolis, em Joinville, em Blumenau, em Balneário Camboriú?” E eu perguntei por que eles queriam ir embora do campo, de suas terras, de suas cidades. E a resposta: “Aqui não há mais como viver; não há mais condições de sobreviver. Há muitas coisas que a gente ouve pela imprensa, na *Voz do Brasil*, no *Café com o Presidente*, são muitas promessas, muitas histórias, e a verdade é que estamos sofrendo, sendo apenas e vamos morrer de fome tendo terra para plantar”.

Os agricultores estão passando por um dos momentos mais difíceis da história do nosso País. Fala-se tanto no crescimento do Brasil; Lula chega a desafiar a Oposição a mostrar a corrupção ocorrida no seu Governo. Eu nunca vi isto: um Presidente da República dizer que podem trazer as imagens daquele problema do dinheiro, podem falar em mensalão, podem falar em desvio de recursos, que ele vai ganhar do mesmo jeito. Isso é um absurdo! O agricultor está passando dificuldades, os Municípios estão passando dificuldades, os Estados não conseguem bancar suas folhas

de pagamento, e o Presidente parece que abusa das coisas.

Vou contar mais uma história. Estão dizendo nas cidades do interior, nos Municípios menores, que a Oposição quer privatizar a Caixa Econômica. Vejam que absurdo o desespero desse Governo! Tem a mídia em suas mãos, gasta uma fortuna para divulgar o que não estão fazendo, vendendo aquilo que não existe e ainda criam boatos como esse que fala em privatizar a Caixa Econômica. É um absurdo essa leviandade de dizer que a Oposição pensa assim. A Oposição, ao contrário, quer fortalecer a instituição, que serviu para muitos meterem a mão, em casos de corrupção no atual Governo. Nós queremos é fortalecer a Caixa Econômica, que é um banco do nosso País.

E ainda estão dizendo que a história do mensalão é porque querem acabar com o Bolsa-Família. Aí, o menos informado pensa que essa esmolinha que o governo está dando é o mensalão. Não! Mensalão é o dinheiro, que é do cidadão, e que meteram a mão. Se não tivesse havido o mensalão...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se não tivessem metido a mão com essa história do mensalão, o Bolsa-Família poderia ser de 100, 110, 120, 130 reais ou muito mais. Poderia ser mais de um milhão, dois milhões de bolsas.

O mensalão é o dinheiro retirado do bolso do cidadão. A pessoa menos informada está achando que o mensalão é aquele valor que estão dando às famílias. É o contrário. Nós poderíamos investir muito mais na área social; poderíamos investir muito mais no nosso pequeno agricultor, nos nossos trabalhadores, no homem do campo, no homem do sertão, do Norte, do Nordeste, pessoas que não têm condições de se manter. Se não tivesse sido criado esse tal de mensalão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – (...) retirando recursos públicos, poderia haver mais investimentos contra a pobreza.

Eu queria apenas deixar registrado esse assunto, Sr. Presidente, porque as informações estão chegando distorcidas nas cidades do interior. Estão levando outra mensagem, mais uma mentira, tudo em busca do voto para manter o atual Presidente no poder.

É lamentável que quem se diz tão competente, tão preparado, de repente use artifícios como esse para tentar vencer as eleições do próximo pleito.

Deixo aqui registrado o nosso repúdio à forma nojenta como estão fazendo política hoje, e os meus cumprimentos à nossa querida Massaranduba...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – (...) que foi destaque no jornal **Correio Braziliense**. Massaranduba, terra de agricultores, que tem como sua fonte maior a cultura do arroz. Deixo, pois, essa mensagem para comemorar esse fato tão importante para a nossa Massaranduba.

Outro fato que abordei aqui foi a utilização pelo Governo de mecanismos, artifícios ilegais e mentirosos para tentar convencer o eleitor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Luiz Pontes, João Batista Motta, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Papaléo Paes e João Tenório enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Uma janela única para o Brasil”, publicada pela revista **Veja** de 17 de maio do corrente.

A matéria traz uma entrevista com o britânico Ian Davis, diretor mundial da McKinsey, uma das mais conceituadas empresas de consultoria do mundo, que comenta as possibilidades do Brasil voltar a crescer rapidamente e as barreiras que impedem o seu desenvolvimento, como o baixo investimento em infraestrutura e a grande contingente da informalidade na economia.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista acima citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

UMA JANELA ÚNICA

Gluliano Guandalini

O Brasil está diante de uma janela de oportunidade única para voltar a crescer rapidamente e aumentar sua renda per capita. Quem faz a análise é o britânico Ian Davis, diretor mundial da McKinsey, uma das mais respeitadas consultorias internacionais. Entre as especialidades de Davis e sua equipe está identificar entraves ao crescimento e ao avanço da produtividade. "Não há por que o Brasil não crescer 5% ou 6% ao ano", diz ele. Para Davis, as barreiras que impedem o

desenvolvimento do país, como o baixo investimento em infraestrutura e a informalidade pandêmica, já foram identificadas. Falta agora agir e removê-las. Em conversa com VEJA, o economista comentou os motivos do sucesso da China e da Índia e ofereceu saídas para o Brasil deixar a lanterna.

"Os chineses estão fazendo todo o possível para crescer. A Índia

POR QUE O BRASIL FICOU PARA TRÁS DA CHINA E DA ÍNDIA EM TERMOS DE CRESCIMENTO?

Houve um tremendo progresso no Brasil nos últimos anos, sobretudo no setor privado. Mas o país não conseguiu aumentar a produtividade. Isso se deveu, principalmente, à informalidade. Existem também outras barreiras, como a má qualidade das legislações e dos serviços públicos e a falta de investimentos em infraestrutura. Cinco anos atrás, todos estavam falando sobre os países do Bric, Brasil, Rússia, Índia e China. Agora todo mundo só quer saber da China e da Índia. A comparação com o Brasil não é particularmente favorável. Por que isso aconteceu? Na China havia enorme necessidade política de acelerar o crescimento econômico, por causa da pobreza, sobretudo no campo. No Brasil parece não haver essa compulsão. Os chineses estão fazendo todo o possível para ampliar a produtividade industrial. A Índia foi mordida pelo sucesso chinês e se-

guiu na mesma direção. Os níveis de investimento na China e na Índia, tanto públicos como privados, são superiores aos do Brasil, especialmente em infraestrutura.

COMO O BRASIL PODE RECUPERAR O TERRENO PERDIDO?

Em primeiro lugar, o governo tem de poupar mais. O segundo ponto é melhorar as legislações. Os investimentos estrangeiros são altamente dependentes da confiabilidade nas regulamentações. É preciso haver a segurança de que o dinheiro investido será recuperado, caso algo dê errado. Outro ponto é tornar os investimentos mais produtivos. Ao voltarmos às velhas questões da necessidade de investir em educação e infraestrutura. Também é importante a atitude do país em relação aos negócios, ao ambiente empresarial, o que é um motor de estímulo à produtividade. Na China e na Índia, os empresários têm status elevado. Os chineses se orgulham de suas empresas de nível internacional, de ver

suas escolas de administração de empresas entre as melhores do mundo. Eles sabem que competirão internacionalmente. No Brasil, o papel das empresas no desenvolvimento não parece ser valorizado da mesma maneira.

NA ÍNDIA, ATÉ POUCO TEMPO ATRÁS, O SUCESSO FINANCEIRO NÃO ERA BEM-VISTO. O QUE MUDOU?

Os indianos querem competir. Não sei se o Brasil deseja competir. Outro ponto é a pobreza, que não pode ser subestimada. Um terceiro aspecto é o grande número de estudantes talentosos que foram para os Estados Unidos e se deram bem nos negócios. Muitos voltaram para a Índia e são respeitados como celebridades. Os indianos invejam o sucesso deles, algo que não ocorria havia vinte anos. E, finalmente, a Índia está se transformando em uma sociedade de consumo. Mas penso que, curiosamente, o impulso para essa transformação foi a China.

PARA O BRASIL

seguir na mesma direção. Falta agora o Brasil fazer o mesmo."

A CHINA E A ÍNDIA CONSEGUIRÃO MANTER O ATUAL RITMO?

Para os próximos vinte anos, as perspectivas são de um crescimento em torno de 7% a 8% ao ano. Mas isso dependerá de questões ambientais e do acesso desses países a insumos e matérias-primas. Se voltarmos na história, há sessenta anos a Europa crescia 12%, 15% ao ano, no auge da industrialização. Isso é comum quando um país deixa de ser rural e se industrializa. O Brasil parou de crescer por causa de uma crise no setor externo, atingido pela crise do petróleo. É um problema que não ameaça a China, que dispõe de uma grande poupança interna.

O GOVERNO BRASILEIRO GASTA MUITO E MAL. COMO MUDAR ESSE QUADRO?

Seria melhor se mais recursos fossem para a educação e a infraestrutura e menos para a Previdência Social. Na última década, várias organizações públicas ao redor do mundo, como escolas e serviços de

saúde, conseguiram obter expressivos ganhos em eficiência. O estado de Illinois, nos Estados Unidos, unificou seis departamentos em um único, poupando recursos para investir em outras áreas. Fazendo licitações estratégicas, escolas americanas conseguiram economizar entre 10% e 35% em despesas como alimentação, serviço de limpeza, livros didáticos e transportes.

QUAIS OS RISCOS DA ONDA POPULISTA NA AMÉRICA LATINA?

Essa é uma questão que ainda busco compreender melhor. Na maioria das vezes, esses presidentes populistas acabam sendo pragmáticos na condução econômica. O populismo se restringe mais ao campo político. As pessoas estarão de olho no que acontecerá na Venezuela, na Bolívia e no Peru. Mas hoje os mercados estão mais sofisticados, sabem diferenciar os países. Os investidores europeus e americanos vêem hoje um risco político baixo para o Brasil.

EXISTE NO HORIZONTE ALGUMA AMEAÇA PARA A ECONOMIA MUNDIAL?

Não vejo nenhuma crise à vista. O que surpreende é o baixo impacto; até o momento, da alta nos preços do petróleo. Cedo ou tarde haverá algum impacto. Isso pode afetar o nível de consumo dos Estados Unidos, o que seria má notícia para a economia global. Mas não prevejo nenhum desastre. E aqui reside a janela de oportunidade para o Brasil. O país tem talentos, recursos e estabilidade política. Não há por que o país não crescer 5% ou 6% ao ano. Uma característica que me deixa otimista é o perfil demográfico brasileiro, que será bastante favorável nos próximos vinte anos. Isso permitirá a elevação da renda per capita. Haverá uma grande quantidade de pessoas em idade produtiva. Além disso, o cenário internacional deverá permanecer favorável. Os problemas já foram identificados. Falta agora transformar todo esse potencial em desenvolvimento. Esse é o desafio. ■

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Nos protestos, ‘velório’ de Lula”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 11 de maio do corrente.

Na matéria, os repórteres José Maria Tomazela, José Antonio Pedriali e Sandra Hahn relatam manifestações contra a política econômica do governo ocorridas neste último dia 10, quando cerca de 300 produtores rurais do oeste de São Paulo fizeram o enterro simbólico do Presidente Lula.

Havia adesivos com a frase “Se Lula é inocente, Beira-mar para Presidente.” Vejam só, o que os pro-

dutores querem não é nada mais do que o presidente já havia prometido para se eleger: renegociação da dívida, garantia de preços mínimos e criação de um seguro para a produção.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Nos protestos, ‘velório’ de Lula

Agricultores paulistas aderem às manifestações

SCROCABA

O chamado “grito do Ipiranga” – protesto dos agricultores contra a política econômica e agrícola do governo – chegou a São Paulo. Ontem, cerca de 300 produtores rurais do oeste do Estado fizeram o enterro simbólico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no município de Taçi-

ba, região de Presidente Prudente. Durante o ato, realizado no km 545 da Rodovia Raposo Tavares, eles interromperam o trânsito na rodovia, principal ligação da região com Mato Grosso do Sul. Os motoristas usaram um desvio, no trevo, para evitar o congestionamento.

Um trator arrastou pelo asfalto o caixão com um boneco representando Lula. Os manifestantes cremaram o “corpo” depois de encenar o velório – todos usavam roupas pretas e traziam uma corda atada ao pescoço. Adesivos com a frase “Se Lula é inocente, Beira-Mar para presidente” foram colados no caixão e nos veículos. “Já que o Lula matou o produtor rural, ele está dando o troço”, disse o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia.

Os produtores querem a renegociação da dívida, garantia de preços mínimos e criação de um seguro para a produção. Segundo Nabhan Garcia, o governo Lula levou a agricultura à “pior crise da história” e pode faltar alimento em 2007, pois o agricultor está sem condições de plantar a safra. “Simplesmente o governo ignora esta crise que, ao que tudo indica, contribui para sua campanha eleitoral de comida barata para o pobre”, disse. Nabhan, também

agricultor, diz que colheu soja a um custo de R\$ 25 a saca de 60 quilos, mas vendeu a R\$ 14. O arroz custou R\$ 17 e foi vendido a R\$ 9, e o milho custou R\$ 15 e foi comercializado por R\$ 6,50 a saca.

No Sul do País, a América Latina Logística (ALL) está deixando de transportar, desde segunda-feira, cerca de 25 mil toneladas de grãos diariamente para os portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC), por causa do bloqueio ferroviário iniciado segunda-feira por agricultores do norte e noroeste do Paraná. A empresa estima prejuízo diário de R\$ 1 milhão. O bloqueio causou a paralisação do pool de combustíveis de Londrina e, com isso, mais de 400 vagões estão parados em Apucarana. Uma composição carregada de grãos parou no centro de Maringá.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fe-tag) do Rio Grande do Sul prepara atos por todo o Estado entre 16 e 18 de maio, junto com o Grito da Terra, em Brasília. A entidade diz ter apoio de pelo menos 8 municípios gaúchos e 5 catarinenses.

● JOSÉ MARIA TOMAZELA, DE SCROCABA; JOSÉ ANTONIO PEDRIALI, DE LONDRINA; SANDRA HAHN, DE PORTO ALEGRE

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O retrocesso latino?”, publicado na revista *Época* em sua edição de 8 de maio do corrente.

O texto do economista Paulo Guedes destaca que a atual ordem internacional condena ao atraso os países que, como a Bolívia, adotam políticas públicas obsoletas.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o artigo de autoria do economista Paulo Guedes seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O retrocesso latino

NO ÚLTIMO DIA DO TRABALHO, 1º DE MAIO, O MUNDO ASSISTIU a um espetáculo protagonizado pelo presidente da Bolívia, Evo Morales. Usando o capacete branco dos trabalhadores da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, Morales anunciou a nacionalização de todas as operações de gás e petróleo no país, até então controladas por empresas estrangeiras. “Nacionalizado. Propriedade dos bolivianos”, dizia uma faixa colocada numa refinaria da multinacional brasileira Petrobras, ocupada naquele dia por soldados das Forças Armadas, liderados por Morales.

Naturalmente, depois de alcançar nossa auto-suficiência do petróleo e a propriedade das jazidas petrolíferas, nós, brasileiros, compreendemos bem o entusiasmo do presidente do país vizinho com a nacionalização

de seus recursos naturais. Afinal, Morales gostaria de, no futuro, poder sugar as mãos de óleo como fez Getúlio Vargas há 50 anos e, agora, o presidente Lula.

Pena que, na atual ordem globalizada, a divisão internacional do trabalho condene ao atraso países que adotem políticas públicas obsoletas. Em vez de levar o povo boliviano a um futuro melhor, o nacionalismo e o populismo de Morales podem levá-lo a um mergulho no passado. Na semana passada, fui um dos palestrantes num encontro de investidores internacionais, para analisar o cenário latino-americano. De Nova York a Boston, voei num avião da Embraer brasileira. Ainda bem que os Estados Unidos não decidiram ser auto-suficientes em aeronaves, apesar de dominar tecnologia e possuir capital para tanto.

É extremamente importante que nossos políticos, cientistas sociais, particularmente os economistas, e a mídia brasileira examinem criticamente o que está acontecendo no teatro latino-americano. O reforço da repressão ideológica na ilha cubana de Fidel Castro, as dificuldades financeiras e a moratória da dívida externa da Argentina de Néstor Kirchner, a política externa intervencionista da Venezuela de Hugo Chávez e o isolamento nacionalista da Bolívia de Evo Morales revelam as dificuldades desses atores para compreender as exigências da nova ordem mundial.

Reafirmo minha simpatia pessoal pela latinidade e pelo cultivo dos laços culturais comuns com a Península Ibé-

rica. Mas registro meu desconforto ao reconhecer que está difícil enfrentar a questão da globalização na América Latina, devido às crenças e aos valores locais. Lamentavelmente, por conta das distorções na cultura predominante em cada país, a resistência inadequada à inserção na economia mundial compromete o futuro de seus povos. Somente a desonestidade intelectual, a ignorância econômica ou a cegueira ideológica levam membros das elites a não compreender que o nacionalismo, o populismo, o corporativismo e o estatismo atrasaram a América Latina em mais de 50 anos. Esses são os totens fundamentalistas que se chocaram na Segunda Guerra Mundial e ameaçaram a sobrevivência da grande sociedade aberta.

Uma exposição irrefutável do atraso mental é o fato de, em pleno século XXI, o presidente da Argentina ter orgulho de ser peronista e todos os partidos argentinos politicamente relevantes comungarem a mesma crença. O argentino Juan Domingo Perón pertence à mesma safra do português Antônio Salazar e do espanhol Francisco Franco. Os peronistas, como os getulistas e os chavistas, são ecos latino-americanos de uma luta do início do século passado, nascida por contradição ao socialismo marxista. Para cada Stálin, houve um Hitler. Para cada Enver Hoxha, um Sa-

lazar. Para cada Fidel, um Pinochet.

Nesse teatro de operações, onde Fidel, Kirchner, Morales e Chávez promovem um mergulho no passado, o Brasil de Lula tem sido uma formidável exceção. Decerto continuamos presos à armadilha circular de baixo crescimento produzida pelo roteiro socialdemocrata em vigor desde a redemocratização do país, duas décadas atrás. Mas é evidente haver, no mapa socialdemocrata, um avanço quando comparado aos protótipos populistas dos anos 50. Acumulamos um capital institucional que configura a construção de uma sociedade aberta. A imprensa funciona sem restrições, os partidos políticos são formados livremente e, na economia, registramos conquistas como o câmbio flutuante, o regime de metas de inflação e o Banco Central com autonomia funcional.

É meu desejo, como liberaldemocrata, que o lamentável ato de Evo Morales seja apenas o cumprimento ritual de uma promessa de campanha e que o presidente boliviano possa corrigir o rumo conforme a sucessão de eventos econômicos e políticos denuncie o passo errado. Assim como sucedeu com o presidente Lula, que, ao editar a Carta ao Povo Brasileiro, em 2002, desviou seu governo da escalada populista que

assola a América Latina. Ele evitou o mergulho do Brasil no passado, do qual Argentina, Venezuela e Bolívia não escaparam, embora seja incapaz de promover, por suas crenças socialdemocratas, um salto para o futuro, como o dado por Chile, Rússia, Índia e China. Se serve de consolo, Lula mantém o país parado no presente, completando um mandato absolutamente comparável ao anterior em termos econômicos.

A atual ordem internacional condena ao atraso os países que — como a Bolívia — adotam políticas públicas obsoletas

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Uma leitura otimista da Operação Sanguessuga”, publicado no jornal **Valor Econômico** de 10 de maio do corrente.

No referido editorial, o jornal avalia a Operação Sanguessuga:

“Há duas maneiras de interpretar a ação da PF. A primeira delas, pessimista, é a de que nunca houve um esquema tão amplo de corrupção, envolvendo tantos agentes públicos. A leitura otimista da Operação Sanguessuga reconhece que houve, nos últimos anos, inegável profissionalização da Polícia Federal, da Re-

ceita Federal e do Ministério Público, e que a criação da Controladoria Geral da União, em 1991, compôs com as outras instituições uma estrutura mais sólida de controle de crimes contra o erário – que incluem tanto a corrupção quanto a sonegação.”

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Uma leitura otimista da Operação Sanguessuga

O saldo da Operação Sanguessuga, levada a termo pela Polícia Federal na semana passada, é assustador. Na primeira limpeza de área, 46 pessoas foram presas e mais oito ordens de prisão emitidas. Eram ex-deputados, assessores parlamentares, funcionários de ministérios, empresários e comerciantes que montaram uma linha de produção destinada a tirar dinheiro do orçamento federal para os municípios comprarem ambulâncias superfaturadas. O lucro da operação era distribuído ao longo da “cadeia produtiva” da fraude.

Estão também sob investigação 62 deputados citados nas conversas telefônicas grampeadas durante a operação, e contra pelo menos metade deles existem indícios de envolvimento direto com o esquema. Também está sob suspeita o senador Ney Suassuna (PMDB-RN). As operações chegaram a cem municípios e envolveram mais de uma centena de emendas de parlamentares ao Orçamento e 243 convênios do Ministério da Saúde.

Há duas maneiras de interpretar a ação da PF. A primeira delas, pessimista, é a de que nunca houve um esquema tão amplo de corrupção, envolvendo tantos agentes públicos — e, nesses tempos, o “nunca houve” virou termo da moda, tanto para o bem como para o mal. Como a afirmação embute uma boa dose de ingenuidade — a excessiva e suspeita atração dos parlamentares por emendas destinando verbas para ambulâncias é antiga —, seria mais aproximado da realidade adotar uma interpretação otimista: presumindo que esse tipo de crime é disseminado nas instituições, o fato novo é eles serem desvendados e desarticulados.

A leitura otimista da Operação Sanguessuga reconhece que houve, nos últimos anos, inegável profissionalização da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público, e que a criação da Controladoria Geral da União (CGU), em 1991, compôs com as outras instituições uma estrutura mais sólida de controle de crimes contra o erário — que incluem tanto a corrupção como a sonegação. É inegável hoje que existe muito menos espaço para manter na penumbra esses ilícitos. E uma atuação efetiva e profissional contra a

corrupção não produz apenas um efeito imediato — a de desvendar crimes — mas tem um salutar efeito sobre uma cultura arraigada no país, segundo a qual existem crimes toleráveis, desde que tenham sido cometidos na política ou por pessoas e empresas de maior poder financeiro. A melhor arma para coibir um crime é a certeza de sua punição.

Todo o desmonte da máfia das ambulâncias foi feito a partir da detecção, pela CGU, de indícios de fraudes na liberação de verbas para ambulâncias. A Polícia Federal entrou no circuito a pedido da Controladoria e fechou a ampla rede de corruptores e corruptos ao longo de quase dois anos de investigação.

Isso já difere o episódio, por exemplo, do último grande escândalo envolvendo emendas parlamentares ao Orçamento, em 1993. Os “anões do Orçamento” foram denunciados por um funcionário da Comissão Mista, preso por acusação de assassinato. Nenhum órgão externo ao Legislativo constatou a fraude antes da denúncia.

A profissionalização desses mecanismos institucionais — e também sua despolitização — dão a eles muito mais efetividade na luta contra a corrupção do que os instrumentos de controle interno do Legislativo. Ao longo de dois anos de investigação, a PF certamente produziu muito mais provas contra os acusados de envolvimento com a máfia das ambulâncias do que a CPI dos Correios, em pouco mais de um ano, contra os parlamentares denunciados por uso de dinheiro ilegal para campanha. O trabalho da PF desagua no Judiciário, que deve julgar os denunciados. O produto das investigações do Congresso foi um “julgamento político” que cassou três denunciados e absolveu dez.

O Legislativo, que reagiu ao bombardeio de denúncias contra seus pares protegendo-os, dessa vez foi alvejado por investigações externas à corporação. É inegável que a ação da CGU e da PF terá um efeito moralizador maior do que o discurso político contra a corrupção que, via de regra, é acompanhado pela convivência com os corruptos. Mais eficiente do que qualquer nova lei — e sempre se prega uma nova para acabar com um velho vício — é a certeza de que os infratores da lei em vigor serão punidos pelos seus crimes.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PT sob suspeita: Silvinho diz que apetite de Dirceu irritou base”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 13 de maio do corrente.

A matéria destaca: “no terceiro depoimento em menos de 48 horas, o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o Silvinho, atribuiu ao apetite do ex-ministro José Dirceu por cargos a desagregação da base par-

lamentar do governo Lula”. Essa tensão teria levado o governo a cooptar apoio por meio do esquema conhecido como mensalão.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Silvinho diz que apetite de Dirceu irritou base

Para MP, tensão entre os aliados
teria levado à criação do mensalão.

Vannildo Mendes
BRASÍLIA

No terceiro depoimento em menos de 48 horas, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira, o Silvinho, atribuiu ao apetite do ex-ministro José Dirceu por cargos a desagregação da base parlamentar do governo Lula. Em interrogatório que durou mais de nove horas e entrou pela madrugada de ontem, ele disse ao Ministério Público Federal que a gula de Dirceu provocou insatisfações nos aliados.

Com isso, eles passaram a votar no Congresso contra matérias de interesse do governo, estabelecendo-se, na visão do Ministério Público, uma relação de chantagem entre o Planalto e a base. Essa tensão teria levado o governo a cooptar apoio por meio do esquema conhecido como mensalão.

Antes de ir ao Ministério Público, Silvinho já apresentara explicações à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos e à Polícia Federal. Tudo por causa da entrevista publicada pelo jornal *O Globo* na qual o ex-secretário-geral disse que o empresário Marcos Valério

pretendia arrecadar de forma ilegal R\$ 1 bilhão em favor do PT.

Aos procuradores, Silvinho afirmou que gerenciava o Sistema Geral de Indicações (SGI), com a missão de fazer triagem das indicações políticas para os cargos de confiança no governo. As nomeações, segundo ele, cabiam a instâncias superiores e, nessa partilha, prevaleceram a hegemonia do PT e a força de Dirceu.

O sistema coordenado por Silvinho, conforme nota divulgada pelo Ministério Público, produziu uma espécie de banco de dados com a relação dos indicados para cargos no governo por sete partidos: PL, PSB, PP, PPS, PTB, PC do B e PMDB.

As indicações, de acordo com Silvinho, eram encaminhadas à Casa Civil e, em alguns casos, a outros ministros com autonomia para influenciar nas nomeações. O ex-petista rebateu a acusação de que tenha favorecido empresas investigadas por suspeitas de negócios irregulares com os Correios. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Lula para presidente da Bolívia”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 11 de maio do corrente.

O artigo destaca a medida do governo boliviano de nacionalizar as refinarias da Petrobras naquele país e o comportamento do governo brasileiro nessa disputa. Para o economista, “o que está claro nessa questão do gás boliviano é que o interesse nacional é

mal defendido”. O economista destaca, também, que as afirmações do presidente Lula são “muito adequadas ao discurso de um candidato a presidente... da Bolívia!”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula para presidente... da Bolívia!

Roberto Macedo

Nessa disputa Brasil x (Bolívia + Venezuela), é chocante a atitude do presidente Lula, sempre a argumentar pró nossos adversários, mais fazendo o papel de primeiro mandatário boliviano.

Logo de início aceitou pacificamente a nacionalização parcial das refinarias da Petrobras na Bolívia, justificando a medida como ato de soberania daquele país. Ora, a nacionalização foi um atentado à nossa soberania, pois no contexto internacional a harmonia entre nações igualmente soberanas se faz com cada uma respeitando os direitos das demais, em particular quando sustentados por tratados e contratos assinados. Recorde-se que no ano eleitoral de 2002 os mercados financeiros brasileiros passaram por fase de grande turbulência, assustados com promessas anteriores do candidato Lula, em particular a de “ruptura” da política econômica do governo de então, com destaque para a delicadíssima questão da dívida pública. O ambiente só sossegou com Lula abando-

soduto e à venda de gás. Nesse quadro, surpreende que no Brasil haja mais gente também a defender o lado boliviano, argumentando que o preço internacional do produto é bem maior que o pago pelo Brasil. Ignora-se que o negócio também deve deixar margem para remunerar o investimento no gasoduto. E, em retrospecto, deveria ter incluído outra margem, relativamente ao risco boliviano que agora se materializa.

E mais: o interesse brasileiro era trazer o gás de forma competitiva com o principal produto que aqui substituiria na esfera industrial, o óleo combustível, que não deve ser confundido com o diesel. Nessa linha, o custo do produto boliviano para o Brasil se assenta contratualmente numa complicada fórmula, baseada nos preços internacionais de três tipos desse óleo que substitui. Qualquer parte do contrato pode pedir um reajuste extraordinário do preço, mediante notificação à outra informando sobre seu interesse numa renegociação, e se esta não chegar a bom termo, cabe o recurso à arbitragem. Mas, em lugar desse caminho, termos do contrato e de regras internacionais de soberania foram atropelados com a nacionalização parcial e a ocupação militar das instalações da Petrobras.

Quem opta pela força e pelo desrespeito a regras desse tipo demonstra ter perdido a razão. Com isso a arma do desabastecimento está apontada para nossos motores, indústrias e cozinhas, tencionando nossas cabeças. Como poderemos “negociar” se isso aconteceu e o Brasil foi posto sob pressão? Dada a agressiva atitude boliviana, é um processo em que já entramos perdendo, e de forma inaceitável. E como acreditar que um novo acordo não será, mais à frente, novamente desrespeitado?

Pelo noticiário se depreende também que nosso presidente vê um eventual aumento do preço do gás boliviano como um mal menor. De olho na eleição, assegura que, se isso ocorrer, não haverá repasse aos consumidores no Brasil. Ora, com isso Lula estaria causando prejuízos à Petrobras, ignorando que se trata de uma companhia que tem outros acionistas e ações negociadas em bolsa, até no exterior. Ignoro se isso tipificaria crime de responsabilidade presidencial, de que fala a Constituição, mas é possível que surjam contestações judiciais dessa decisão, se de fato ocorrer.

De qualquer forma, em face do que já houve, espera-se que o governo federal ao menos tenha um resquício de bom senso e abandone a idéia desse outro gasoduto, bem mais caro, que tornaria o Brasil dependen-

um país hoje sob comando nada confiável, a Venezuela e seu presidente Hugo Chávez. Até agora o projeto não foi defendido na sua viabilidade econômico-financeira e ambiental, nem no que diz respeito ao risco político como o que sobreveio no caso da Bolívia. Tudo se assenta apenas na vontade política de uma trilha de mandatários, que inclui o argentino, num mau arranjo em que o nosso país arcará com os maiores riscos e provavelmente, também, com os maiores custos.

O que está claro nessa questão do gás boliviano é que o interesse nacional é mal defendido, a ponto de Lula afirmar: “Estamos nos colocando à disposição para saber de que forma poderemos trabalhar juntos para elaborar projetos que possam contribuir para o desenvolvimento da Bolívia e melhorar a qualidade de vida de sua gente.”

É uma frase muito adequada ao discurso de um candidato a presidente... da Bolívia!

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipec-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

O que está claro na questão do gás é que o interesse nacional é mal defendido

nando sua postura de palanque, após o que prometeu e cumpriu sua determinação de honrar contratos, inclusive os ligados à dívida. Será que, agora, nosso presidente sofre de uma recaída nessa questão de respeito a contratos? Ou isso só vale para o país pelo qual demonstra, nas suas próprias palavras, tanto carinho?

Nos últimos dias, em conversas com o embaixador Rubens Ricupero, aprendi muito sobre o assunto, beneficiando-me das décadas de experiência que ele adquiriu no trato de questões bolivianas, inclusive como responsável pelos assuntos daquele país no âmbito do Itamaraty. Em particular, soube que o contrato com a Petrobras para construção do gasoduto e fornecimento de gás integrou o contexto mais amplo de um acordo de parceria com aquele país. Em matéria de gasodutos internacionais, a Bolívia começou com um para a Argentina, mas esta, depois de encontrar seu próprio gás, diminuiu a demanda, além de criar dificuldades, até mesmo atrasos de pagamento.

Outra possibilidade era via Chile, com outro gasoduto e instalações para exportar o produto por via marítima, na forma de gás natural liquefeito (GNL). Mas esse projeto não foi adiante. Já para atender ao mercado brasileiro se firmaram acordos que levaram ao

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Reunião de Dantas e Bastos foi institucional, diz Tarso”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 23 de maio deste ano.

Segundo a matéria, “Encontro entre o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o banqueiro Daniel Dantas, levantou suspeita de que os dois negociem

uma trégua na guerra entre o banco Opportunity e o governo federal”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, conste dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Reunião de Dantas e Bastos foi institucional, diz Tarso

Ministro chama de ‘missão’ o encontro sigiloso entre banqueiro e titular da Justiça

Ministro da Justiça afirma que informou ao dono do Opportunity que ele será alvo de uma investigação ‘impessoal e séria’ da PF

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro Tarso Genro (Relações Institucionais) defendeu ontem o encontro que o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) teve, na última terça, com o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity. Segundo Genro, Thomaz Bastos exerceu uma “missão institucional”.

A reunião entre Thomaz Bastos e Dantas, na casa do senador da oposição Heráclito Fortes (PFL-PE), ocorreu depois de a revista “Veja” ter publicado uma lista de supostas contas de petistas no exterior. O governo nega que as contas existam e considera o banqueiro responsável pelo vazamento.

“Não vejo nenhum problema na reunião. Pelo contrário. Ficou absolutamente claro que o ministro recebeu informações e afirmou ao sr. Daniel Dantas que a Polícia Federal vai fazer o inquérito, uma missão institucional, cumprida de maneira correta e adequada pelo ministro Márcio”, afirmou Genro.

Dantas é investigado pela PF, controlada pela pasta do ministro. O encontro não constava da agenda de Thomaz Bastos.

Nesta semana, “Veja”, que revelou a reunião, diz que o ministro e Dantas teriam relação ocorrido no encontro de terça para que a PF não investigasse o banqueiro. Como contrapartida, Dantas não vazaria dados contra o governo. Todos os presentes na reunião negam.

Genro não respondeu sobre o suposto acordo. Afirmou que questões técnicas só poderiam ser respondidas por Thomaz Bastos. “Estou respondendo politicamente.”

que traz informações relativas a supostas contas bancárias de autoridades do exterior.”

Entre os correntistas apontados na reportagem está o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com a ressalva de que o relatório afirma que não teve meios legais para checar a veracidade das informações publicadas na edição da semana passada.

A PF instaurou inquérito para apurar a veracidade dos dados e, se falsos, a responsabilidade pela montagem do dossiê.

GOVERNO X OPPORTUNITY

Encontro entre o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o banqueiro Daniel Dantas, levantou suspeita de que os dois negociem uma trégua na guerra entre o banco Opportunity e o governo federal

O TEMA DO ENCONTRO A revista “Veja” atribuiu ao banqueiro a divulgação da informação de que proeminentes membros do governo, entre eles o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o próprio Bastos, teriam contas no exterior. A reportagem deu início a uma investigação da Polícia Federal sobre Dantas

AS VERSÕES

Da revista “Veja”

“O ministro da Justiça recebeu informações e afirmou ao sr. Daniel Dantas que a Polícia Federal vai fazer o inquérito, uma missão institucional, cumprida de maneira correta e adequada pelo ministro Márcio”.

De Dantas e Bastos

“Não vejo nenhum problema na reunião. Pelo contrário. Ficou absolutamente claro que o ministro recebeu informações e afirmou ao sr. Daniel Dantas que a Polícia Federal vai fazer o inquérito, uma missão institucional, cumprida de maneira correta e adequada pelo ministro Márcio”.

De Heráclito Fortes, que foi à reunião

“Não vejo nenhum problema na reunião. Pelo contrário. Ficou absolutamente claro que o ministro recebeu informações e afirmou ao sr. Daniel Dantas que a Polícia Federal vai fazer o inquérito, uma missão institucional, cumprida de maneira correta e adequada pelo ministro Márcio”.

ACUSAÇÕES DE DANTAS AO PT

A PROPINA Em processo em Nova York, no qual disputa com o Citigroup o controle da Brasil Telecom, o Opportunity afirmou ter recebido, em 2002 e 2003, pedido de propina de dezenas de milhões de dólares do PT

O TESOUREIRO Confirma que um de seus sócios recebeu o pedido, de US\$ 50 milhões, do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A propina diz Dantas nunca foi paga e ele teria se tornado alvo de perseguição do PT

A PRESSÃO No mesmo processo, acusa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ter atuado pessoalmente para que o Citigroup se aliasse aos fundos de pensão na luta para destruir o Opportunity e o controle da Brasil Telecom

“Impessoal”

O ministro da Justiça disse ontem que o pedido de reunião partiu da assessoria do banqueiro. Thomaz Bastos classificou o encontro de “impessoal”.

“Não acho estranho esse encontro. Tenho tido muitos encontros. Não posso submeter minha agenda a quem quer que seja. Eu avalio aquilo que devo ou não fazer”, disse.

Na reunião, Thomaz Bastos disse ter informado que a PF continuará investigando o banqueiro de forma “impessoal e séria”. O ministro afirma ainda ter recebido carta de Dantas em que o banqueiro diz nunca ter investigado integrantes do governo nem passado informações à imprensa.

Também estavam na casa de Heráclito Fortes os deputados

setor-geral da PF, delegado Paulo Lacerda. Tuma colocou seu sigilo bancário à disposição da PF e, em ofício, pede o aprofundamento das investigações.

Lacerda

Em novembro do ano passado, o diretor-geral da PF, ao tomar conhecimento de boatos relativos ao dossiê, expediu ofícios para nove departamentos do órgão pedindo a apuração sobre a existência de uma conta bancária a ele atribuída no exterior. Lacerda afirma estar-se

petistas: Sigmaringa Seixas (DF) e José Eduardo Cardozo (SE). “O encontro foi um pedido dele. Aceitei e levei duas testemunhas”, disse o ministro.

Repercussão

A oposição no Senado criticou Thomaz Bastos e cobrou explicações: “Como ministro, fica difícil justificar esse encontro. Afinal de contas, a PF, que responde ao Ministério da Justiça, é responsável pela investigação. Agora, essa investigação fica sob suspeita”, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). Para o líder do PFL, José Agripino (RN), “o problema é por que Thomaz Bastos procurou ter a conversa com Dantas ou vice-versa”.

Não vejo problema na reunião. Ficou absolutamente claro que o ministro recebeu informações e afirmou ao sr. Daniel Dantas que a Polícia Federal vai fazer o inquérito, uma missão institucional cumprida de maneira correta e adequada pelo ministro

TARSO GENRO Ministro das Relações Institucionais

Kroll e banqueiro negam ter cedido dossiê a revista

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O banqueiro Daniel Dantas e a empresa de investigação Kroll enviaram à Polícia Federal ofícios nos quais dizem não ser responsáveis por alimentar a revista **Veja** com um dossiê

de um homônimo e sem dito que irá processar a revista.

Como resultado preliminar da investigação da PF sobre seu diretor-geral, foi identificado nos registros da agenda do deleiro Antonio Carlos Claramunt, o Toninho da Barcelona, que está preso, uma referência a uma pessoa chamada “PA Lacerda”. Trata-se de um corretor de imóveis. Ouvido pela PF, no dia 2 de dezembro de 2005, ele afirmou ter feito transações financeiras com Barcelona quando recebia moeda estrangeira de seus clientes.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, terça-feira, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 11, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio

Prazo final: 15.6.2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim

Prazo final: 23.6.2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 12, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (prove-

niente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.*

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-
trinho

Prazo final: 23.6.2006

4

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 14, DE 2006***(Proveniente da Medida Provisória
nº 284, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que *altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.*

Relator revisor: Senador Edison Lobão

Prazo final: 4.7.2006

5

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 16, DE 2006***(Proveniente da Medida Provisória
nº 285, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que *dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4.7.2006

6

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999***(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).*

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003****(Votação nominal, se não houver emendas)**

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).*

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).*

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções)*.

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar)*.

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida*.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a proces-*

so seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

23

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

24

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

25

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complemen-

tar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

26

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ²	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

² Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 122 PÁGINAS